

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**INVESTIGAÇÃO ACERCA DO CONCEITO DE VIDA SEGUNDO A RELAÇÃO
ENTRE NORMALIDADE E PATOLOGIA NA OBRA DE GEORGES CANGUILHEM**

DANILO DOS SANTOS

**GUARULHOS
2019
DANILO DOS SANTOS**

**INVESTIGAÇÃO ACERCA DO CONCEITO DE VIDA SEGUNDO A RELAÇÃO
ENTRE NORMALIDADE E PATOLOGIA NA OBRA DE GEORGES CANGUILHEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Claudemir Roque Tossato

GUARULHOS

2019

dos Santos, Danilo

INVESTIGAÇÃO ACERCA DO CONCEITO DE VIDA SEGUNDO A RELAÇÃO ENTRE NORMALIDADE E PATOLOGIA NA OBRA DE GEORGES CANGUILHEM/ Danilo dos Santos. - 2019

122 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Claudemir Roque Tossato.

Título em inglês: Research on the concept of life according to the relation between normality and pathology in the work of Georges Canguilhem.

1. Vida 2. Canguilhem. 3. Normal. 4. Patológico. 5. Epistemologia histórica.

DANILO DOS SANTOS

**INVESTIGAÇÃO ACERCA DO CONCEITO DE VIDA SEGUNDO A RELAÇÃO
ENTRE NORMALIDADE E PATOLOGIA NA OBRA DE GEORGES CANGUILHEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em: 30/05/2019

Prof. Dr. Claudemir Roque Tossato

Prof. Dra. Izilda Cristina Johanson

Prof. Dr. Paulo Tadeu da Silva

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Claudemir Roque Tossato, pela tranquilidade e generosidade durante essa pesquisa. Devo ressaltar também a importância de seus cursos, durante a graduação, que, certamente, foram fundamentais para o crescimento de meu interesse pela filosofia das ciências.

A Prof^a. Dr^a. Izilda Johanson, pelas provocações e estímulos, feitas durante a banca de qualificação dessa pesquisa, que foram determinantes para a maturidade desse trabalho. Pela disponibilidade de indicar autores e obras que compõem a bibliografia dessa pesquisa, ou foram fundamentais no que diz respeito à circunscrição dos problemas filosóficos aqui elencados.

Ao Prof. Dr. Paulo Tadeu da Silva, pela disponibilidade e contribuições para essa pesquisa, durante a banca de qualificação, assim como sua disponibilidade na banca examinadora da defesa deste mesmo trabalho.

Ao Prof. Dr. Plinio Junqueira Smith, pela disponibilidade na suplência interna da banca de qualificação, e, sobretudo, por sua imensa contribuição para minha formação durante a graduação em filosofia por essa mesma universidade, por onde me aproximo da conclusão de mais uma etapa de minha formação.

A Prof^a. Dr^a. Luciana Zaterka, pela disponibilidade enquanto suplente externa na banca examinadora de defesa dessa pesquisa.

Ao departamento de pós-graduação em Filosofia, da Universidade Federal de São Paulo, em particular Daniela Gonçalves, pelo trabalho paciente, compreensivo e extremamente competente. Trabalho que, certamente, foi essencial para a conclusão dessa pesquisa, sobretudo, pela capacidade de reduzir a pressão das normas acadêmicas, retirando delas seu possível potencial de obstáculo. E Jane Yamaguti, pela disponibilidade, compromisso e apoio.

A meus pais, pelo amor e apoio. Feliz, ou infelizmente, jamais conseguirei retribuir tudo o que fizeram por mim. Espero que esse meu pequeno gesto, por meio dessa pesquisa, seja uma demonstração de gratidão, mas ao mesmo tempo um gesto de resistência. Ser um dos poucos membros da família com um diploma universitário não deve ser apenas o resultado de trabalho e merecimento, mas deve ser também a representação da dura e desigual realidade dos trabalhadores em todo o mundo, e um gesto de resistência também frente ao ataque ao já ínfimo apoio às pesquisas científicas no Brasil. Que um dia, a solidariedade vença.

A Renata Adriana, minha companheira, pelas provocações intelectuais e pelo amor.

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Martins, pela amizade, generosidade, provocações e estímulos, desde a escrita do projeto para submissão no programa de pós-graduação.

A Bruno Miotto, amigo e companheiro de trabalho, pelas contribuições e provocações de fundamental importância, vindas, sobretudo, de sua formação francamente plural, das ciências duras, passando pela técnica e teoria veterinária, às vanguardas artísticas, em especial na música e no teatro.

A Companhia Antropofágica, grupo que faço parte há 12 anos, pelo amor, e por ter me ensinado a pensar. Se hoje essa pesquisa é possível, é porque a defesa da vida, assim como a vontade de viver, nunca foram tão grandes em mim. Devo isso a Companhia antropofágica de teatro.

Schwartz observou, como o já havia feito Ernst Naville, a desproporção flagrante entre o lugar que o sono ocupa na vida dos homens e o lugar que ocupa nas obras da fisiologia, assim como George Dumas observou que a bibliografia relativa ao prazer é ínfima, comparada com a abundância de trabalhos dedicados à dor. É que dormir e gozar consistem em deixar a vida correr naturalmente.

Georges Canguilhem

RESUMO

SANTOS, Danilo dos. **Investigação acerca do conceito de vida segundo a relação entre normalidade e patologia na obra de Georges Canguilhem**. 2019. Dissertação (Mestrado). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Departamento de Filosofia, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o conceito de vida construído ao longo da obra de Georges Canguilhem a partir de seus conceitos subjacentes, a saber: normal e patológico, ciência e técnica, norma, valor, fato e morte. Em outros termos, almejamos discutir a vida a partir daquilo que ela produz e, ao mesmo tempo, também a constitui. Isso porque, ao longo de seu projeto filosófico, Canguilhem, por meio do que ficou conhecido como “epistemologia histórica”, elabora um novo modo de fazer história e filosofia da ciência e de compreender o desenvolvimento do conhecimento científico à luz da análise filosófica e, por conseguinte, lança uma nova perspectiva sobre problemas relacionados a alguns conceitos, entre eles, o conceito de vida. O filósofo e médico francês compreenderá a vida à luz dos conceitos de normalidade e patologia, saúde e doença, como uma polaridade dinâmica, como forma e poder do vivente, e, deste modo, atribuirá à sua estruturação a dinâmica relação de contrários, valores negativos e, ao contrário de certa estabilidade artificial que historicamente certa interpretação positivista e mecanicista tentou construir a fim de tornar a vida um objeto da ciência. Deste modo, realizaremos uma exegese no projeto canguilheano acerca da vida, articulando os conceitos citados em diferentes momentos do pensamento canguilheano que, por fim, culminará em uma nova concepção do conceito de vida que, em resumo, reafirmará a originalidade do ser vivo, e ainda mais do vivente humano, frente às leituras que buscam fazer do organismo uma máquina.

Palavras-chave: Vida. Canguilhem. Normal. Patológico. Epistemologia histórica.

ABSTRACT

SANTOS, Danilo dos. **Research on the concept of life according to the relation between normality and pathology in the work of Georges Canguilhem.** 2019. Thesis (Master degree). School of Philosophy, Letters and Human Sciences. Federal University of São Paulo. Department of Philosophy, Federal University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The present research aims to investigate the concept of life constructed throughout the work of Georges Canguilhem from its underlying concepts, namely: normal and pathological, science and technique, norm, value, fact and death. In other words, we aim to discuss life from what it produces and at the same time constitutes it. That's because, throughout his philosophical project, Canguilhem, through what has become known as "historical epistemology," elaborates a new way of making history and philosophy of science and of understanding the development of scientific knowledge in the light of philosophical analysis, therefore, launches a new perspective on problems related to some concepts, among them, the concept of life. The French philosopher and physician will understand life in the light of the concepts of normality and pathology, health and illness, as a dynamic polarity, as the form and power of the living, and in this way will attribute to its structure the dynamic relation of contraries, negative values and, unlike some artificial stability that historically a certain positivist and mechanistic interpretation attempted to construct in order to make life an object of science. In this way, we will make an exegesis into Canguilhem's philosophical project about life, articulating the concepts quoted in different moments of Canguilhem thought, which will culminate in a new conception of the concept of life that, in short, will reaffirm the originality of the living being, mostly the living human, as opposed to the readings that seek to conceive the organism as a machine.

Keywords: Life. Canguilhem. Normal. Pathological. Historical Epistemology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 DA EPISTEMOLOGIA À EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA DE CANGUILHEM	26
1.1 A epistemologia clássica	28
1.2 O estilo de raciocínio – ou pensamento – francês	34
1.3 A epistemologia histórica de Canguilhem	40
2 DO PATOLÓGICO AO NORMAL	49
2.1 Análise das relações conceituais norma-média e fato-valor	49
2.2 Sobre a patologia, o <i>pathos</i> enquanto condição do <i>logos</i>	56
2.3 Sobre a normalidade: do anormal ao normal	75
2.4 Saúde e doença depois de Canguilhem	85
3 SOBRE A PLURALIDADE DA VIDA	94
3.1 Sobre a normatividade vital e vida enquanto criação	95
3.2 Sobre a vida enquanto informação codificada	102
3.3 Os erros na vida	108
4 CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, a obra de Canguilhem era pouco explorada na França, e ainda menos explorada no Brasil, como ressaltou Franco na introdução de sua pesquisa: “A Natureza das normas: o vital e o social na filosofia de Georges Canguilhem”¹. Embora esta situação não tenha se alterado significativamente, não podemos dizer, ao mesmo tempo, que Canguilhem continua sendo um autor pouco explorado, uma vez que podemos observar claramente que suas obras, as obras de seus comentadores – muitas delas traduzidas para o português – e os trabalhos acadêmicos acerca de suas ideias, cresceram de forma significativa. Ainda que acreditemos que esse aumento de interesse acerca da obra do filósofo e médico francês seja tímido frente à originalidade da filosofia de Georges Canguilhem.

Em todo caso, mais conhecido por sua tese de doutorado em medicina (“O Normal e o Patológico”²), seu projeto de pensamento já não ocupa apenas as notas de rodapé ou citações de outros trabalhos, mas passa a ser abordado como possibilidade fundamental na articulação de diversos problemas não só na filosofia, mas na medicina, psicologia, psicanálise, enfermagem, biologia, sociologia e história. Neste sentido, a presente pesquisa é produto das dificuldades de acesso a textos do jovem Canguilhem, e de algumas obras publicadas e comercializadas exclusivamente na França, mas, ao mesmo tempo, é também produto de um período histórico profícuo no que diz respeito às teses produzidas acerca do pensamento canguilheano, assim como publicações, livros e artigos publicados no Brasil, e disponíveis em formato digital.

Nossa pesquisa leva em consideração toda extensão da obra canguilheana, junto a uma série de trabalhos produzidos acerca de Canguilhem que, de alguma forma, nos possibilitaram um posicionamento ora de acordo, ora de dúvida ou estado reflexivo frente à interpretação do projeto canguilheano. Outra maneira de dizer é que esta pesquisa não seria possível sem que esses outros pontos de vista existissem. A existência desses trabalhos abre diversos campos de possibilidade em relação à abordagem que escolhemos para esta pesquisa. Uma vez que as obras produzidas sobre Canguilhem se dedicaram a examinar seu estilo de raciocínio, criação e articulação de conceitos e seu modo de construir uma filosofia e uma história das ciências, acreditamos que nossa pesquisa não deve ser constituída a despeito dessas obras. Deste modo, acreditamos que, por um lado, o estilo canguilheano, austero, contundente e por muitas vezes produtor de sínteses

¹ FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nóbrega. A natureza das normas: o vital e o social na filosofia de Georges Canguilhem. 2012. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

² CANGUILHEM, G.. Le normal et le Pathologique. Paris: Quadrige, 2015.

impressionantes, mas, por isso mesmo, só compreendidas na medida em que se pensa o sistema contido em sua síntese, foi analisado de modo bastante eficiente por essas obras, por outro lado, acreditamos que algumas elaborações de Canguilhem poderiam ser melhor articuladas. Optamos, portanto, por construir uma pesquisa que tente realizar o escrutínio crítico do pensamento canguilheano e, junto a isso, rearticular e realocar alguns problemas pensados por Canguilhem, ao mesmo tempo em que introduz de modo mais “simples” e detalhado alguns tópicos da história da filosofia que foram utilizados pelo filósofo francês para construção de seu trabalho.

Por fim, gostaríamos de deixar claro que buscar um estilo “simples”, que revisite e reabra lugares aparentemente comuns e fechados na história da filosofia, não é um modo de se alcançar o que Quine chamou de “simplicidade da natureza”, ou seja, aquilo que se faz frente à complexidade de duas teorias que visam explicar um mesmo objeto: a escolha “natural” é pela teoria que se adegue aos nossos limites de compreensão. Assim, para o autor,

O que é notável é que a mais simples entre duas teorias é geralmente considerada não apenas a mais desejável, mas também a mais provável. Se duas teorias se conformam igualmente às observações passadas, a mais simples das duas é tida como tendo a melhor chance de confirmação em observações futuras. Tal é a máxima da simplicidade da natureza³.

Não adotamos essa simplicidade da natureza como procedimento de redação, mas acreditamos, no entanto, circunscrever o problema de nossa pesquisa tendo como base toda a obra canguilheana, mas ao mesmo tempo se distanciando dela. Nosso problema passa a ser diferente do filósofo e médico francês e de seus embates históricos, e, portanto, acreditamos ser possível adotar um modo de expressão que se comunique não apenas com “iniciados na filosofia”, mas para todos a quem a pesquisa possa provocar interesse, tornando, assim, o conhecimento um bem público e direito universal, ainda que por meio dessa ínfima tentativa de reflexão expressada por esta pesquisa.

Macherey lembra que o fato de Canguilhem ter publicado um número de obras considerado pequeno, e só muito tarde ter consentido, ainda que reticente, em “tornar acessível a

³ QUINE, W. V. O. On simple theories of a complex world. *Synthese* 15(1), 1963, p. 103-106. Tradução nossa.

um público mais amplo”⁴, era um aspecto constitutivo de seu modo de fazer filosofia, tal como de seu modo de vida: “esta reserva era um aspecto constitutivo de sua personalidade que repugnava tudo o que pudesse sequer aparentar ao fato de aparecer, em todos os sentidos do termo”⁵. Há mais do que uma simples repulsa pela “fama” ou idolatria nessa frase de Macherey, é que quando nos aproximamos, ainda que parcialmente, do pensamento canguilheano, percebemos que parte desse “aparecer” também exprime um significado bastante próximo da noção de aparecer enquanto ocultação da realidade, ou afastamento de um exame crítico e sistematizado de um conceito ou problema. A escolha por publicar pouco, e pelo exercício só daquilo que fosse fundamental às suas atividades como professor e filósofo não foram aleatórias, estavam em profunda relação com seus objetos de reflexão, sendo que um desses objetos, senão o principal, era o próprio conhecimento.

Neste sentido, também não nos parece aleatória a escolha de Canguilhem por abordar por meio do ensaio os problemas relativos à vida, ao normal e ao patológico, à ciência e à técnica, e, de modo semelhante, nossa escolha pela mesma abordagem não será menos justificada. A este respeito, em seu ensaio sobre o normal e patológico, Canguilhem afirma:

[...] podemos interpretar a singularidade individual com um fracasso ou como um ensaio, como um erro ou como uma aventura. Na segunda hipótese, nenhum julgamento de valor negativo é sustentado pelo espírito humano, precisamente porque os ensaios ou aventuras, que são as formas vivas, são considerados menos como seres que se referem a um tipo real preestabelecido do que como organizações cuja validade, isto é, o valor, se refere ao seu sucesso de vida eventual. [...] é pelo fato de o valor estar no vivente que nenhum julgamento de valor concernindo à existência é sustentado⁶.

O ensaio enquanto forma conduz toda a obra canguilheana, mesmo, e em especial, em “O normal e o patológico”, que por ocasião de ser sua tese de doutorado em medicina é a obra mais próxima ao que tradicionalmente compreenderíamos como literatura científica. É claro, poderíamos nos perguntar, já de início, por ser filósofo e médico: Canguilhem tinha pretensões de construir uma obra necessariamente científica, ou ainda cientificista? Não seria apenas por ter como uma de suas atribuições a medicina que esperaríamos dele não apenas uma dissertação bem acabada, com demonstração de dados e resultados, tal como de uma resposta para o problema da vida, da definição de saúde e doença? Por que essa mesma tese necessitou de novos acréscimos anos depois pelo autor – ainda que fossem aquisições do conhecimento que corroboraram suas

⁴ MACHEREY, P. Georges Canguilhem, um estilo de pensamento. Goiânia: Almeida & Clément Edições, 2010, p. 7.

⁵ Ibid., loc. cit..

⁶ CANGUILHEM, G. O Conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.174.

ideias? Parece-nos, no entanto, que, quando o objeto é a própria vida, explica-la já é, de saída, um problema filosófico, e, por conseguinte, transportá-la *a fórceps* para o estilo consagrado da literatura cientificista, sobretudo aquele que lida com o que é matéria inerte, é tirá-la de seu ambiente, é torná-la outro objeto a fim de entendê-la. Sendo assim, poderíamos ainda nos perguntar: a ciência – enquanto conhecimento sistematizado – não pode ou não sabe como abordar a vida? Atlan e Bousquet, indo além, diriam que a vida sequer é um problema para a ciência:

O objeto da biologia é físico-químico. A partir do momento em que se faz bioquímica e biofísica e em que se compreendem os mecanismos dos seres vivos, então a vida desvanece-se! Presentemente, um biólogo molecular não precisa utilizar no seu trabalho o termo “vida”. Isto se explica historicamente: ocupa-se de uma química eu existe na natureza, num determinado número de sistemas físico-químicos particulares com propriedades específicas e designados simplesmente por animais ou plantas!⁷.

E mais adiante, emprestando semelhante tese de Szent-Györgyi – responsável pela descoberta da vitamina C – afirmam que a vida, “como objeto de investigação científica, não existe, mas é perfeitamente evidente que a vida existe enquanto experiência interior e realidade social, em que o oposto é, portanto, a morte!”⁸.

A tese sobre a “inexistência da vida” não é necessariamente uma novidade na história das ciências, ela é expressão da dificuldade de definir a vida, e, por conseguinte, de conceber um conceito comum a todas as áreas do conhecimento. Dessa dificuldade, nascem problemas de definição e classificação de seres vivos, por um lado, e matéria inerte, por outro – uma vez que, por exemplo, a história da ciência, a revelia das teses oriundas de certo vitalismo, demonstra que o orgânico pode nascer do inorgânico. Analisaremos esse problema de modo mais extenso e sistematizado na parte 3 – Sobre a pluralidade da vida –, no entanto, interessa-nos, inicialmente, sugerir que Canguilhem, ao longo de sua obra, pensou a vida, sobretudo, por meio de seus conceitos subjacentes – saúde, doença, normalidade, patologia, conhecimento, técnica –, atribuindo certa originalidade à noção de vida e a tudo o que considera ser vida e vivente. Canguilhem se opõe de modo bastante enfático às teorias que buscavam interpretar os viventes enquanto máquinas, e, deste modo, compreendia a vida enquanto polaridade dinâmica, produtora de valores vitais. A interpretação da vida enquanto devir se distingue de uma interpretação mecanicista, que busca classificar objetiva e puramente os seres vivos. Essa distinção não se limita à interpretação da vida, mas, também, ao modo de explicá-la, ou melhor, de produzir uma

⁷ ATLAN, H. BOUSQUET, C. Questões sobre a vida. Lisboa: 1994, p. 62.

⁸ Ibid., loc. cit..

teoria acerca da vida. É por isso que acreditamos que uma abordagem ensaística é adequada à própria dinâmica do objeto de pesquisa de Canguilhem e circunscrito em nossa pesquisa. Deste modo, o ensaio não apenas parece poder acompanhar o movimento do objeto, mas parece possibilitar a abertura para futuras aquisições do conhecimento sobre a vida que defendemos serem incessantes.

Alain⁹, outrora mestre de Canguilhem, em suas ideias acerca de Hegel¹⁰, escreveu que quando queremos compreender a lógica hegeliana buscamos ter como “ponto de partida” a concepção de que o “dever não espera, o dever jamais se detém” e, em seguida, chama a atenção para o fato de que, se nessa breve reflexão percebemos que “uma porta se fecha”, já somos um pouco hegelianos: “por certo haveria esperança para a preguiça se vocês pudessem pensar que o dever se detém por vezes”¹¹. É que “partir de um ponto” já é tornar estático o dever a fim de compreendê-lo. Como podemos observar nos trabalhos de Canguilhem, há uma inegável relação com a dialética hegeliana, tal como em sua concepção de história e vida, que, no entanto, não poderemos abordar nesta pesquisa, mas esse breve exemplo nos parece determinante para nossa tentativa de defender nossa escolha metodológica do ensaio enquanto forma¹². É que ao contrário de nossa crença na eficiência do método científico tradicional tal como das condições que determina a seus objetos de pesquisa, o ensaio parece relacionar-se não apenas com “respeito” ao movimento de seus problemas e objetos, mas relaciona-se também com a própria história do conhecimento. É o que Lukács¹³ defende ao dizer que:

O ensaio sempre fala de algo já formado ou, na melhor das hipóteses, de algo que já tenha existido: é parte de sua essência que ele não destaque coisas novas a partir de um nada vazio, mas se limite ordenar de uma nova maneira as coisas que em algum momento já foram vivas. E como ele apenas as ordena novamente, sem dar forma a algo novo a partir do que não tem forma, encontra-se vinculado às coisas, tem sempre de dizer a verdade sobre elas, encontrar expressão para sua essência¹⁴.

Aplicado de outro modo, podemos mencionar um procedimento semelhante ao de Lukács na passagem de Canguilhem acerca da produção de conhecimento médico por meio de suas relações históricas:

⁹ Optamos por manter o pseudônimo literário de Émile-Auguste Chartier, “Alain”, do mesmo modo que aparece em suas obras, e em especial na obra que consultamos: Alain. *Ideias*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

¹⁰ Alain. *Ideias*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 222.

¹¹ *Ibid.*, loc. cit..

¹² Alusão ao trabalho de Adorno “Ensaio enquanto forma”: ADORNO, Theodor W. *O Ensaio como forma*. Adorno, in *Notas de literatura I*, tradução de Jorge de Almeida, São Paulo: Editora 34, 2003.

¹³ LUKÁCS. G. *A alma e as formas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

¹⁴ *Ibid.*, p.29.

Ora é unicamente por serem os herdeiros de uma cultura médica transmitida pelos clínicos do passado que os médicos de hoje podem se adiantar e ultrapassar em perspicácia clínica seus clientes habituais ou ocasionais. Pensando bem, sempre houve um momento em que as atenções dos médicos foram atraídas para certos sintomas, mesmo que unicamente objetivos, por homens que se queixavam de sofrer ou de não serem normais, isto é, idênticos a seu passado. E se hoje em dia, o conhecimento que médico tem a respeito da doença pode impedir que o doente passe pela expediência da doença, é porque outrora essa mesma experiência chamou a atenção do médico, suscitando o conhecimento que atualmente possui¹⁵.

Há pelo menos dois pontos de semelhança que justificam a relação que construímos entre a tese lukacsiana e tese canguilheana: em primeiro lugar, essa análise de Canguilhem é uma análise sobre a medicina, compreendida enquanto técnica oriunda de outras ciências, e como afirmou o próprio Canguilhem, na introdução de seu ensaio acerca do normal e do patológico, ele não pretendia “dar forma a algo novo que não tem forma”¹⁶, mas, ao contrário, tinha a “ambição de contribuir para a renovação de certos conceitos metodológicos, retificando sua compreensão pela influência de uma informação médica”¹⁷. Em segundo lugar, e mais uma vez, a relação mesma da técnica médica, do saber fisiológico, é produto de uma relação histórica de outros saberes produzidos e agora reordenados, possibilitando o conhecimento que hoje julgamos dominar.

O ensaio é, em alguma medida, uma abordagem de problemas, em nosso caso, caros à filosofia, que reconhece alguma continuidade entre diferentes modos de conhecimento, e é uma de suas tarefas reescrever, bem como retificar, certas relações entre conhecimentos outrora compreendidos como distintos ou depreciados enquanto saber. Junto a isso, é por meio dessa concepção de ensaio que colocamos sob dúvida e realizamos o escrutínio crítico de procedimentos cognitivos amplamente aceitos, por exemplo, pela ciência dominante, dotada de objetividade e sem espaço para quaisquer elementos que possam afastá-la de sua suposta eficiência na produção de conhecimento. É o que Adorno elucida ao relacionar o ensaio ao cientificismo positivista:

[...] a tendência geral positivista, que contrapõe rigidamente ao sujeito qualquer objeto possível como sendo um objeto de pesquisa, não vai além da mera separação entre forma e conteúdo: como seria possível, afinal, falar do estético de modo não estético, sem qualquer proximidade com o objeto, e não sucumbir à vulgaridade intelectual nem se desviar do próprio assunto? Na prática positivista, o conteúdo, uma vez fixado conforma o modelo da sentença protocolar, deveria ser indiferente à sua forma de exposição, que por sua vez seria convencional e alheia às exigências do assunto. Para o instinto do

¹⁵ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 59. Tradução nossa.

¹⁶ *Ibid.*, loc. cit..

¹⁷ *Ibid.*, p. 8.

purismo científico, qualquer impulso expressivo presente na exposição ameaça uma objetividade que supostamente afluiria após a eliminação do sujeito, colocando também em risco a própria integridade do objeto, que seria tanto mais sólida quando menos contasse com o apoio da forma, ainda que esta tenha como norma justamente apresentar o objeto de modo puro e sem adendos. Na alergia contra as formas, consideradas como atributos meramente acidentais, o espírito científico acadêmico aproxima-se do obtuso espírito dogmático¹⁸.

Neste sentido, o ensaio almeja relacionar-se com o próprio movimento do pensamento em relação aos seus objetos, ao contrário do que certo modo de produção de conhecimento oriundo da ciência dominante visa ao tentar produzir, introduzir ou apresentar categorias universais, ou originárias. Segundo Adorno¹⁹, é dessa relação crítica com tudo que pode ser compreendido enquanto dogma, sistema, ou método – como definido pelo cientificismo – que o ensaio se produz, e extrai suas consequências. A própria noção de metodologia científica só pode ser confrontada, posta em dúvida, por meio do ensaio. O ensaio, deste modo, coloca em dúvida certa unidade almejada pelo método, e assume para si uma não identidade, como se não pudesse assumir para si, enquanto abordagem, uma solução que não foi possível para os objetos que examina.

De modo semelhante à investigação canguilheana sobre as possíveis relações entre vida e conhecimento, a abordagem ensaística permite realizar um exame crítico sobre uma noção arraigada em nossos modos de produção de conhecimento que sugerem certa identidade entre a ordem das coisas e a ordem das ideias. Ou seja, ao compreendermos nossa pesquisa enquanto ensaios sobre os sentidos e alcances do pensamento canguilheano acerca da vida e seus conceitos subjacentes, realizamos também uma abordagem que tenta, seguindo o pensamento canguilheano, não almejar em absoluto um sentido definitivo, uma “construção fechada”²⁰, dedutiva, ou indutiva, sobretudo, quando nosso objeto não nos parece permitir uma análise estática, distanciada – já que, grosso modo, discutimos a vida.

Ao se opor ao cientificismo, o ensaio enquanto forma encontra, ao mesmo tempo, sua tarefa e obstáculo, que consiste em fazer do mutável, daquilo que é transitório, objeto digno²¹ da filosofia sem negar as mediações entre a ordem factual do mundo e a ordem das ideias, em outros termos, o ensaio compreende que não há possibilidade de pensar o factual, a coisa empírica, objetiva, sem o conceito. Pensar significa, neste sentido, conceber, fazer nascer algo no

¹⁸ ADORNO, Theodor W. O Ensaio como forma. Adorno, in Notas de literatura I, tradução de Jorge de Almeida, São Paulo: Editora 34, 2003, pp. 18-19.

¹⁹ Ibid., loc. cit..

²⁰ ADORNO, Theodor W. O Ensaio como forma. Adorno, in Notas de literatura I. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 25.

²¹ Ibid., loc. cit..

pensamento, ao mesmo tempo em que pensar puramente o conceito não pode ser apartado da ordem factual. Esse problema é, de modo semelhante, o mesmo que encontramos na abordagem de Canguilhem sobre a vida, e mais especificamente sobre a relação do vivente humano com os conceitos de normal e patológico. Desse modo, a experiência da doença, como veremos nos próximos capítulos, é não apenas a doença de um órgão, ou de uma multiplicidade de órgãos, mas, assim como o normal, um “fenômeno”, uma ideia elevada à consciência, e, por conseguinte, transmitida a outras consciências, como a do médico: “é por isso que o ensaio não se deixa intimidar pelo depravado pensamento profundo, que contrapõe verdade e história como opostos irreconciliáveis”²². Assim, mesmo onde o ensaio parece não ter o rigor reivindicado pelo cientificismo, ainda assim ele não deixa de ser rigoroso, e, em alguma medida, busca uma verdade nas relações que a implicam e não mais se alinha à falácia da verdade estática, mas uma verdade que sendo histórica, como é em Adorno e é em Canguilhem, então “o conteúdo histórico torna-se, em sua plenitude, um momento integral dessa verdade”²³.

Essa mesma operação ocorre no modo como o ensaio lida com os conceitos, ao contrário da ciência que necessita concebê-los como uma “*tabula rasa* para consolidar a sua pretensão de autoridade”²⁴. Ou seja, o ensaio introduz os conceitos imediatamente e, no processo de elaboração, eles tornam-se mais precisos pelas relações que engendram entre si. É que o ensaio considera, neste sentido, que os conceitos já estão “implicitamente concretizados pela linguagem em que se encontram”²⁵, e sendo ele mesmo linguagem, há, de certo modo, um desejo de amparar a relação entre linguagem e conceito. Em suma, por meio do ensaio, buscamos colocar em dúvida a estabilidade de significados e sentidos, privilegiando as diversas relações do conceito e entre conceitos.

Esse modo com que o ensaio aborda seus objetos abre espaço, ao mesmo tempo, para o erro, em outros termos, as normas estabelecidas pelo ensaio diferem da suposta segurança das normas tradicionais do pensamento científico. Entretanto, o risco do erro assumido pelo ensaio é, não só a colocação da dúvida sobre a certeza em absoluto do cientificismo, mas é ao mesmo tempo a compreensão de que toda interpretação é passível de erro – como sugeriu Canguilhem:

²² Ibid., p. 26.

²³ ADORNO, Theodor W. O Ensaio como forma. Adorno, in Notas de literatura I. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 26.

²⁴ Ibid., p. 29.

²⁵ Ibid., loc. cit..

“qualquer que seja o modo de interpretação, não existe interpretação que não implique um equívoco possível”²⁶.

Em suma, a escolha por uma abordagem ensaística se justifica por semelhanças que encontramos entre nossos propósitos de pesquisa e modo com que Canguilhem abordou os problemas de seu projeto, mas, sobretudo, acreditamos que, ao elencarmos a vida como objeto, qualquer outra abordagem que almejasse uma relação completamente livre de implicações formais, mesmo subjetivas, seria falar de outra coisa que não a vida, seria novamente fazer do transitório algo eterno, imutável. Deste mesmo modo, podemos observar que a obra de Canguilhem também fez do movimento ensaístico uma espécie de método, ou como falaremos mais à frente, um estilo de raciocínio, uma vez que, até o fim de sua vida, ele não cessou de retificar suas próprias teses, elaborações, ainda que, em geral, adicionando novas aquisições da filosofia, da bioquímica e da técnica médica.

Por fim, ao que nos interessa enquanto escolha formal de nossa pesquisa, Adorno ressalta e pontua que o ensaio ao ser enlevado por um modo de olhar para o mundo e construir o ponto de vista sobre seu objeto, compreendendo-o como algo sempre derivado, ou seja, sempre produto da cultura e, por sua vez, da consciência, ele “honra a natureza ao confirmar que ela não existe mais para os homens”²⁷. Em Canguilhem, de modo semelhante, se ainda podemos falar em natureza humana, isso só nos é possível na medida em que essa natureza é profundamente informada e recriada pela técnica.

Georges Canguilhem (1904-1995), filósofo e médico francês, viveu durante praticamente todo o século XX, ou seja, viveu neste período coberto por eventos determinantes para os rumos da humanidade, assim como para a filosofia francesa, e, conseqüentemente, para sua própria formação, entre eles: terceira república francesa, *bele époque*, primeira e segunda guerra mundial, descobertas e avanços da ciência, neste caso, em especial, os avanços da biologia química aos quais Canguilhem dedicou intensas reflexões e estabeleceu continuidades com seu pensamento acerca da relação e especificidade do vivente humano em relação à vida e ao meio. É claro que não nos parece algo incomum que um contexto, seja qual for, influencie um pensador que o

²⁶ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 269. Tradução nossa.

²⁷ ADORNO, Theodor W.. *O Ensaio como forma*. Adorno, Theodor W., In *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 28.

viveu, mas gostaríamos de ressaltar que o modo com que Canguilhem desenvolveu seu projeto e estilo de raciocínio, ou como distingue Foucault uma “filosofia do conhecimento”²⁸, não poderia ser desenvolvido não fosse sua íntima relação com a vida mesma do filósofo francês – de sua origem camponesa²⁹ à sua filosofia da ação ou do heroísmo, como ressaltou Roudinesco³⁰, e sua filosofia da revolta apontada por Braunstein³¹ até chegar à sua mais conhecida obra: “O normal e o patológico”.

A formação filosófica e ética de Canguilhem ocorreu na Terceira República francesa, e, como afirma Roudinesco³² o filósofo e médico francês foi produto direto do sistema educacional³³ deste período constituído por intensas reformas políticas, sociais e culturais, por ideais de liberdade e democracia, por um sistema educacional gratuito e laico. De mesmo modo, a irrupção da segunda guerra mundial, além de marcar o fim da Terceira República francesa, é determinante para aquisições ao estilo de raciocínio de Canguilhem. É o que, em alguma medida, possibilita compreender as origens de um vitalismo em sua obra, ainda que parcial, que se justifica e se desenvolve, sobretudo, por ser contrário a todas as tentativas de opressão da originalidade e variabilidade da vida. Opressões oriundas tanto das áreas do conhecimento, quanto das práticas desenvolvidas, em especial, na guerra - como no caso da eugenia nazista; e por práticas ou elaborações que também visavam determinar o progresso da humanidade por meio da eliminação daquilo que fosse considerado fora de um padrão ideal.

Durante o ensino secundário, Canguilhem foi aluno e devoto de Alain³⁴ no liceu *Henri-IV* e colaborador da publicação de seu professor, *Libres propôs*. Ao concluir o ensino secundário,

²⁸ “[...] suprimam Canguilhem e vocês não mais entenderão grande coisa de toda uma série de discussões que ocorreram entre os marxistas franceses; vocês não mais compreenderão o que há de específico em sociólogos como Bourdieu, Castel, Passeron, e que os marca tão intensamente no campo da sociologia; vocês negligenciarão todo um aspecto do trabalho teórico feito pelos psicanalistas, especialmente os lacanianos. Mais: em todo debate de ideias que precedeu ou sucedeu o movimento de 1968, é fácil reencontrar o lugar daqueles que, direta ou indiretamente, haviam sido formados por Canguilhem”. Ver: FOUCAULT, M. FOUCAULT, “A Vida: a Experiência e a Ciência”. In: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 353.

²⁹ Chimento ressalta que Canguilhem apesar “de ser filho de um alfaiate, costumava dizer que era de origem camponesa”. Ver: CHIMENTO C. Writing the History of the Mind Philosophy and Science in France 1900 to 1960s. New York: Routledge, 2016. Tradução nossa.

³⁰ Ver: ROUDINESCO, E. Philosophy in turbulent times; Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze, Derrida. New York: Columbia University Press, 2010.

³¹ Ver: BRAUNSTEIN, Jean François. Canguilhem avant Canguilhem/ Canguilhem prior to Canguilhem. In: Revue d'histoire des sciences, tome 53, n°1, 2000.

³² ROUDINESCO, E. Philosophy in turbulent times; Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze, Derrida. New York: Columbia University Press, 2010.

³³ “Canguilhem was a pure product of the educational system of the Third Republic”. Ver: ROUDINESCO, E. Philosophy in turbulent times; Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze, Derrida. New York: Columbia University Press. 2010. Tradução nossa.

³⁴ Émile-Auguste Chartier

Canguilhem tornou-se *khâgneux* – nome inicialmente pejorativo, mas depois assumido como termo oficial para referir-se aos alunos de cursos preparatórios cujo objetivo é o ingresso no ensino superior francês, ou nas chamadas *grande école*³⁵. Em 1924, ingressou na escola de ensino superior, para, pouco tempo depois, concluir seus estudos na Sorbone e, por conseguinte, lecionar filosofia em liceus provinciais. É neste mesmo período que Canguilhem contribui para diversas publicações no periódico de Alain e, sobretudo, continua desenvolvendo o projeto político e filosoficamente adquirido por meio do pensamento de seu antigo professor. Deste modo, seus primeiros trabalhos carregam a marca, filosófica e política, de seu professor tal como da filosofia de Bergson – a quem Alain sucedeu como instrutor nos cursos preparatórios para as *grand écoles*. E, como ressaltou Roudinesco foi, sobretudo, a influência de Alain, e sua convicção em relação à necessidade da filosofia não se manter isenta frente aos horrores de eventos como a primeira guerra mundial, que colaborou para inspirar uma filosofia da ação³⁶ no projeto canguilheano.

Assim, inspirado por Alain, política e filosoficamente, Canguilhem, era um pacifista e, adotara a postura de seu professor frente ao problema conhecido e ressaltado por Braunstein como “a adoração do fato”. Nessa primeira partilha com Alain, Canguilhem produziu panfletos, militou e elaborou ações contra as ideias militares da época, assumindo-se como um pacifista, contrário à violência e à barbárie oriundas da primeira guerra mundial, ao militarismo francês, e aos futuros eventos que ainda eclodiriam na segunda guerra mundial. Em relação à segunda partilha, Canguilhem herda de Alain uma postura crítica sobre o que seu antigo professor chamava de “adoração dos fatos”, ou seja, a compreensão dos fatos enquanto realidades imutáveis, e, portanto, portadas de significado em sua natureza. Neste sentido, ao negar essa concepção e, assim como Alain, assumir que fatos dependem de condições, contextos e valores atribuídos a eles, Canguilhem nega resignar-se frente à ordem do mundo e, por consequência, à violência da guerra e do militarismo: “a realidade em si é um valor”³⁷ na medida em que inclui todas as possibilidades, não admitir outros valores além do real é negar tais possibilidades. Braunstein elucida que em “O normal e o Patológico”, Canguilhem desenvolve com muita

³⁵ Ver nota do tradutor, In: MACHEREY, P.. Georges Canguilhem, um estilo de pensamento. Goiânia: Almeida e Clément edições, 2010, p. 81.

³⁶ Segundo Roudinesco, Alain, demandando da filosofia uma postura e posicionamento diante dos horrores da guerra, ressaltava a importância de uma filosofia da ação, inspirada deliberadamente em Voltaire e fundado sob a primazia da liberdade, da consciência moral e da razão. “*for many years (until 1933) he passed on to them his ideal of a philosophy of action, deliberately Voltairean and grounded in the primacy of freedom, of the moral conscience, and the reason*”. Ver: ROUDINESCO, E. Philosophy in turbulent times; Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze, Derrida. New York: Columbia University Press, 2010, p. 4. Tradução nossa.

³⁷ Canguilhem apud Oliva. In: Canguilhem avant Canguilhem/ Canguilhem prior to Canguilhem. In: Revue d'histoire des sciences, tome 53, n°1, 2000, p. 13. Tradução nossa.

propriedade esta ideia por meio de sua definição de vida enquanto “instauração de normas”³⁸, e que doença e saúde “não são fatos, mas normas”³⁹. Foi a este momento da história de Canguilhem que Braunstein chamou de “filosofia da revolta”⁴⁰ por decorrência do ato de recusa frente à ordem e à adoração dos fatos que impulsionariam interpretações estáticas da vida e dos viventes humanos, e que o próprio Canguilhem atribuía a si mesmo e apresentava sua “filosofia dos valores” (*Wertphilosophie*) baseada nas investigações neokantianas, de mesmo nome, na Escola de Baden no fim do século XIX.

A partir de 1930, no entanto, a relação com o mestre Alain passa a um novo estágio em que o pacifismo, advindo de Alain e adotado por Canguilhem, já não é mais uma alternativa para o novo contexto do mundo, e os conflitos que culminariam na segunda guerra mundial. Segundo Braunstein, para Canguilhem, os momentos anteriores à eclosão da segunda guerra mundial foram marcados pelo enfrentamento de nações contra a escravidão e, portanto, a favor da liberdade, o pacifismo, neste contexto, seria abdicar-se de um posicionamento necessário a fim de lutar pela vida e pela liberdade da humanidade.

Em 1936, Canguilhem torna-se professor de um dos cursos preparatórios (*Khâgne*) em Toulouse, e no mesmo período decide estudar medicina. A decisão de estudar medicina sintetiza sua própria origem social enquanto um homem da prática, nascido em uma família do campo, e, por sua vez, que vivia por meio do trabalho manual e do trabalho na terra, ao contrário de outros filósofos franceses⁴¹ da época, que traçaram semelhante caminho da filosofia à medicina, mas que estavam interessados em “psicopatologia e o tratamento de doenças mentais” – como Pierre Janet⁴². Essa relação com o trabalho no campo, na agricultura, fez com que Canguilhem tivesse um interesse particular na crise da agricultura sob os regimes nazistas e fascistas. Segundo Roudinesco, a escolha de Canguilhem pela medicina, como um modo de “confrontar uma experiência concreta, um terreno, uma disciplina, ainda que não científica, tornou possível dar corpo e vida ao pensamento conceitual”⁴³.

Para Chimento, o mundo em que Canguilhem desenvolveu seu trabalho passou por mudanças políticas e sociais macroscópicas, e, conseqüentemente, afetou o mundo da filosofia,

³⁸ BRAUNSTEIN, Jean François. Canguilhem avant Canguilhem/ Canguilhem prior to Canguilhem. In: Revue d'histoire des sciences, tome 53, n°1, 2000, p. 13. Tradução nossa.

³⁹ Ibid., loc. cit.. Ver também: PAVLOV, "Advice for Young Scientists", In: Selected Works, Foreign Languages Publishing House, 1995, pp. 54-55.

⁴⁰ Ibid., loc. cit..

⁴¹ ROUDINESCO, E. Philosophy in tubulent times; Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze, Derrida. New York: Columbia University Press, 2010, p. 18. Tradução nossa.

⁴² Ibid., loc. cit..

⁴³ Ibid., loc. Cit..

social e teoricamente: “um novo tipo de filósofo como intelectual independente e público *à la* Sartre estava substituindo o ‘pequeno professor’ da Terceira República”⁴⁴. Outro modo de dizer é que aquele “pequeno professor” tinha na sala de aula e em suas publicações acadêmicas os “principais espaços e meios de seu engajamento social”⁴⁵. Canguilhem, no entanto, na interpretação de Chimisso, defendeu o papel do filósofo como professor e não como escritor envolvido em assuntos atuais:

Bourdieu explicou o fato de que Canguilhem não era um intelectual público em termos que não deixam dúvidas de que ele ficou do lado dele: embora lamentando que Canguilhem tenha deixado o holofote aos "exibicionistas e impostores", julgou seu estilo incompatível com "os entusiasmos místico-literais pela exaltação existencial do pensamento hölderlino-heideggeriano que encanta o poeta-pensador"⁴⁶.

Parece-nos, portanto, que há uma cisão entre o projeto filosófico de um Canguilhem pacifista a rebelde nos períodos anteriores à guerra e durante a própria guerra, quando pela primeira e única vez em sua vida exerceu a função de médico ao cuidar dos soldados feridos em batalha, e um Canguilhem no pós-guerra. A ideia de uma filosofia da ação e de uma filosofia rebelde poderia ser problematizada, mas Roudinesco nos lembra de que Canguilhem representou “um verdadeiro espírito da resistência, fundado na eficácia da proibição e da autoridade”. Deste modo, para Canguilhem, todo “homem deve [...] ser um rebelde, mas toda rebelião deve visar à criação de uma ordem mais avançada que uma liberdade subjetiva, uma ordem da razão e da conceitualidade”. Há neste corolário uma síntese do que será um dos principais elementos da filosofia de Canguilhem: o conceito de normatização. Em outros termos, a amplitude da subjetividade, do pensamento humano e suas quase infinitas possibilidades de produção de conhecimento e criação precisam ser limitadas por meio de um processo de instituição de novas normas em relação a outras que não mais interessem ao exercício da razão. Após uma insurreição a um modo de raciocínio, estabelece-se uma nova racionalidade.

Em suma, ainda que não tenhamos a pretensão de analisar sistematicamente a relação entre a vida e a prática política de Canguilhem, não podemos ignorar – acompanhados e sustentados por análises mais relevantes como a de Braunstein, Roudinesco, Chimisso, Macherrey – que, se há, ao longo da obra de Canguilhem, uma filosofia da vida, ela não pode ser apartada da vida do próprio filósofo e médico francês, sobretudo, porque os eventos de sua

⁴⁴ CHIMISSO C. *Writing the History of the Mind Philosophy and Science in France 1900 to 1960s*. New York: Routledge, 2016, p. 154. Tradução nossa.

⁴⁵ *Ibid.*, loc. cit..

⁴⁶ *Ibid.*, loc. cit..

história lhe impuseram a necessidade de uma posição em relação à vida e às suas catastróficas reduções operadas pela barbárie.

Georges Canguilhem foi responsável por desenvolver um novo campo de reflexão epistemológica ao articular a técnica médica em relação à fisiologia e à história da biologia, e suas disciplinas subjacentes. Este marco na epistemologia do século XX é geralmente atribuído à sua mais conhecida obra “O Normal e o Patológico”, publicado pela primeira vez em 1943, sendo originalmente a tese de doutorado de Canguilhem em medicina, o que não impediu que suas reflexões se direcionassem menos para uma compreensão de enfermidades tratadas pela medicina, ou a um fim como a prática de uma “disciplina científica”, e mais para uma reflexão acerca da medicina e sua possibilidade de apresentar problemas concretos. Segundo o autor,

A filosofia é uma reflexão para qual toda matéria estranha serve, ou diríamos mesmo para a qual só serve matéria que lhe for estranha; Tendo começado o curso de medicina alguns anos depois de haver terminado o curso de filosofia, e ao mesmo tempo em que ensinava filosofia, tornam-se necessárias algumas palavras de explicação a respeito de nossas intenções. Não é necessariamente para conhecer melhor as doenças mentais que um professor de filosofia pode se interessar pela medicina. Não é também, necessariamente para praticar uma disciplina científica. Esperávamos da medicina justamente uma introdução a problemas humanos concretos. A medicina nos pareceria, e nos parece ainda, uma técnica ou arte situada na confluência de várias ciências, mais do que uma ciência propriamente dita⁴⁷.

Acreditamos, no entanto, como observou Braunstein⁴⁸, que o valor e a originalidade do pensamento canguilheano só podem ser apreendidos na totalidade de sua obra, incluindo seus textos da juventude.

De todo modo, Canguilhem, considerando a medicina como uma técnica situada na confluência de outras ciências, sugere que a cultura desenvolvida e praticada pela medicina

⁴⁷ *La philosophie est une réflexion pour qui toute matière étrangère est bonne, et nous dirions volontiers pour qui toute bonne matière doit être étrangère. Ayant entrepris des études médicales quelques années après la fin des études philosophiques, et parallèlement à l'enseignement de la philosophie, nous devons quelques mots d'explication sur nos intentions. Ce n'est pas nécessairement pour mieux connaître maladies mentales qu'un professeur de philosophie peut s'intéresser à la médecine. Ce n'est pas davantage nécessairement pour s'exercer à une discipline scientifique. Nous attendions précisément de la médecine une introduction a des problèms humains concrets. La médecine nous apparaissait, et nous apparaît encore, comme une technique ou un art au carrefour de plusieurs sciences, plutôt que comme une science proprement dite.* Ver: CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, pp. 7-8.

⁴⁸ Ver: BRAUNSTEIN, Jean François. *Canguilhem avant Canguilhem/ Canguilhem prior to Canguilhem*. In: *Revue d'histoire des sciences*, tome 53, n°1, 2000, p. 13. Tradução nossa.

poderia fornecer caminhos de compreensão de algumas relações conceituais que são a base de investigação de “*Le normal et le pathologique*”, a saber: as relações entre ciência e técnica, entre normas e o normal, saúde e doença, vida e morte. Relações que são, ao mesmo tempo, propriedades de uma polaridade dinâmica que constitui a própria vida.

Assim, a presente pesquisa pretende, por meio da epistemologia histórica de Canguilhem, analisar os conceitos de ciência e técnica, normal, patológico, saúde, doença, normatividade vital e erro, compreendendo-os como elementos constituintes, ou ainda conceitos subjacentes à própria vida. Outra maneira de dizer é que examinar as implicações e complicações desses conceitos é discutir a própria vida, e, sobretudo, como ela pode ser, ao mesmo tempo, sentida e elevada à consciência do vivente humano. Eis, portanto, nosso interesse e tentativa.

A medicina é, deste modo, a manifestação concreta da relação entre esses conceitos, e, como afirma Canguilhem, ela tem na clínica e na terapêutica sua atividade fundamental, “isto é, uma técnica de instauração e de restauração do normal, que não pode ser inteiramente reduzida ao simples conhecimento”⁴⁹. Esse normal, como veremos, será estabelecido pela fisiologia, ou pela ciência do normal, sobretudo, por meio de procedimentos quantitativos, cálculos e médias do organismo vivo, a fim de atribuir ao vivente humano um estado doentio ou saudável.

Na medida em que Canguilhem compreende que a concepção de conceitos como normal e patológico não pode ser definida apenas por variações quantitativas, são possibilitadas novas abordagens para a compreensão do normal, do patológico e, por conseguinte, da própria vida. Essa nova abordagem e entendimento da vida implica relações e não mais cisões, realidades imutáveis ou redutíveis a medidas. A ciência do normal, ou a fisiologia, só pode progredir na medida em que se relaciona com a experiência clínica, assim como o médico não pode ignorar que a doença que existe em sua consciência nem sempre é a mesma da consciência do doente, e, ainda que seja, só é possível ser pensada, ou só é possível que algum tratamento seja antecipado, porque outrora outras consciências manifestaram um conhecimento sobre a doença. Na medida em que tais conceitos, em especial o conceito de normal, não podem ser medidos, ou não podem ser considerados enquanto conceitos laboratoriais, abre-se um novo problema para o conhecimento científico em relação ao estatuto científico do conceito de normalidade. Se o normal não é um conceito científico, a ciência, portanto, é outra coisa que não o rigor e

⁴⁹ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 8. Tradução nossa.

objetividade tradicional com que foi construída? Ou a própria ciência utiliza-se de conceitos não científicos⁵⁰ – hipóteses que, em verdade, são o mesmo problema?

Veremos que, em decorrência desses problemas, os conceitos de normal e patológico serão realidades compreendidas como propriedades da polaridade dinâmica da vida, o que não invalida o significado e a importância desses conceitos para a técnica médica, mas que só podem ser pensados na medida em que existe o doente, e que a doença é uma experiência, assim como a normalidade só é pensada na medida em que a patologia afeta o vivente que deseja o retorno a um estágio anterior.

Vida e vivente não são indiferentes a seus estados e a suas condições de existência em relação ao meio ambiente. Sendo assim, a doença ou a saúde não são conceitos apenas oriundos da subjetividade, e que, por sua vez, encerram uma “relatividade em absoluto” em relação a sua realidade. É que, sobretudo no caso do vivente humano, o meio pode ser determinante para suas condições de sobrevivência – auxiliando ou prejudicando sua vida –, mas ele – o vivente – tem capacidade de criar ou transformar o meio, e fazer sua morada em um ambiente hostil ou pouco propício à vida. Em outros termos, vida e vivente podem criar novas normas frente a ameaças, e à doença, neste sentido, é a própria limitação da vida, é viver sobre normas restringidas, menores.

Nossa pesquisa ancora-se, deste modo, assim como o trabalho de Canguilhem, menos na tentativa de narrar a história da medicina, ou aplicar à medicina a reflexão filosófica e métodos oriundos da razão científica, e mais na elaboração ou reelaboração da relação entre conceitos fundamentais na compreensão da vida à luz de práticas concretas de manutenção, restauração, e concepção da vida por meio da técnica médica e, por conseguinte, de momentos da história da biologia e de suas disciplinas subjacentes. Nesse sentido:

É preciso dizer que não se trata de dar nenhuma lição, nem de fazer nenhum julgamento normativo sobre a atividade médica. Não temos a pretensão de querer renovar a medicina incorporando-lhe uma metafísica. Se a medicina deve ser renovada, cabe aos médicos a honra e o risco de fazê-lo. Tivemos, porém, a ambição de contribuir para a renovação de certos conceitos metodológicos, retificando sua compreensão pela influência de uma informação médica. Que não se espere, portanto, desta obra, mais do que quisermos dar. A medicina é frequentemente a presa e a vítima de certa literatura pseudofilosófica cujos autores, cumpre dizer, muitas vezes são os próprios médicos, e da qual a medicina e a filosofia raramente tiram algum proveito. Não pretendemos incentivar essa tendência. Tampouco pretendemos passar por historiador da medicina. E se na primeira parte colocamos o problema em perspectiva histórica, foi unicamente para

⁵⁰ Lebrun nos lembra que a ciência, para além da visão de senso comum, torna-se objeto epistemológico quando “se entende que cada uma das disciplinas que a compõe tem como única unidade aquela de um trabalho produtivo regulamentado por um conjunto de regras passíveis de revisão, das quais nem todas precisam estar formuladas com clareza”. LEBRUN, G.. A filosofia e sua história. São Paulo: Cosacnaify, 2006, p.138.

que ficasse mais facilmente inteligível. Não temos nenhuma pretensão de erudição no campo da biografia⁵¹.

Em resumo, e retomando alguns elementos de nossa exposição inicial, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a estrutura e construção dos conceitos de normal e patológico, normatividade vital e erro, além de conceitos determinantes para suas concepções como: norma, valor, técnica, ciência, natureza e vida.

A pesquisa será organizada em três seções: a primeira parte, “Da epistemologia à epistemologia clássica de Canguilhem”, está organizada em três subseções, sendo a primeira delas “A epistemologia clássica”, seguida de “O estilo de raciocínio - ou pensamento - francês”, e, por fim “A epistemologia histórica de Canguilhem”. Essa parte tem por objetivo retomar e revisitar alguns princípios da epistemologia clássica, ou teoria do conhecimento, a partir do século XVII – ainda que com isso não queiramos afirmar que, desde a Grécia Clássica, os filósofos não se ocuparam do problema do conhecimento, apenas reconhecemos que, para nossa pesquisa, o problema do conhecimento desenvolvido, sobretudo pela tradição moderna, pode nos auxiliar a compreender as distinções e a constituição da própria epistemologia histórica de Canguilhem, o que não nos impedirá em diversos momentos de retomar algumas continuidades e descontinuidades instrutivas de filósofos como Platão e Aristóteles em relação à questão do conhecimento. Esta parte busca, portanto, apresentar as questões da epistemologia clássica, concernentes à definição, localização e comprovação do conhecimento, e, em seguida, tencioná-las frente ao estilo francês de fazer história e filosofia das ciências, para, por fim, chegarmos historicamente melhor localizados no que ficou conhecido como a epistemologia histórica de Canguilhem.

Muito além de um registro ou de uma tentativa de erudição histórica, pretendemos compreender as condições de possibilidade dessa abordagem histórica e epistemológica da vida e seus conceitos subjacentes. Tentaremos, portanto, examinar as distinções entre a investigação clássica do conhecimento e o estilo francês de se fazer história e filosofia das ciências e, mais especificamente, o modo canguilheano de realizar tal empreitada. A abordagem canguilheana é recorrentemente entendida como uma epistemologia profundamente política e informada pela

⁵¹ “*Il ne s’agit, est-il besoin de le dire, de donner aucune leçon, de porter sur l’activité médicale aucun jugement normatif. Nous n’avons pas l’outrecuidance de prétendre à renover la médecine en lui incorporant une métaphysique. Si la médecine doit être rénovée, c’est aux médecins de le faire à leurs risques et à leur honneur. Mais nous avons l’ambition de contribuer au renouvellement de certains concepts méthodologiques, en rectifiant leur compréhension au contact d’une information médicale*”. Ver: CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 7.

história, mas uma história profundamente distinta da noção de progresso e continuidade acrítica⁵². Veremos, deste modo, que o estilo desenvolvido inicialmente por Bachelard, e concebido de outra maneira por Canguilhem – ainda que guarde semelhanças –, possibilita compreender, descontinuidades no conhecimento e nas teorias científicas, mas, sobretudo, permite conceber novas continuidades relacionadas, inclusive, a conhecimentos outrora considerados não científicos. O que, em síntese, possibilita uma nova visão sobre o conhecimento científico na atualidade e de certo modo nos auxilia em alguns prognósticos sobre o desenvolvimento futuro do conhecimento e, ao mesmo tempo, nos auxilia a compreender a fundamentação de algumas práticas técnicas desenvolvidas a partir da confluência entre as ciências, como é o caso da medicina.

A segunda parte, intitulada “Do patológico ao normal” – dividida nas seções “Análise das relações conceituais norma-média e fato-valor”, “Sobre a Patologia: O *pathos* enquanto condição do *logos*”, “Sobre a normalidade: do anormal ao normal” e “Saúde e doença depois de Canguilhem” –, diz respeito, inicialmente, ao problema tratado por Canguilhem acerca das reflexões desenvolvidas por Auguste Comte e a diferença entre estado normal e patológico determinada pela ideia de excesso e falta na atividade orgânica, tal como Claude Bernard, e seu desenvolvimento da metodologia científica, junto à proposição que consiste em afirmar a continuidade entre o estado normal e patológico. De modo semelhante aos dois últimos, René Lericq, e sua concepção da doença enquanto modo de expressão do organismo, no entanto, não deixa de expressar em diversos momentos de sua teoria um caráter normativo e quantitativo.

Nessa parte, nosso problema se coloca da seguinte forma: o dogma positivista, representado, sobretudo, pelo sistema de pensamento comteano, no que diz respeito à compreensão dos estados normais e patológicos, compreendia que estes dois últimos conceitos eram definidos por uma variação quantitativa para mais ou para menos de algum órgão do vivente e que, por sua vez, determinaria um estado saudável ou doentio. No entanto, como Canguilhem nos mostra, há nesses conceitos a presença de aspectos qualitativos, assim como fatores que negam sua definição unicamente métrica e objetiva, entre eles, e, sobretudo, um dinamismo próprio à vida, que não pode ser reduzido a um experimento de laboratório, estático e controlado. Deste modo, faremos ver, por meio das teses de Canguilhem, que a doença não mais deve ser compreendida como uma variação quantitativa, ou um mal, mas enquanto uma experiência do vivente. A doença será não só um desequilíbrio químico-físico, mas também um

⁵² Ver: BRAUNSTEIN, F. J.. L’histoire des sciences. Paris: Vrin, 2008, pp. 13-19; CASSIRER, E.. The problem of the knowledge: Philosophy, Science, & history since Hegel. London: Yale University Press, 1978, pp. 217-265.

sentido, um fenômeno, uma experiência para o vivente. E o normal, por sua vez, será pensado a partir da doença, ou seja, a partir de seu negativo elevado à consciência.

Deste modo, a vida, compreendida a partir dos conceitos de normal e patológico será sentida e pensada, o que significa que será não apenas um fato, mas um valor, ao mesmo tempo em que não é indiferente às suas condições de possibilidades e, portanto, produz normas em seu movimento frente àquilo que a ameaça, que a limita. É neste sentido que Canguilhem afirma que “há normas sãs e normas patológicas e as primeiras não iguais às segundas”⁵³. Na doença, o vivente não deixa de viver sob normas, ainda que estas, nesse estágio, produzam apreciação e ação limitadas, estreitas em relação ao meio. Mas é esse estado limitado e estreito que possibilita o desejo por um estado normal, outrora vivenciado, mas só agora concebido racionalmente. Assim, tentaremos mostrar que o patológico, ou a doença, é o que, em verdade, suscita o normal, ou a saúde, sem, com isso, substituir cientificismo por um subjetivismo relativista.

A terceira parte “Sobre a pluralidade da vida” – dividida em três seções que são “Sobre a normatividade vital e a vida enquanto criação”, “Sobre a vida enquanto informação codificada” e “Os Erros na vida” – tem por objetivo compreender, à luz das discussões e concepções de conceitos subjacentes à vida – em especial, o normal e o patológico – discutidas nos capítulos anteriores, o sentido e alcance do conceito de normatividade vital, ou biológica, cunhado por Canguilhem, junto às novas aquisições da bioquímica contemporânea, em especial a descoberta da estrutura do DNA, por Watson e Crick⁵⁴ que suscitaram, por um lado, o renascimento de uma concepção mecanicista da vida, e, por outro, representam novas articulações para o pensamento canguilheano sobre a vida. Em seguida, analisaremos como a vida, em sua pluralidade ou totalidade – corpo, mente e meio – contém em si mesma o erro, e este, semelhante ao conceito de patologia, não deve mais ser compreendido como um mal, mas como uma implicação, um elemento ou propriedade presente na própria vida e que, por sua vez, reabre não apenas o problema da vida, mas o problema do conhecimento e, por conseguinte, o problema da verdade.

Faremos, assim, uma exegese em relação ao conceito de normatividade vital, a fim de compreendermos a intenção canguilheana, contra qualquer inatismo, de atribuir à normatividade certo “posicionamento” ativo da vida em relação às suas condições de possibilidades. Ou seja, a vida não é indiferente a condições que a ameaçam, ela mesma produz normas. O que, primeiro, parece suscitar uma interpretação que sugira a separação entre vida e vivente, mas, ao contrário,

⁵³ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 101. Tradução nossa.

⁵⁴ Ver: WATSON, James Dewey; CRICK, Francis Harry Compton. *Molecular structure of nucleic acids: A structure for desoxyribose nucleic acid*. *Nature* 171: 737-738, 1953.

tentaremos mostrar a própria ideia de se pensar uma vida “nela mesma” sem a qual a atividade do vivente não seria possível.

1 DA EPISTEMOLOGIA À EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA DE CANGUILHEM

Segundo Foucault, a história do pensamento é a análise do meio pelo qual “um campo não problemático da experiência torna-se um problema”⁵⁵, outro modo de afirmar aquilo que Badiou, lembrando Heidegger, define como essência da filosofia: a função de tornar as coisas mais difíceis e pesadas⁵⁶. Outro modo também de dizer o que seu antigo professor, George Canguilhem, afirmava, sob a perspectiva de León Brunschvicg, é que a filosofia é “a ciência dos problemas resolvidos”⁵⁷, e que cabe a ela reabrir tais problemáticas, suscitar debates, estimular novas reações e provas crises sobre modelos de pensamento estabelecidos. Foi sob essa perspectiva que Canguilhem desenvolveu seu exame crítico acerca da tese adotada no século XIX, relativa definição de estados normais e patológicos por meio de variações quantitativas.

É também sob este corolário que acreditamos que nossa reflexão inicial deve se dedicar a compreender o estatuto moderno das ciências e, por conseguinte, analisarmos o modo pelo qual Canguilhem desenvolveu sua epistemologia histórica. Deste modo, a fim de construir um pensamento crítico acerca da história das ciências, devemos lembrar como sua aparência de neutralidade e objetividade provocou efeitos otimistas sob a sociedade nos últimos séculos, em especial, crença de que seu progresso proveria o bem-estar social – e ainda provoca:

Cumpre lembrar que desde Comte, no século XIX, a questão da ciência não é conduzida exclusivamente pelas análises dos processos cognitivos. Comte (1978) opera um deslocamento para uma filosofia fundada na história da ciência e sua relação intrínseca com o progresso da sociedade e da humanidade. Ele compreende a ciência como uma teoria que progride, no sentido de uma unidade geral, para uma verdade e psicossociológica⁵⁸.

Canguilhem não pretendia “renovar a medicina incorporando a ela uma metafísica. Se a medicina deve ser renovada, cabem aos médicos a honra e o risco de fazê-lo”⁵⁹. Assim, em “O Normal e o Patológico”, o filósofo pretendia agregar ao trabalho da especulação filosófica parte dos avanços e métodos na técnica médica, sem, com isso, recomendar procedimentos metodológicos ou aplicar um julgamento normativo sobre a atividade médica. Canguilhem, por

⁵⁵ Foucault *apud* Portocarrero. In: PORTOCARRERO, V.. As ciências da vida: De Canguilhem a Foucault [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 142.

⁵⁶ BADIOU, A.. A aventura da filosofia francesa no Século XX. São Paulo: Autêntica Editora, 2015, p. 56.

⁵⁷ CANGUILHEM, G.. Le normal et le Pathologique. Paris: Quadrige, 2015, p. 9. Tradução nossa.

⁵⁸ PORTOCARRERO, V.. As ciências da vida: De Canguilhem a Foucault [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 38.

⁵⁹ Ibid. loc. cit.. Tradução nossa. Ver também: CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

consequência, busca contribuir “para a renovação de certos conceitos metodológicos, retificando sua compreensão pela influência de uma informação médica”⁶⁰. Deste modo, a abordagem canguilheana se constitui pela justaposição dos conceitos já construídos, e utilizados nas ciências da vida, e a técnica médica, passada e presente, propriamente dita, que possibilita o ajustamento de certos conceitos.

No espaço e tempo em que Canguilhem viveu, sua obra suscitou interesse não só de filósofos, mas também de profissionais da medicina. Não é certo dizer que a presente pesquisa suscitará o mesmo interesse, e, ousaríamos dizer, que outras pesquisas mais relevantes que se dedicam a problematizar as ciências, sobretudo, “naturais”, também não alcançaram este objetivo. Parte desse problema é, principalmente, oriundo de preconceitos que depreciam a atividade do espírito frente aos domínios práticos ou pragmáticos da vida. Parece-nos claro, no entanto, que a contribuição de Canguilhem por meio de sua epistemologia histórica não se destinava à aprovação de cientistas ou médicos. No entanto, o interesse, não restrito à filosofia, pela obra canguilheana demonstra que sua epistemologia histórica não era apenas mais um procedimento de censura de conceitos utilizados equivocadamente pela medicina, mas elucida a capacidade de interferir sobre o domínio empírico das ciências e das técnicas.

Neste sentido, como justificar a investigação epistemológica acerca da epistemologia histórica que tem por objetivo compreender e retificar o conhecimento produzido pela ciência biológica e a técnica médica? Em outros termos, lançamos mão de um domínio filosófico que aborda a natureza, fontes e validação do conhecimento, a fim de analisar os conceitos de normal, patológico e normatividade vital à luz da interpretação canguilheana e de seu escrutínio crítico, histórico e epistemológico sobre a produção de conhecimento nas chamadas ciências da vida, e, em especial, na técnica médica.

A intenção e o estilo que adotamos, em nossa pesquisa, buscam, deste modo, não apenas expor o desenvolvimento da epistemologia histórica canguilheana, mas, junto a isso, visa ao escrutínio dos resultados cognitivos do pensamento canguilheano sob os assuntos que delimitamos em nossa pesquisa. Parece-nos importante, portanto, analisar a situação da epistemologia histórica de Canguilhem em relação à epistemologia clássica e ao “estilo francês”⁶¹ de se fazer filosofia e história das ciências. Acreditamos, deste modo, que a exposição de estilo e procedimentos de abordagem de Canguilhem sobre o objeto de investigação em questão pode contribuir para a compreensão dos avanços e dos limites da especulação filosófica sobre

⁶⁰ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 8. Tradução nossa.

⁶¹ Ver: BRAUNSTEIN, F. J.. *L’histoire des sciences*. Paris: J. Vrin, 2008. Tradução nossa.

domínios da ciência teórica e experimental, tal como contribui para o entendimento do desenvolvimento e demarcação dos domínios filosóficos adotados por Canguilhem.

1.1 A epistemologia clássica

A epistemologia, ou teoria do conhecimento, é, tradicionalmente, compreendida enquanto um domínio da filosofia que tem por objetivo analisar e, de certo modo, responder a questões relativas ao desenvolvimento do conhecimento: O que é o conhecimento? Onde procurá-lo? Como comprová-lo? Sendo a comprovação seu principal alvo, epistemólogos tendem a depositar uma atenção particular aos meios e procedimentos para se chegar ao conhecimento.

Oliva, retomando o pensamento de Platão em *Ménon* (80e), escreve sobre o “paradoxo da busca”⁶², ou o resultado da empreitada epistemológica já em seus procedimentos iniciais⁶³. Em outros termos, a epistemologia tem como procedimento padrão e inicial compreender, em primeiro lugar, o que é conhecimento, a fim de procurá-lo, uma vez que não podemos procurar aquilo que não sabemos o que é. Desse modo,

O homem não precisa procurar o que sabe e não tem como ir atrás do que desconhece, do que não sabe o que é. Não faz sentido procurar o que sabe pelo simples fato de já o conhecer. E faltam-lhe condições para procurar o que ignora, já que não sabe o que é nem onde buscá-lo. Se não sabe claramente o que persegue, fica também sem ter como escolher os procedimentos adequados à busca. Se não tem como buscar o que desconhece totalmente, o que sequer sabe o que é, fica impossibilitado de avançar metodicamente sobre o desconhecido. E se por ventura encontrar o novo, como poderá saber que se trata do objeto desconhecido e procurado se nunca conheceu?⁶⁴.

Essa definição tradicional da epistemologia nos leva a uma nova etapa de sua constituição que diz respeito à sua distinção em relação à metodologia – ou o caminho de obtenção de conhecimento por meio de procedimentos especializados. A epistemologia se distingue daquilo que usualmente chamamos de método⁶⁵ na medida em que é constituída como um domínio filosófico de investigação em que o conhecimento examina a si mesmo, que busca justificar as

⁶² “Compreendo que tipo de coisa queres dizer, Ménon. Vês quão erístico é esse argumento que estás urdindo: que, pelo visto, não é possível ao homem procurar nem o que conhece nem o que não conhece? Pois nem procuraria aquilo precisamente que conhece – pois conhece, e não é de modo algum preciso para um tal homem a procura – nem o que não conhece – pois nem se quer sabe o que deve procurar”. Platão. *Ménon*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio e Edições Loyola, 2001, p. 49.

⁶³ OLIVA, A.. *Teoria do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 8.

⁶⁴ *Ibid.*, loc. cit..

⁶⁵ Referimo-nos a método no sentido de (1) qualquer pesquisa ou orientação de pesquisa, (2) uma técnica particular de pesquisa. Ambas as noções podem ser encontradas em: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 780.

condições de possibilidade do conhecimento, e, em síntese, que “busca saber se temos razões suficientes para acreditar que temos razões suficientes para acreditar em algo”⁶⁶ ao qual nomeamos como conhecimento.

A distinção entre epistemologia e metodologia científica deu origem a duas interpretações sobre a estrutura e constituição da primeira: há por um lado uma interpretação da epistemologia enquanto um “puro jogo do espírito” que chamamos de epistemologismo, e, por outro, o sociologismo, que compreende a essência e valor do conhecimento enquanto produto exclusivo da vida social. Problema de mesma ordem na história da ciência que tem sido objeto de enfoques internalistas e externalistas – por um lado internalistas concebem a história como um “processo de (re)formulação de conceitos”, deste modo, se detém apenas aos componentes sintático-semânticos da linguagem científica, por outro lado, externalistas reduzem a atividade científica ao fenômeno social igual a qualquer outro e não como a expressão superior da racionalidade⁶⁷. Há, ainda, a síntese dessas polaridades, ou seja a epistemologia seria processo de investigação do conhecimento, constituída pela especificidade do domínio científico e, ao mesmo tempo, informada pela mudanças históricas, econômicas e políticas que por sua vez moldariam os interesses científicos, assim como influenciariam na permanência ou modificação de certos conceitos metodológicos utilizados pelos cientistas.

Se o debate sobre a constituição da epistemologia não pode ser considerado fechado, há um certo consenso em relação a sua função, tal como há também um entendimento comum frente ao que se compreende enquanto conhecimento. Sobre conhecimento, é possível afirmar, como também nos mostra Oliva⁶⁸, que ele foi historicamente definido a partir da ideia de que as informações que possuímos acerca do mundo são condensadas em crenças, sejam elas de caráter pertencente ao senso comum, sendo, portanto, meras opiniões, ou crenças verdadeiras justificadas⁶⁹. Essa condensação de informações realizada pelo espírito ocorre por meio de quatro modos de apreensão e produção de conhecimento: “conhecimento por aptidão”, “conhecimento por contato”, “conhecimento proposicional”, e, por fim, o conhecimento da ação ou criação. No primeiro caso, o conhecimento é definido por meio da capacidade de “fazer algo” (*know-how*), de realizar uma atividade, sem a necessidade de uma fundamentação teórica. No segundo caso, trata-se de um conhecimento definido por meio de uma experiência – apoiando-se em sensações, lembranças, e vivências –, por um contato imediato com o objeto. É o que Russel chamou de

⁶⁶ OLIVA, A.. Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 8.

⁶⁷ Ibid., loc. cit..

⁶⁸ Ibid., loc. cit..

⁶⁹ OLIVA, A.. Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 12.

*knowledge by acquaintance*⁷⁰. Já o terceiro caso, o conhecimento proposicional, ou conhecimento por descrição, é o que, sob a interpretação clássica da epistemologia, compreendemos enquanto o modo de análise da epistemologia. E é a essa modalidade de conhecimento que atribuímos o conceito de crença verdadeira justificada. Ou seja, essa modalidade de conhecimento ocorre por meio da relação entre sujeito e uma proposição acerca de fatos, situações e estados de coisas. É sobre esse conhecimento que repousa a principal tarefa da epistemologia clássica, em outros termos, cabe à investigação do conhecimento pelo conhecimento examinar as condições suficientes e necessárias para um sujeito conhecer uma proposição.

Em síntese, o problema do conhecimento, sob a leitura clássica da epistemologia, concentra não apenas o problema das condições necessárias para validar o conhecimento, mas o paradoxo de investigar os limites do conhecimento por meio do próprio conhecimento. Neste sentido, como ressalta Oliva, desde Platão⁷¹, mas, sobretudo por meio da filosofia moderna, a epistemologia buscou ser normativa, ou seja, criar critérios ideais de racionalidade a fim de que o conhecimento seja de fato obtido. A epistemologia torna-se, então, uma espécie de Legislação Geral da Razão. E em oposição a este ponto de vista, naturalistas compreendiam as regras deste método como propriedades naturais – “como desenvolvidas por ensaio e erro pela espécie humana – e identificáveis pelo acompanhamento do que fazem aqueles que buscam o conhecimento”⁷².

Assim, o surgimento da epistemologia na modernidade desloca o centro da problemática do conhecimento grego acerca do erro – como o erro é possível? – para a verdade – ou seja, como a verdade é possível? Essas mudanças ocorrem, mais especificamente, no século XVII, motivadas por novos problemas e questões políticas, econômicas e sob forte influência do cristianismo e a separação dos seres inteligentes (imperfeitos) e o divino (perfeito), inquirindo, portanto, a possibilidade de um ser errante obter conhecimento ou chegar à verdade. Ainda que os modernos não tenham abandonado os modelos e procedimentos de busca da verdade propostos por Sócrates, Platão e Aristóteles. É, deste modo, que Bacon e Descartes examinaram os obstáculos para se chegar ao conhecimento verdadeiro por meio da análise das causas e formas de nossos preconceitos. Por um lado, Bacon elaborou sua “crítica dos ídolos” e Descartes atribuiu a origem

⁷⁰ RUSSEL apud Oliva. In: OLIVA, A.. Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 13.

⁷¹ Nem o autor, e nem nossa pesquisa, pretende atribuir, anacronicamente, à filosofia grega clássica a epistemologia. No entanto, optamos por deixar aberto o problema, ainda que tendamos a concordar, que numa filosofia como a de Platão já haveria problemas e perguntas que podem ser interpretados como condição de possibilidade para o surgimento da epistemologia.

⁷² OLIVA, A.. Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 8.

do erro a certas atitudes “infantis”⁷³. Em ambos os autores, os obstáculos, defeitos ou erros na busca pelo conhecimento podem ser superados pela reforma do entendimento e da ciência, ainda que, em Bacon, tais mudanças contivessem também uma reforma social e política, e, para Descartes, tratava-se de instituir um método em que o sujeito pudesse assegurar-se em relação à produção do saber⁷⁴.

Entre os diversos obstáculos na análise e justificação do conhecimento – entre eles, o falibilismo e o relativismo –, destacamos um problema que sugerimos estar presente tanto na epistemologia clássica, quanto na epistemologia histórica de Canguilhem. Trata-se do problema do “sujeito epistêmico” e, por conseguinte, sua relação com a realidade por meio dos sentidos e suas operações racionais. Em outros termos, o modo como conhecemos a história da epistemologia clássica nos permite afirmar que um sujeito pode conhecer um objeto sem condições pré-determinadas como condição de possibilidade? Ou seja, por um lado, o sujeito precisa de certas faculdades cognitivas e, por outro lado, o objeto precisa estar em um mundo organizado, ou possuir certo número de constâncias. Seria possível de fato conhecer algo que sua condição de existência é a mudança? Como seria possível, neste sentido, atribuir conhecimento, por exemplo, às empreitadas das ciências da vida e à técnica médica?

Do inatismo ao empirismo, passando por Leibniz, até a solução kantiana, a filosofia, durante séculos, buscou distinguir as meras opiniões da verdade, considerando que só poderíamos definir ideias enquanto racionais e verdadeiras na medida em que fossem resistentes ao tempo, perenes, permanecendo as mesmas em qualquer tempo ou lugar. É Hegel, sob sua tentativa de superar inatistas, empiristas e a solução kantiana, que busca historicizar a razão e atribuir a ela um caráter de sujeito e objeto, de objetividade e subjetividade.

Ainda que a teoria hegeliana da razão não seja um problema resolvido na história da filosofia, nem aceito por todos os filósofos, sua solução expressa um problema que sugerimos atravessar a filosofia e ciência contemporânea: trata-se da possibilidade de produzir conhecimento acerca da própria razão e, por sua vez, do vivente humano e seu puro devir.

⁷³ “O primeiro era não aceitar jamais algumas coisa com verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal: isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e nada incluir em meus julgamentos senão o que se apresentasse de maneira tão clara e distinta a meu espírito que eu não tivesse nenhuma ocasião de colocá-lo em dúvida”. Ver: DESCARTES, R. O discurso do método. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p. 49.

⁷⁴ É bastante comum, na história da filosofia, o acento dado às condições sociais e políticas do tempo em que viveu Descartes e, sobretudo, de sua formação conservadora, motivada tanto por sua formação cultural adquirida na *Le Flèche* quanto por sua possível prudência e cuidado com a exposição pública de seu pensamento frente às ameaças da Inquisição. Ver: DESCARTES, R.. O discurso do método. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p. 27.

Em confronto a essas empreitadas acerca do conhecimento, e com o desejo de superar o que chamou de ideias abstratas da filosofia, Comte pretendeu tornar a filosofia uma espécie de recurso de sistematização das ciências, e, sobretudo, um método: o método positivo. As ciências, deste modo, deveriam substituir a filosofia por meio de suas abordagens empíricas da realidade que, por sua vez, são passíveis de mensuração, e, em outros termos é o termo da dissolução do suposto abstrato fantasmático da filosofia colocando em seu lugar a “objetividade” científica: não se investiga mais as “causas primeiras” a “essência” metafísica dos fenômenos, “mas procura-se apenas fixar em leis sempre muito gerais, as relações constantes de sucessão ou de semelhança entre os próprios fenômenos, entre os fatos entendidos positivamente”⁷⁵. No entanto, segundo Braunstein, o projeto comteano do positivismo foi responsável por tornar a história das ciências uma disciplina autônoma⁷⁶, isso porque Comte não apenas fundou a cadeira de História geral das ciências, no *Collège de France*, mas, sobretudo, fundou a necessidade de uma história das ciências⁷⁷, como na famosa passagem citada por Bruaunstein do *Cours de philosophie positive*: “assim, estamos certamente convencidos de que o conhecimento da história da ciência é da maior importância. Eu até acho que não conhecemos uma Ciência completamente enquanto não conhecemos a história”⁷⁸.

Pode-se considerar que esse primeiro período "positivista", nos termos de Braunstein, no sentido amplo da história da ciência, continuou de Comte até os anos 1930. Foi durante esse período, que Kuhn chamaria⁷⁹ de “pré-paradigmático”⁸⁰, que se desenvolveram “uma série de ferramentas de trabalho necessárias à história da ciência: biografias, bibliografias, edições de obras clássicas, revistas científicas, sociedades científicas, autor, etc.”⁸¹. Mas isso não evitou que a concepção comteana, no sentido estrito do termo, da história das ciências, deixasse de ser constituída por fragilidades oriundas de certo pré-cientificismo. Sobre o projeto de Comte repousava uma visão simplista que compreendia a história das ciências enquanto progresso contínuo da razão.

Entretanto, ainda sob a interpretação de Braunstein⁸², é possível identificar quatro proposições comteanas que definem e estrutura da história das ciências e a epistemologia na

⁷⁵ Ver: CASTAGNOLA, L.; PADOVANI, L.. História da Filosofia. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

⁷⁶ Ver: LEBRUN, G.. A filosofia e sua história. São Paulo: Cosacnaify, 2006, pp. 134-144

⁷⁷ BRAUNSTEIN, F. J.. L'histoire des sciences. Paris: J. Vrin, 2008. p. 23. Tradução nossa.

⁷⁸ Ibid., loc. cit.. Tradução nossa.

⁷⁹ Ibid. p. 24. Tradução nossa.

⁸⁰ Ver: KUHN, T.. A Estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2011. pp. 29-42.

⁸¹ BRAUNSTEIN, F. J.. L'histoire des sciences. Paris: J. Vrin, 2008. p. 24. Tradução nossa.

⁸² Ibid., loc. cit.. Tradução nossa.

França do século XIX: a primeira ideia consiste na afirmação de que a ciência é a mais rica atividade da inteligência humana, e que fazer sua história permite compreender melhor o progresso do espírito humano; a segunda ideia consiste em dizer que a história das ciências não deve ser uma história de ciências particulares, mas uma história geral das ciências; a terceira ideia consiste na tese de que a história das ciências deve necessariamente ser informada por uma visão política; e, por fim, a última ideia atribuída a Comte diz respeito à leitura evolucionista da história das ciências: em Comte, a história geral e a história das ciências em particular são concebidas como um desenvolvimento, no sentido do desenvolvimento de um germe.

No entanto, o projeto comteano de sistematização e constituição de um método científico seria refutado não apenas pela retificação de conceitos como progresso, evolução, mas pela própria realidade em seu sentido mais pragmático:

Esta visão evolucionista e otimista de um progresso do espírito humano atestada pelo progresso da história das ciências desaparece nos anos de 1920, sem dúvida por duas razões principais. Uma razão científica teoria da relatividade einsteiniana e a mecânica quântica instauraram uma ruptura verdadeiramente radical na história das ciências cujo qual o continuísmo não pode dar conta. E uma razão política: a primeira guerra mundial coloca fim por longos tempos no otimismo humanista dos fundadores da história das ciências. E este pessimismo é finalmente confirmado pela segunda guerra mundial.⁸³

Ainda que reconhecesse o papel determinante de Comte no desenvolvimento da história das ciências, e da epistemologia especificamente francesa, Canguilhem, a fim de construir uma epistemologia histórica, não deixou de criticar e reconstruir os conceitos desenvolvidos por Comte – como voltaremos a ver neste ensaio. O pensamento de Canguilhem se construirá sem negar as influências de Comte sobre a história das ciências – Canguilhem reconhecia tanto Fontenelle⁸⁴ quanto Comte enquanto autores determinantes para o desenvolvimento de uma história da ciência. Em Fontenelle, Canguilhem identifica a impulsão necessária ao desenvolvimento da filosofia das ciências, enquanto em Comte, particularmente, via a construção de uma história crítica. Entretanto, essa interpretação não impede o desenvolvimento de um novo e original modo de compreender a epistemologia, a história e o homem.

⁸³ BRAUNSTEIN, F. J.. *L'histoire des sciences*. Paris: J. Vrin, 2008, p. 31. Tradução nossa.

⁸⁴ “Não se conhecia realmente, antes do século XVIII, senão a história da pintura, da música e da medicina. Incontestavelmente, Fontenelle deu seu primeiro impulso à história das ciências. Enquanto vivo, nós a vemos já se introduzindo no *Traité des sections coniques et des courbes anciennnes*, de La Chapelle (1750). Vemo-la tomar toda sua amplitude, um ano apenas depois de sua morte, na *L'histoire de mathématiques*, de Montucloa (1758)”. Ver: CANGUILHEM. Fontenelle, philosophe et historien des sciences. In: *Études d'histoire et de philosophie des sciences*. Paris: J. Vrin, 1970, p. 58.

Sendo assim, tentaremos agora compreender a epistemologia histórica de Canguilhem e suas distinções em relação à epistemologia clássica, e, por conseguinte, analisaremos as condições pelas quais esse estilo de raciocínio pode nos favorecer no exame de conceitos como normal, patológico, e, sobretudo, do conceito de vida. Para tanto, abordaremos brevemente a noção de “estilo francês”.

1.2 O estilo de raciocínio – ou pensamento – francês

A noção de estilo de raciocínio científico é, segundo Bueno, inicialmente desenvolvida por Crombie em sua tentativa de reescrever a história das ciências na Europa⁸⁵. Segundo Crombie, estilos de raciocínio⁸⁶ são modelos específicos de investigação científica que surgem em momentos bem definidos e que se alteram ao longo da história das ciências, havendo, em alguns casos, combinações de estilos. Entre eles, ele identifica, na história das ciências ocidentais, seis desses modelos: dedutivo, experimental, hipotético, taxonômico, estatístico e evolucionário⁸⁷.

Segundo Bueno, compreender o conceito de estilo nos permite examinar teorias e práticas científicas, além de possibilitar a identificação de cada método, teoria ou descoberta e seus respectivos lugares de pertencimento nos movimentos científicos. Em outros termos, a noção de estilo é, também, um modo de reescrever a história das ciências, por conseguinte, de se fazer filosofia das ciências. Assim,

A importância do conceito de estilo no exame das artes e da ciência é dupla: Por um lado, ao identificarmos o estilo de certa obra artística ou científica – ou o estilo da comunidade correspondente que as produziu – possuímos recursos para compreender algumas de suas características relevantes. Nesse sentido, o conceito de estilo é importante pela capacidade que possui de descrever aspectos salientes das práticas

⁸⁵ Ver: BUENO, O. Estilos de Raciocínio nas Ciências e nas Arte. Miami: Departamento de Filosofia Universidade de Miami Coral Gables, FL 33124. CROMBIE, C. A.. Styles of thinking and historiography of science. 1996. Trinity College, Oxford.

⁸⁶ Crombie falava em “estilo de pensamento”, não de raciocínio. Optamos por manter o termo raciocínio, uma vez que buscamos construir nosso argumento por meio da formulação de Bueno, que propõe raciocínio é um termo mais adequado, uma vez que se trata de padrões de inferência e “pensamento” suscita uma quase psicologia do conhecimento. Ver: CROMBIE, C. A.. Styles of thinking and historiography of science. 1996. Trinity College, Oxford; BRAUNSTEIN, F. J.. L’histoire des sciences. Paris: J. Vrin, 2008.

⁸⁷ Ver: BUENO, O.. Estilos de Raciocínio nas Ciências e nas Arte. Miami: Departamento de Filosofia Universidade de Miami Coral Gables, FL 33124. CROMBIE, C. A.. Styles of thinking and historiography of science. Trinity College, Oxford. 1996.

científica ou artística que o incorporam. Por outro lado, a identificação de um estilo também permite a avaliação crítica das obras e das práticas em questão, bem como o exame do modo como tais práticas se inserem na tradição a que pertencem, como a contestam, que limitações possuem e como abrem espaço para desenvolvimentos posteriores. Tais recursos críticos proporcionados pela identificação de um estilo consistem num dos principais aspectos desse conceito e do esquema conceitual resultante⁸⁸.

O estilo científico, nesta interpretação, é um esquema conceitual, tal como um modo de “se fazer algo”, assim como o estilo artístico – ainda que as semelhanças entre ciência e arte não sejam capazes de fazer desaparecer suas distinções determinantes de origem e fins. Mais especificamente, Bueno identificou algumas propriedades do modo de se fazer ciências que são determinadas pelo estilo de raciocínio científico: (a) os tipos de questões a serem levantadas, (b) as técnicas e os procedimentos para respondê-las, (c) os padrões de inferência admitidos (argumentos dedutivos, indutivos, adutivos, estatísticos, analógicos etc.), (d) os recursos heurísticos adotados para a resolução de problemas, e (e) as formas de constituição de objetos em certa área do conhecimento.

A definição de estilo de Bueno busca suprir, por um lado, certa ausência de critérios para a compreensão do que é um estilo no trabalho de Crombie, e, por outro lado, certa generalização dos estilos de raciocínio científico na formulação de Hacking. Braunstein, de outro modo, buscou compreender os estilos de raciocínio – ou, conforme seu uso do termo, “estilos de pensamento”⁸⁹ – de historiadores e epistemólogos franceses, sem necessariamente distinguir o conceito de estilo, seja em Fleck⁹⁰, Crombie ou Hacking⁹¹:

A noção de “estilo de pensamento científico”, em Fleck, Crombie ou Hacking [...] permitem pensar, de uma só vez, semelhanças notáveis, certa familiaridade, que vai além do empréstimo consciente e referências explícitas, para designar características comuns que aparecem em um momento específico e persistem por certo tempo, mas não exclui ao mesmo tempo a individualização de cada um dos autores que ilustram esse estilo⁹².

Ainda que, por um lado, a tentativa de Bueno em suprir a incompletude na definição do conceito de estilo em Hacking e Crombie nos pareça mais adequada, tentaremos, por outro lado, compreender o alcance e o sentido do que Braunstein, em convergência às ideias desses dois autores, chamou de estilo francês de se fazer história e filosofia das ciências, em específico o

⁸⁸ Ibid. p. 2. Tradução nossa.

⁸⁹ Apesar de “estilos de raciocínio” nos parecer mais adequado, acreditamos que o sentido e uso de “pensamento” em Braunstein não privilegia uma leitura psicológica do conhecimento, mas trata-se de padrões de inferência.

⁹⁰ Ver: FLECK, L.. *Observation scientifique et expérimentation en général em L’histoire des sciences – méthodes, styles et controverses*. Paris: J. Vrin, 2008.

⁹¹ Ver: HACKING, I.. *Style for historians and Philosophers*. *Studies in history of science*, vol. 23, 1, 1992.

⁹² BRAUNSTEIN, F. J.. *L’histoire des sciences*. Paris: J. Vrin, 2008. p. 15. Tradução nossa.

estilo de Georges Canguilhem. Veremos também se o conceito de estilo de pensamento de Pierre Macherey pode ser pensado sob a mesma linha de pensamento de Braunstein.

Falar em “estilo francês” na história das ciências, em vez de em “escola”, “tradição”, ou mesmo “método”, é, em algum sentido, ressaltar a originalidade da epistemologia francesa do século XX, e problematizar algumas propriedades que, segundo Braunstein, geralmente esses termos carregam de modo unilateral como uma ordem institucional, de lugar e de memória. Essa distinção entre os conceitos de estilo, tradição e escola, marca também a originalidade do pensamento de Canguilhem. O filósofo e médico francês afirma que a construção de seu pensamento e projeto epistemológico e histórico é fortemente influenciado por Bachelard, o que, por outro lado, não impede que Canguilhem trilhe um caminho e estilo bastante particular em seu pensamento acerca da história das ciências e, portanto, construa um novo modo de fazer filosofia das ciências sem com isso negar Bachelard. Em todo caso, entre essas particularidades que determinam os estilos de Bachelard e Canguilhem, está, sobretudo, uma distinção que diz respeito ao próprio objeto de investigação: Bachelard dedicou seu trabalho, sobretudo, à análise das ciências químicas e físicas, enquanto, Canguilhem, como ressalta Delaporte⁹³, “não parou de ressaltar a especificidade do vivo: seu ‘vitalismo é testemunho suficiente disso’⁹⁴. Voltaremos a discutir as partilhas e distinções de Bachelard e Canguilhem na seção dedicada à epistemologia histórica de Canguilhem. Neste momento, a relação entre Bachelard e Canguilhem deve nos ajudar a compreender o desenvolvimento do estilo francês de se fazer filosofia das ciências em contraposição às interpretações acerca da ciência ainda bastante fundamentadas no purismo historicista.

Segundo Braunstein⁹⁵, é possível especificar as características do chamado estilo francês: uma primeira característica é a ligação inextricável entre a filosofia da ciência e a história da ciência. A segunda característica, é que essa história das ciências é necessariamente uma história filosófica e crítica, que não se satisfaz com os critérios tradicionais da história. Por fim, a terceira característica se constitui sob a ideia de que a história das ciências é frequentemente ponto de partida de uma reflexão bastante geral sobre o devir da razão, sobre a historicidade da racionalidade.

⁹³ DELAPORTE, F.. A história das ciências segundo Georges Canguilhem. In: PORTOCARRERO, V., org. Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 272.

⁹⁴ Ibid., loc. cit..

⁹⁵ BRAUNSTEIN, F. J.. L'histoire des sciences. Paris: J. Vrin, 2008, pp. 15-17. Tradução nossa.

Neste sentido, Braunstein compreende a epistemologia, em seu sentido francês, e ao contrário da filosofia das ciências no sentido anglo-saxão, “designa uma reflexão *a posteriori*” sobre as ciências efetivamente existentes e não uma teoria do conhecimento que teria como função fundar a ciência *a priori*. Há, portanto, diferenças fundamentais, no que diz respeito aos objetivos, métodos e referências, entre o estilo francês de se fazer filosofia das ciências e a filosofia das ciências ou teoria do conhecimento de origem anglo-saxã:

Esta escolha da hierarquia das ciências contra a "teoria do conhecimento" é antiga, como Stuart Mill já observou, com respeito a Auguste Comte, que se "limita principalmente" ao estudo de "métodos de investigação". Isto é, "modos pelos quais a mente humana chega a conclusões", enquanto desinteressou-se completamente pelas condições de prova", isto é, do "modo de "experimentar a certeza dessas conclusões" e, portanto, não fornece "qualquer veracidade da verdade"⁹⁶.

O estilo francês de se fazer filosofia das ciências, e em especial o estilo canguilheano, é profundamente informado pela história, e é por meio desta propriedade que este modo de investigação busca não apenas repetir as ciências, mas compreender o movimento e a origem de seus conceitos a fim de retificá-los. O que, no entanto, não significa, de modo algum, negar a epistemologia clássica. Neste sentido, Canguilhem afirma que “sem referências à epistemologia, uma teoria do conhecimento seria uma meditação no vazio e sem relação com a história das ciências, uma epistemologia seria uma ideia supérflua da ciência que se pretende descobrir”⁹⁷. É o que, de modo semelhante, Bachelard elucida quando diz que toda história da ciência é uma historiografia da verdade, uma vez que esse estilo de raciocínio busca por meio da história resolver os problemas tradicionais da filosofia como a objetividade das ciências, ou a própria noção de verdade.

Mas, para o estilo francês, em especial para Bachelard e Canguilhem, examinar a ciência, ou os problemas tradicionais da filosofia, por meio da história é compreender que fazer história das ciências não é manter-se passivo frente aos fenômenos, mas, ao contrário, é julgar tais acontecimentos e atribuir valores a eles. Em outros termos, julgar o passado é constituir normas a fim de guiar o historiador em sua tarefa de julgar o conhecimento do passado. Nesse sentido,

Essa ideia de julgamento pressupõe um olhar do presente para o passado, que Bachelard chama de "recorrência", e aqui encontramos, fora do contexto do contexto "francês" simples, todas as controvérsias clássicas em torno do "presentismo". "ou whiggismo" na história da ciência. Da mesma forma, o caráter particular desta história, com sua referência à noção de normatividade, subjaz a todos os debates em torno da questão da

⁹⁶ Ibid. p. 16.

⁹⁷ CANGUILHEM, G.. L'objet de l'histoire des sciences. In: Études d'histoire et de philosophie des sciences. Paris: J. Vrin, 1970, pp. 9-23. Tradução nossa.

continuidade ou descontinuidade, bem como aqueles que se relacionam com a própria definição do objeto da disciplina. : muito além do único "estilo francês" na história da ciência, o debate anglo-saxão sobre internalismo e externalismo redescobre as questões colocadas pela reflexão canguilheana ou foucaultiana sobre a relação entre ciência e ideologia ou conhecimento⁹⁸.

Segundo Macherey, é possível identificar no projeto canguilheano um método – que o autor utiliza, no entanto, mais próximo à noção de estilo do que à noção de metodologia científica. Esse método exprime uma tese semelhante a de Braunstein e consiste em “reproduzir certos fatos fundamentais da história do pensamento caracterizando-os em sua singularidade essencial”⁹⁹ e, assim, fazer com que tais pensamentos funcionem no presente “como fatos em construção e não apenas como matéria a morta de uma história já completamente passada, seja ela perecida ou sancionada”¹⁰⁰. Macherey nos lembra, neste sentido, das reflexões de Canguilhem acerca do pensamento comteano:

[...] Canguilhem levava a sério o pensamento de Comte, como bem deve ser em se tratando de um dos fundadores da tradição, não somente de uma filosofia biológica, mas também de uma epistemologia histórica; ele não abria mão de segui-lo no detalhe e na lógica interna de suas operações teóricas e dedicava-se, por exemplo, a transcrever, preto no branco, e em comentar detalhadamente, a integralidade da tábua de funções cerebrais para lhe restituir, apesar de suas parentescos esquemáticas, o interesse filosófico que, dentro de uma ordem de ideias completamente diferente, é equivalente ao da tábua kantiana das categorias¹⁰¹.

É neste sentido que esta interpretação do raciocínio canguilheano busca lhe atribuir um estilo ou método: Canguilhem, por meio da genealogia dos conceitos de cada pensamento científico que abordava, e fazendo um exame histórico das ciências enquanto, também, uma história da verdade, tal como Bachelard, possibilitou a compreensão da ciência para além de suas verdades dogmáticas localizadas, e deste modo, retirou-lhe o rótulo de uma atividade que teria apenas um “destino ou uma lógica” para lhe atribuir a qualidade de uma atividade que possui uma história. Isso, no entanto, não significa que possamos identificar uma dependência exclusiva da ciência em relação a disciplinas externas a ela, como a sociologia. A ciência, deste modo, não pode ser reduzida a certa leitura sociológica, mas, por outro lado, não deve se compreendida enquanto puro conhecimento, sendo, deste modo, produto de uma “situação” – ou seja, se por

⁹⁸ BRAUNSTEIN, F. J.. *L'histoire des sciences*. Paris: J. Vrin, 2008, p. 18. Tradução nossa.

⁹⁹ MACHEREY, P.. *Georges Canguilhem, um estilo de pensamento*. Goiânia: Almeida e Clément edições, 2010, p. 10.

¹⁰⁰ *Ibid.*, loc. cit..

¹⁰¹ *Ibid.* p. 8. Tradução nossa.

situação entendemos uma configuração histórica, infere-se que a ciência, como concebe Canguilhem, é engendrada por uma história.

Segundo Macherrey, a dificuldade assumida e mantida até o fim por Canguilhem pode ainda ser formulada da seguinte maneira: “não havendo conhecimento sem história, também não pode haver história geral do conhecimento, pois que a historicidade desta história se funda precisamente sobre a singularidade, condição de sua fecundidade teórica”¹⁰². O conhecimento, portanto, não é produto de uma lógica pura do pensamento. A ciência não existe pela sociedade, no sentido de “uma relação unívoca de determinação causal que faria dela um simples instrumento, ela existe na e com a sociedade, como uma forma de pensamento concreto, isto é, como uma figura indissociavelmente viva e individuada”¹⁰³.

Se pudermos, portanto, sob a confluência das ideias de Braunstein ou de Macherrey, atribuir um estilo ou método ao projeto canguilheano de pensamento, poderíamos concentrá-lo da seguinte forma: a construção da epistemologia e do projeto de Canguilhem que consiste no escrutínio e reelaboração dos problemas da vida e da existência da individualidade é inseparável da história do conhecimento enquanto atividade, produto humano, e, portanto, sujeita às fragilidades, erros e instabilidades de tudo que é fruto da prática do vivente humano. Dessa forma,

Para Canguilhem inventar e descobrir tinham um sentido bastante semelhante e neste sentido que o autor concebera o conhecimento como a descoberta de questões e a invenção de respostas em determinado momento da história ao modo do diálogo de um organismo com seu meio de existência. [...] a história das teorias não pode ser apenas considerada como uma história teórica, a menos que seja reconduzida ao plano de uma história virtual que deduz o mesmo partindo do mesmo, e, conseqüentemente, não deixando lugar aos acidentes que balizam e impulsionam os movimentos da história real.¹⁰⁴

Em resumo, a ciência é um fato social total, constituída por uma história natural e uma história social. Seu destino enquanto busca pela verdade só pode ser aceito enquanto essa verdade for compreendida como essencialmente histórica. Esse processo histórico que atualiza as verdades formuladas em certos momentos da história é o que Althusser chamou de “produção de efeitos de verdade”: “A ciência já não parece como a simples constatação de uma verdade nua e dada, encontrada ou revelada, mas como a produção (detentora de uma história) de

¹⁰² MACHERREY, P.. Georges Canguilhem, um estilo de pensamento. Goiânia: Almeida e Clément edições, 2010, p. 11.

¹⁰³ Ibid., loc. cit..

¹⁰⁴ MACHERREY, P.. Georges Canguilhem, um estilo de pensamento. Goiânia: Almeida e Clément edições, 2010, p.12.

conhecimentos”¹⁰⁵, e esta produção, por sua vez, constituída por elementos distintos e complexos “(teorias, conceitos, métodos) e as múltiplas relações internas que unem organicamente esses diferentes elementos”¹⁰⁶.

Por fim, ter acesso ao conhecimento acerca do trabalho real de uma ciência, nos termos de Althusser, necessita do conhecimento acerca de todas essas relações que implicam a ciência. Um conhecimento acerca do devir real da história deste conjunto orgânico de teorias – conceitos – métodos e de seus resultados. Então, “por isso a história, a verdadeira história das ciências, aparece como sendo inseparável de toda epistemologia, como sua condição essencial”¹⁰⁷. Essa história, por sua vez, não é mais história das antigas filosofias que Althusser chamou de idealistas, nem a história oriunda das concepções mecanicistas. A história das ciências sob os olhos de Canguilhem é oriunda de características comuns ao chamado estilo francês de raciocínio e de pensadores como Bachelard, em outros termos: é a história do devir da razão científica.

1.3 A epistemologia histórica de Canguilhem

Como afirma Portocarrero¹⁰⁸, as reflexões acerca das ciências na história, sobretudo pelas epistemologias do século XX, confrontam certa concepção positivista, atribuída a Comte, enquanto um “dogmatismo unitário, metodológico e teleológico” fundando profundas distinções no modo de se fazer história das ciências: por um lado, há “as que dirigem a análise à racionalidade científica” e, por outro, “as que dirigem os estudos da ciência às explicações sociais, pressupondo que o caráter real da ciência situa-se para além de seu campo de investigação, isto é, de seu conteúdo. O desafio, então, é escapar de um possível reducionismo ao internalismo ou ao externalismo”¹⁰⁹.

Há, deste modo, uma dicotomia, entre internalismo, ou, simplesmente, a impossibilidade de uma história da ciência que desconsidere a primazia de conteúdos intrinsecamente científicos, e externalismo, em que aquilo que deve ser considerado na construção da história das ciências é a

¹⁰⁵ ALTHUSSER, L.. La philosophie de la science de Georges Canguilhem (epistemologie et histoire des sciences). In: La pensée, n. 113, février 1964, p. 53. Tradução nossa.

¹⁰⁶ Ibid., loc. cit..

¹⁰⁷ Ibid., loc. cit..

¹⁰⁸ PORTOCARRERO, V.. As ciências da vida, de Canguilhem Foucault. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. p. 38.

¹⁰⁹ Ibid., loc. cit..

manifestação de sua produção por meio de seus componentes sociais. É contra tal dicotomia que Canguilhem passa a desenvolver sua história das ciências, buscando, deste modo, estabelecer a ligação necessária entre as duas correntes, e, por conseguinte, conceber a estrutura sob a qual a ciência se desenvolve a partir de condições de possibilidade externas em tensão com seus elementos internos. É neste sentido que a epistemologia, sobretudo na obra de Canguilhem, não será mais apenas uma análise da racionalidade e da linguagem, mas, junto a ela, a combinação de problemas éticos e políticos. Deste modo, essa “nova” epistemologia é desenvolvida sob a busca de resolução das lacunas que produziram a ciência, entre elas: ciência e política, ciência e sociedade, parte e todo, sujeito e objeto, teoria e prática, razão e poder, conhecimento e experiência, “fato objetivo e sua descrição científica através da representação, dicotomias discutidas ou pressupostas nas teorias do conhecimento e epistemologias clássicas”¹¹⁰.

Rheinberger¹¹¹ escreveu que sua utilização do termo “epistemologia” não coincidia com o uso dado pela História da epistemologia clássica, ou seja, enquanto teoria do conhecimento. Mas, de outro modo, seu conceito de epistemologia segue o sentido francês, especificamente de Bachelard e Canguilhem, por estar baseado nas condições históricas sob ela e os meios com que coisas são transformadas em objeto de conhecimento. Trata-se de uma epistemologia que se concentra no processo de geração de conhecimento e nas condições como foi originado e mantido¹¹². Sob esse ponto de vista, a epistemologia canguilheana se diferencia da epistemologia clássica, sobretudo, por ser profundamente informada pela história.

Dizer que a epistemologia histórica de Canguilhem é profundamente informada pela história é outra maneira de atribuir a ela uma substância ou pressuposto de constituição. É, portanto, afirmar que essa investigação acerca do conhecimento se baseia, primordialmente, na história. Mas o que significa isso? Mas de que história essa epistemologia é constituída? Fazer história das ciências e examinar o conhecimento por meio da epistemologia histórica são processos equivalentes?

¹¹⁰ Ibid., p. 34.

¹¹¹ RHEINBERGER, H.. An epistemology of the concrete, Twentieth-century histories of life. London: Duke University press, 2010. p. 2. Tradução nossa.

¹¹² “My use of the term *epistemology* requires a brief explanation. I do not use it as a synonym for a theory of knowledge (*Erkenntnis*) that inquires into what it is that makes knowledge (*Wissen*) scientific, as was characteristic of the classical tradition, especially in English-speaking countries. Rather, the concept is used here, following the French practice, for reflecting the historical conditions *under* which, and the *means* with which, things are made into objects of knowledge. It focuses thus on the process of generating knowledge and the ways in which it is initiated and maintained.” Ver: RHEINBERGER, H.. An epistemology of the concrete, Twentieth-century histories of life. London: Duke University press, 2010. p. 2.

Acreditamos que a tentativa de responder e articular essas questões nos apoiará na compreensão acerca da epistemologia histórica proposta por Canguilhem tal como no esclarecimento de distinções e aproximações em relação à epistemologia clássica, e, por fim, no entendimento dos limites e alcances do estilo de raciocínio adotado por Canguilhem ao fazer filosofia das ciências.

Segundo Chimisso, Canguilhem apresentou sua visão da relação entre filosofia e história como herdada diretamente de Bachelard¹¹³. Isso significa dizer, em especial, que o estilo de raciocínio de Canguilhem se opunha a certa concepção positivista da história das ciências, que, ao compreender a história como progresso, desconsiderava o movimento determinado pela origem, desenvolvimento, e uso de teorias e conceitos. Além disso, Canguilhem e Bachelard também compreendiam que o historiador deve adotar uma abordagem normativa a fim de distinguir quais doutrinas estão conectadas com a ciência atual e quais não são. Canguilhem expressou sua concepção de uma dupla história da ciência ao recordar a distinção de Bachelard entre a história da ciência “sancionada” e a história da ciência “caducada” – sendo, grosso modo, a primeira compreendida enquanto a história do desenvolvimento da prática científica sob as doutrinas consideradas científicas, e a segunda compreendida enquanto as intervenções não científicas na formação da ciência e que foram descartadas pela comunidade científica.

A comunhão de pontos de vista de Bachelard e Canguilhem, no entanto, não obstacula a percepção de um estilo de raciocínio bastante particular presente na obra de ambos os autores. No que diz respeito ao segundo, Delaporte afirma que “Canguilhem não deixa jamais de lembrar a ‘lição’ de Bachelard”¹¹⁴ que compreende a tese de que “a história [...] não é nem um pleonasma da ciência, nem filha da memória, mas filha do juízo, isto é, história normativa”¹¹⁵, e isso basta para dar conta das similitudes entre os projetos desses pensadores:

O fato de que Canguilhem tenha tomado de Bachelard alguns axiomas metodológicos não nos desobriga de examinar o sentido, a extensão e os limites destas apropriações. [...] aplicando as categorias bachelardianas ao domínio da história das ciências da vida,

¹¹³ Em verdade, já em Bachelard, verificamos a forte presença do conceito de uma epistemologia histórica, e é seu nome e o de Canguilhem que, ao que nos parece, representam seu desenvolvimento mais rigoroso. Portanto, para além de certa erudição biográfica acerca dos dois autores, parece vantajoso compreender como tais distinções e semelhanças em relação às suas obras podem colaborar para a formação da epistemologia histórica aplicada por Canguilhem. Ver: CHIMISSO, C.. *Writing the history of the mind, Philosophy and Science in France, 1900 to 1960s*. New York: Routledge, 2016, p. 155; CANGUILHEM, G.. O papel da epistemologia na historiografia científica contemporânea. In: *Ideologia e Racionalidade nas ciências da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, pp. 11-31.

¹¹⁴ DELAPORTE, F.. A história das ciências segundo Georges Canguilhem. In: PORTOCARRERO, V., org. *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 23.

¹¹⁵ *Ibid.*, loc. cit..

ele teria sido conduzido a nivelar a epistemologia da biologia com a das ciências físico-químicas. O autor não parou de enfatizar a especificidade do vivo: seu “vitalismo” é testemunho suficiente disso¹¹⁶.

De acordo com esta interpretação, há, por um lado, ao menos uma influência determinante no pensamento canguilheano das categorias apreendidas do estilo de raciocínio de Bachelard: a perspectiva de uma epistemologia que deveria levar em conta a dialética de dois pontos de vista históricos que formariam a ciência, e a própria formação daquele que constrói a história, como quem adota uma postura normativa, ou seja, que aplica julgamentos, ou institui normas a fim de compreender e construir a história das ciências; por outro lado, há uma distinção determinante em ambos os projetos no que diz respeito ao próprio objeto de investigação. Como já havíamos elucidado, Bachelard dedicou-se a pensar, em especial, as ciências física e química, enquanto Canguilhem dedicou-se a pensar, em específico, o vivente humano em meio às teorias sobre a vida e a técnica médica.

Em todo caso, no parece vantajoso explorar ainda mais a tese, comum a ambos os autores: a necessidade do olhar normativo para construção da história. Para Canguilhem, o ponto de vista normativo sobre a história das ciências permitiria ao historiador selecionar teorias e eventos que deveriam estar presentes em suas narrativas¹¹⁷ e possibilitaria ter um guia de como conectar essas teorias e eventos corretamente. O ponto de vista “puramente histórico”¹¹⁸ limita a ciência que está sendo julgada e a visão do historiador a determinações feitas por estudiosos do passado, e, neste sentido, pode produzir sérios equívocos na concepção de narrativa ou genealogia de uma doutrina. É neste sentido que Canguilhem fornece o exemplo da história da botânica que consiste na ideia de que um historiador pode escrever uma história da botânica examinando a pesquisa que, a qualquer momento, passou por esse nome. No entanto, Canguilhem explicou que os botânicos do século XVIII baseavam a fisiologia das plantas na dos animais, enquanto os botânicos modernos confiam na química e na física. Não seria prudente, concluiu ele, estabelecer uma continuidade entre os projetos do século XVIII e a botânica moderna, e ocultar a “descontinuidade radical” e a “novidade radical” da bioquímica e da biofísica:

¹¹⁶ Ibid., loc. cit..

¹¹⁷ A noção de “narrativa histórica” nos parece problemática, sobretudo, por sua forte ligação com as correntes pós-modernas da história. No entanto, optamos por mantê-la enquanto tradução literal do inglês, que podemos encontrar em: CHIMISSO, C.. *Writing the history of the mind, Philosophy and Science in France, 1900 to 1960s*. New York: Routledge, 2016, p. 156.

¹¹⁸ CHIMISSO, C.. *Writing the history of the mind, Philosophy and Science in France, 1900 to 1960s*. New York: Routledge, 2016, p. 156. Tradução nossa.

Tomado em absoluto, o conceito de *passado de uma ciência* é um conceito vulgar. O passado é o sócio da interrogação retrospectiva. Quer se trate da figura da Terra, da hominização do homem, a investigação mais ou menos desenvolvida ou resumida dos antecedentes da atualidade, segundo os meios e as necessidades do momento, designa com o nome de passado a sua condição de exercício e apresenta-a de antemão como um todo de capacidade infinita. Neste sentido, o passado da atual fisiologia vegetal compreenderia tudo o que as pessoas a que chamamos botânicos, médicos, químicos, horticultores, agrônomos, economistas escreveram sobre as suas conjecturas, observações ou experiências quanto às relações entre estrutura e função, sobre objetos designados por ervas, plantas ou vegetais. [...] os botânicos do século XVIII que empreenderam investigações no campo da fisiologia vegetal procuraram modelos na fisiologia animal da época e, por este fato, viram-se divididos entre fisiólogos-físicos, como Stephen Hales, e fisiólogos-químicos, como Jean Senebier e Jan Ingenhousz. Mas, utilizando a fisiologia vegetal contemporânea métodos de análise química e técnicas físicas, seria pelo menos arriscado compor uma história onde a continuidade de um projeto iria dissimular a descontinuidade radical dos objetos e a novidade radical das disciplinas denominadas bioquímica e biofísica¹¹⁹.

A tese positivista que defendia a continuidade entre teorias na história da ciência foi duramente criticada por Bachelard que, ao contrário dessa ideia presente em parte do positivismo, demonstrou a existência de rupturas epistemológicas que separavam o suposto passado da física e da química das disciplinas modernas¹²⁰. De modo distinto a Bachelard, Canguilhem buscou compreender e encontrar novos modos de continuidade. Segundo Chimisso, “Dagognet interpretou a leitura de Canguilhem das descontinuidades como tão parcial e complexa quanto uma consequência de seu foco nas ciências da vida”¹²¹. Há, neste sentido, uma distinção de objeto de investigação determinante para a construção do ponto de vista canguilheano sobre a história, ou seja, as chamadas ciências da vida seguem um desenvolvimento anterior em relação à física e química, e, portanto, podem compreender continuidades conceituais de séculos atrás em relação a uma ciência atual.

A este respeito, Canguilhem identificou e estabeleceu uma ruptura epistemológica por meio da história do conceito de movimento reflexo¹²², em que a epistemologia tornou possível a construção de uma nova genealogia e desenvolvimento em oposição ao que a história tradicional postulava. Em “*La formation du concept de réflexe aux XVIIe XVIII siècles*”, Canguilhem postula que a conexão entre os conceitos de Descartes e os modernos movimentos reflexivos era insustentável. Na fisiologia de Descartes, explicou Canguilhem, “o fluxo de ‘espíritos’ em

¹¹⁹ CANGUILHEM, G.. Ideologia e Racionalidade nas ciências da vida. São Paulo: Martins Fontes, 1977, pp. 13-14.

¹²⁰ Ver: BACHELARD, G.. O novo espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 7-15.

¹²¹ CHIMISSO, C.. Writing the history of the mind, Philosophy and Science in France, 1900 to 1960s. New York: Routledge, 2016, p. 156. Tradução nossa.

¹²² CANGUILHEM, G.. La formation du concept de réflexe aux XVII et XVIII siècles. Librairie Philosophique J. Vrin, 1994. Tradução nossa.

movimentos corporais involuntários é sempre do cérebro para a periferia, e nunca na direção oposta”¹²³. O movimento reflexo de Descartes, deste modo, é qualitativamente diferente do da fisiologia moderna, em que “o movimento é desencadeado por um estímulo do sistema nervoso periférico, que é transmitido para a medula espinhal, como no reflexo do joelho”¹²⁴.

Poderíamos afirmar, portanto, que Canguilhem se opõe a certa ideia, oriunda da história das ciências tradicional, de continuidade entre o conceito de Descartes e a fisiologia moderna, e, portanto, rompe com uma “narrativa” contínua. No entanto, como ressalta Chimisso, há, para Canguilhem, em verdade, o estabelecimento de uma nova continuidade:

De fato, ele argumentou que um primeiro conceito de reflexo, como a ciência moderna o entende, foi proposto por Thomas Willis (1621-1675), professor de História Natural em Oxford e de Medicina em Londres. O conceito de Willis era parte de sua teoria bastante imaginativa na qual ele interpretava a vida como luz: ele empregava leis ópticas de reflexão na interpretação de fenômenos biológicos, permitindo assim o conceito moderno de movimento reflexo¹²⁵. (CHIMISSO, 2016, p. 157, Tradução nossa).

Canguilhem pretendeu, deste modo, provar que uma abordagem histórica tradicional da história da ciência não poderia alcançar a verdade. A “lógica da história”, segundo Canguilhem, postulou que o conceito moderno de reflexo teve suas origens em uma teoria mecanicista, a de Descartes. No entanto, um exame adequado da teoria de Descartes revela que não há conexão entre ele e o conceito de reflexo que compreendemos hoje. É, neste sentido, que Canguilhem ressalta que, em relação à história da ciência, “os direitos da lógica não devem ser substituídos pelos direitos da lógica da história”. Junto a isso, e por meio dessa nova continuidade que ele atribui à história das ciências, Canguilhem busca se opor também àquilo que ele considerava como preconceito¹²⁶, presente no ponto de vista adotado por historiadores tradicionais da ciência, de que um conceito empregado em uma teoria científica atual não poderia ter surgido dentro de uma teoria que agora é considerada não científica.¹²⁷

É também o que, de modo semelhante, Delaporte afirma:

É determinando o estatuto epistemológico dos conceitos de "supervalorização", de "ideologia científica" e de "normalidade" que Canguilhem funda a conjunção dos temas da continuidade e da descontinuidade em história da biologia. A maior parte dos artigos, onde sistematiza o método histórico que estava sendo trabalhado no estudo da formação do conceito de reflexo, foi reunida em Ideologia e Racionalidade na História das

¹²³ CHIMISSO, C.. Op. cit., p. 157.

¹²⁴ Ibid., loc. cit..

¹²⁵ CHIMISSO, C.. Writing the history of the mind, Philosophy and Science in France, 1900 to 1960s. New York: Routledge, 2016, p. 157. Tradução nossa.

¹²⁶ Ibid., loc. cit..

¹²⁷ CANGUILHEM, G.. Le concept de réflexe aux XVII et XVIII siècles. Paris: Presses Universitaires de France, 1955, p. 3.

Ciências da Vida (1977). Entre o projeto de 1945 e sua realização, por volta dos anos 1970, o estudo da formação do conceito de reflexo marca uma etapa decisiva¹²⁸.

E, mais adiante:

Canguilhem apresenta A Teoria Celular (1945) como uma "contribuição à psicanálise do conhecimento objetivo": o psicologismo atravessa, então, seu histórico. Porém, ao valorizar mitos, imagens, pressentimentos, antecipações e inscrições, Canguilhem faz uma inversão em relação a Bachelard. Assim, ele se afasta, retomando o tema da continuidade na história. Este fracasso é, certamente, o indício de um problema importante: como pensar, ao mesmo tempo, o entrelaçamento e a libertação daquilo que Bachelard distinguia como história das ciências superada e histórica das ciências sancionada¹²⁹.

Essa perspectiva da história das ciências é possível na medida em que Canguilhem compreende, em parte contrário aos historiadores tradicionais da ciência, que conceitos poderiam ter certa independência de teorias e pressupostos metafísicos de determinada época. De modo semelhante, Brunshvicg¹³⁰ e Lévy-Bruhl¹³¹ interpretaram crenças ou ideias bastante antigas como influências ou ainda consequências de lógicas e teorias do presente, como, a guisa de exemplo, “as categorias kantianas” que “derivavam da cosmovisão newtoniana”¹³².

Canguilhem busca, com essa tese acerca dos conceitos, afirmar que apesar da relação, inclusive de transformação – ainda que lenta e fragmentada – dos conceitos e teorias, pressupostos metafísicos, mudanças sociais e políticas, os conceitos poderiam permanecer inalterados sobre diferentes épocas e visões de mundo, no que diz respeito seu sentido de valor e progressão de conhecimento.

Embora Koyré representasse a revolução científica como um longo processo, Canguilhem acreditava, no entanto, que sua representação da "conversão" de Galileu ao platonismo era clara e geral demais. De fato, ele suspeitava que a leitura de Koyré foi inspirada por visões modernas, e não por uma exegese historicamente precisa. Canguilhem viu menos descontinuidade entre as visões da natureza de Galileu e de Aristóteles, e argumentou que, de fato, Galileu manteve aspectos importantes da tradição aristotélica. Além dessa divergência interpretativa específica, o trabalho de Canguilhem exibe uma visão bastante fragmentada e complexa da mudança científica. Para ele, a

¹²⁸ DELAPORTE, F. A história das ciências segundo Georges Canguilhem. In: PORTOCARRERO, V., org. Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 24.

¹²⁹ Ibid., p. 23.

¹³⁰ Chimisso ressalta que em *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*, Canguilhem constrói sua tese acerca da relação de conceitos primitivos com teorias científicas do presente, lançando mão de ideias de Brunshvicg sem necessariamente citá-lo. Ver: CANGUILHEM, G.. *Ideologia e Racionalidade nas ciências da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 20.

¹³¹ CHIMISSO, C. *Writing the history of the mind, Philosophy and Science in France, 1900 to 1960s*. New York: Routledge, 2016, p. 157. Tradução nossa.

¹³² Ibid., loc. cit..

cientificidade de um conceito, ou seu potencial valor científico, não parece depender de sua avaliação geral de teorias, muito menos visões de mundo e mentalidades, nas quais emerge.¹³³

Apesar das semelhanças filosóficas, esse modo de compreender as rupturas epistemológicas na história da ciência distingue Canguilhem da tradição de epistemólogos e historiadores da ciência e, sobretudo, ressalta mais uma diferença de abordagem em relação a Bachelard. É possível dizer que Bachelard não aceitaria a ideia canguilheana de compreender como parte da ciência um conhecimento superado e hoje compreendido como não científico¹³⁴. Para Canguilhem, o “tribunal epistemológico” não deveria necessariamente dizer ou julgar atitudes ou certos métodos como não científicos, mas compreender como outrora eles puderam ser nomeados “científicos” ao substituir outros conhecimentos, assim como viriam a ser substituídos pelo que hoje chamamos de ciência. Em resumo, Bachelard dedicou-se a pensar as discontinuidades tanto entre teorias, como nos modos e estilos de raciocínio, enquanto Canguilhem construiu aquilo que Foucault chamou de “filosofia do conceito”, que consiste, nos termos de Delaporte em fazer a exegese de um conceito a fim de que um problema de metodologia histórica encontre sua solução”¹³⁵.

Ainda assim, como pudemos observar, tanto a abordagem acerca da filosofia ou história das ciências de Canguilhem quanto a Bachelard eram normativas. Canguilhem julgou os conceitos de Descartes e Willis utilizando-se do conceito moderno de reflexo como norma. Deste modo, é possível afirmar que o estilo de epistemologia histórica adotada por Canguilhem era reflexivamente¹³⁶ normativa, pois ele conscientemente empregava a ciência atual como uma norma para julgar o conhecimento passado. A epistemologia, segundo Canguilhem, assume um caráter de criação e apreensão de novas genealogias, em que o observador, ou simplesmente o epistemólogo, não pode ser eliminado. Na história epistemológica de Canguilhem, o historiador familiarizado com a ciência moderna está abertamente presente.

¹³³ Ibid., p. 159.

¹³⁴ Ver: BACHELARD, G. Conhecimento comum e conhecimento científico. In: PORTELLA, E. Epistemologia: teoria das ciências questionadas por Bachelard, Canguilhem, Foucault. In: Revista Tempo Brasileiro. Jan-março, 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume 2, nº 28, 1972, pp. 27-47. BACHELARD, G. O conhecimento geral como obstáculo ao conhecimento científico, em A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 69-90.

¹³⁵ DELAPORTE, F. A história das ciências segundo Georges Canguilhem. In: PORTOCARRERO, V., org. Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 31.

¹³⁶ CHIMISSO, C. Writing the history of the mind, Philosophy and Science in France, 1900 to 1960s. New York: Routledge, 2016, p 160. Tradução nossa.

A perspectiva canguilheana, deste modo, distingue-se de certo modo de se fazer história das ciências, pertencente ao positivismo, que apresentava uma narrativa sem um observador e, portanto, como absolutamente objetivas. Canguilhem, tal como Bachelard “estava bem ciente de que observadores e, portanto, narrativas, poderiam mudar e mudariam”¹³⁷. Em outros termos, a ciência enquanto um produto histórico modifica-se a cada período, assim como as perspectivas em relação ao passado.

Em suma, enquanto Bachelard empregou a história da ciência para elaborar uma nova epistemologia, Canguilhem utilizou a epistemologia para construir novas perspectivas de compreender a história das ciências, e, por sua vez, criar uma nova genealogia das ciências. Na obra canguilheana, história e a epistemologia estão profundamente ligadas. Se, como ressaltou Chimisso, o uso da epistemologia para criar uma nova história da ciência é aparente na formação do conceito de reflexo nos séculos XVII e XVIII, em *O Normal e o Patológico*, o uso da história para criar uma nova epistemologia é devidamente concretizado¹³⁸.

¹³⁷ Ibid., loc. cit..

¹³⁸ Ibid., loc. cit..

2 DO PATOLÓGICO AO NORMAL

2.1 Análise das relações conceituais norma-média e fato-valor

Canguilhem construiu seu pensamento acerca da ciência por meio da análise, problematização e retificação algumas noções científicas, entre elas: fato, valor, média e norma. E a partir de uma reelaboração desses conceitos, buscou compreender como as chamadas ciências da vida produziam conhecimentos e orientavam as práticas médicas por meio de uma concepção específica do “objeto” vivo. Ao longo da obra de Canguilhem, pode-se observar como a relação entre os conceitos de norma, média, fato e valor são determinantes para construir uma visão original do “objeto vivo”.

Como veremos no capítulo dedicado à compreensão da normalidade, o normal é definido não mais como um fato, mas como um apego a um valor:

Esse estado normal ou fisiológico não é mais uma disposição detectável e explicável como um fato, mas trata-se da manifestação do apego a algum valor. Quando Bégin define o estado normal como aquele em que "os órgãos funcionam com toda regularidade e uniformidade de que são capazes", não podemos hesitar em reconhecer a presença de um ideal de perfeição, apesar do horror que qualquer ontologia inspirava em Broussais, que paira sobre essa tentativa de definição positiva¹³⁹.

Segundo Canguilhem, o normal não pode ser considerado um conceito científico, em primeiro lugar, porque, para obter tal estatuto, ele deveria ser compreendido enquanto um fato¹⁴⁰,

¹³⁹ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p.33. Tradução nossa.

¹⁴⁰ Parece-nos que a leitura enraizada no imaginário humano é a dos fatos enquanto realidades ontológicas, portanto acontecimentos ou fenômenos inscritos na realidade, como afirmou Johnston, em “*Natural history of the fact*”. E que toda proposição ou teoria acerca de um fato não corresponde a verdade do fato em si. Pensamos, ao contrário que, apesar de uma proposição não ser a mesma coisa que o acontecimento, não há conexão fundamental entre verdade e fato. No entanto, parece-nos que a hipótese kantiana ressalta um aspecto primordial da noção de fato: fato, acontecimento e fenômeno não são as mesmas coisas. Ora o fato é fenômeno (fato puro), ora é elemento da razão (capacidade cognitiva de explicar algo presente no mundo). É claro que o fenômeno também pode indicar uma aparência que se mostrará equivocada em relação à coisa mesma, depois de uma verificação adequada. De todo modo, para ser fato é necessário condições que tornem uma coisa possível de ser descrita, previsível e verificável, e não simplesmente “existir”. Mesmo Claude Bernard, de modo semelhante, afirmou que: “a crença cega nos fatos, que faz a razão calar-se, é tão perigosa, para as ciências experimentais quanto as crenças de sentimento ou fé, que, também, elas, impõem o silêncio à razão. Numa palavra, o método experimental como em toda parte, o único critério real é a razão” (Bernard apud Jean Bernard, 1998, p.19). Em outros termos o fato não tem valor em si, mas tem valor por meio da ideia a ele ligada ou tem valor como prova da interpretação racional. Em suma, acreditamos ser mais adequado pensar os fatos, retirando deles sua autoridade e determinismo do conhecimento, sem com isso negar sua existência, mas ao mesmo tempo conceber sua existência junto à interpretação racional, como disseram alguns pensadores, entre eles Feyerabend: “Acreditava Bacon que as interpretações naturais poderiam ser descobertas através de um método de análise que as dissecasse umas após outras, até que se pusesse a nu o cerne sensível de todas as observações. Esse método apresenta sérias deficiências. Em primeiro lugar, as interpretações naturais da espécie considerada por Bacon não são apenas *acrescentadas* a um campo de sensações já existente. São

não obstante fatos não serem realidades essencialmente dotados de categorias, elementos e afetos, a não ser quando são completados por um sujeito que os signifique. Ou seja, o fato necessita de um valor – o fato precisa também ser significado, em última análise, ser construído. É a partir dessa interpretação que Canguilhem analisa a obra de Claude Bernard, *Leçons sur le diabete et la glycogénèse animale* (1877), e, por conseguinte, os “fatos clínicos” – neste caso os seres vivos – aos quais sugere que Bernard define com forte acento moral com a pretensão de certa objetividade intrínseca.

Fazer a história de uma doença, em especial no vivente humano, parece, assim como tentou mostrar Canguilhem, ser dependente de um sistema de valores aos quais consciente ou inconscientemente o cientista, o médico, ou o historiador elegem como ponto de vista normativo¹⁴¹. Sendo, deste modo, a normatividade uma ferramenta da consciência que julga os fatos, que institui normas e ao mesmo tempo limites à subjetividade.

A noção de valor, como ressalta Máximo, está “presente em um mundo no qual os elementos físicos e mentais se distribuem em um estado desigual de categorias”¹⁴², e é a essa “desigualdade” que damos o nome de “valor”. O valor, neste sentido, é concebido pela “força de motivação” que a relação entre sujeito e objeto expressa, ou seja, é um conceito formado por elementos francamente subjetivos: escolha, preferência, vontade de alguns objetos sobre outros.

As ciências, como ressalta Chalmers, foram amplamente aceitas em nossa realidade enquanto expressão de tudo o que é objetivo e, por sua vez, digno de confiança, ou seja, como uma atividade supra-humana:

Um indivíduo que nasce neste mundo, nasce num mundo em que há muito conhecimento. Alguém cujo objetivo seja tornar-se físico irá deparar com um corpo de conhecimentos que representa o estado atual do desenvolvimento da física, e precisará informar-se de grande parte dele se quiser fazer uma contribuição para o campo. O objetivista dá prioridade, em sua análise do conhecimento, às características dos itens ou corpos de conhecimento com que se confrontam os indivíduos, independentemente das atitudes, crenças ou outros estados subjetivos daqueles indivíduos. Falando de forma imprecisa, o conhecimento é tratado como algo exterior, antes que interior, às mentes ou cérebros dos indivíduos¹⁴³.

instrumentais no *constituir* o campo, como o próprio Bacon diz. Afastemos todas as interpretações naturais e teremos também eliminado a capacidade de pensar e de perceber. Em segundo lugar (e desconsiderando essa fundamental função que toca às interpretações naturais), é claro que uma pessoa, colocada diante de um campo de percepções, sem dispor de uma interpretação natural, estaria *completamente desorientada*, e nem saberia como *começar* o entendimento da ciência”(FEYREBEND, 1977, p.110).

¹⁴¹ MÁXIMO, A.. Filosofia e História: estudos sobre história da filosofia. Santos: Editora Universitária Leo poldianum, 2003, p. 140.

¹⁴² Ibid., loc. cit..

¹⁴³ CHALMERS, A.. O que é a ciência afinal?. São Paulo: Editora brasiliense, 1993, p. 151.

As ciências, por sua vez, não estão isentas, portanto, do depósito de valores sobre seus fatos e objetos, seja por meio de comunidades, grupos, seja por meio de estudiosos. Se o valor é uma potência ou possibilidade, ou seja, não tendo existência material e nem estando presente inerentemente aos fatos, e só existindo na medida em que é depositado pelo sujeito, infere-se que a ciência não pode ser compreendida como uma atividade unilateralmente objetiva.

Semelhante problema acerca da objetividade científica pode ser observado na relação entre os conceitos de norma e média. O conceito de norma pode ser compreendido como uma regra ou um critério de juízo, que pode ser oriundo de um caso concreto ou exemplo. A norma é, portanto, uma regra para alguma operação ou atividade.

A origem do conceito de norma partilha semelhanças com a relação que estabelecemos anteriormente entre fato e valor. A norma nasce a partir do hiato entre a abordagem empírica e racional de fatos¹⁴⁴. Este conceito se constitui, portanto, como modo de operação – uma fórmula técnica – de uma atividade, um dever-ser, visando é claro a precisão e eficiência de tal atividade – no caso das ciências, e de certo modo na história da ciência, a normas são critérios do juízo a fim de selecionar eventos, e fenômenos que possam nos guiar ao conhecimento verdadeiro.

Dewey sugere que a

[...] distinção que se costuma verificar entre os modos como os homens pensam e os modos como *devem* pensar é semelhante à distinção que se observa entre o bom e o mau cultivo, ou a boa e a má medicina. Os homens pensam como não devem quando adotam métodos de investigação que a experiência das investigações anteriores mostra serem inadequados ao fim preestabelecido¹⁴⁵.

Por outro lado, como afirma Safatle, costumamos conceber norma como “um padrão de ordenamento baseado na regularidade e na padronização das expectativas de comportamento”¹⁴⁶. Essa ideia, no entanto, parece nos aproximar de uma definição da “norma” enquanto uma “força coercitiva”¹⁴⁷. Ao mesmo tempo, ainda sob a elaboração de Safatle, pensamos a norma a partir de uma partilha entre ela e certa capacidade de julgamento, o que significa, atribuir à norma uma origem no vocabulário jurídico. Mas a concepção de normas em Canguilhem estaria ligada mais a um processo dinâmico que constitui a própria vida, no sentido de que a vida é atividade

¹⁴⁴ Ver: ABBAGGNANO, N.. Dicionário de Filosofia; LALANDE, A. Vocabulaire technique et critique de la philosophie. Paris: Press universitaires de France, 1947. p. 674.

¹⁴⁵ DEWEY, J. Logic: The Theory of Inquiry. New York: Holt, 1938; London: Allen & Unwin, 1939, p. 156. Tradução nossa. Ver também: ABBAGGNANO, N.. Dicionário de Filosofia; LALANDE, A. Vocabulaire technique et critique de la philosophie. Paris: Press universitaires de France, 1947. p. 837.

¹⁴⁶ SAFATLE, V.. O circuito dos afetos, Corpos políticos, desamparo, e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naif, 2015, pp. 323-324.

¹⁴⁷ Ibid., loc. cit..

normativa, ou seja, é ela quem institui as normas presentes no vivente e que é ao mesmo tempo produto de sua relação – e não apenas de recepção – com o meio.

Ela é atividade normativa, principalmente, porque todo organismo biológico age selecionando a partir de valores. É importante salientar tal aspecto para lembrar como a normatividade vital não é uma forma de condicionamento, de ação reflexa determinada completamente pelo meio, mas atividade valorativa, um tipo de julgamento que, em vez de apelar necessariamente à consciência, pode apelar aos afetos, às sensações e aos modos de afecções.¹⁴⁸

Neste sentido, as normas são produtos da vida enquanto experiência da subjetividade, ou da experiência da subjetividade na vida, mas, ao mesmo tempo, as normas constituem e são constituídas pela vida “em geral”, inclusive em suas manifestações microscópicas, animais ou destituídas da subjetividade que atribuímos ao vivente humano. Para Safatle, a vida enquanto atividade normativa pode ser definida como uma “capacidade de estabelecer relações, de comparar contextos em vista ao fortalecimento da vida”¹⁴⁹, e assim, “é por pensar a experiência como um processo relacional baseado em valoração que Canguilhem conserva o termo ‘norma’”¹⁵⁰.

A dinâmica das normas vitais, no entanto, não é necessariamente idêntica às normas produzidas pelo juízo a fim de investigar um problema do conhecimento, por exemplo. Neste sentido, todos esses apontamentos acerca do conceito de norma implicam ora uma natureza incerta, ora um desenvolvimento histórico da norma enquanto modo de operação de uma atividade. Não só a elaboração de Safatle, mas também a afirmação de Dewey nos parece indicar um modo de raciocínio, semelhante ao de Canguilhem, no que diz respeito ao conceito de norma e sua dinâmica na história. Ou seja, também as normas são parte de um processo histórico e visam, deste modo, em relação às suas concepções passadas e atuais, ser retificadas a fim progredir em relação a uma determinada atividade, como, por exemplo, a busca pelo conhecimento verdadeiro, ou a construção da história de uma ciência.

O conceito de média foi, assim como no caso da fisiologia pensada por Canguilhem, o modo com que a fisiologia encontrou neste conceito “um equivalente objetivo e cientificamente válido do conceito de normal ou de norma”¹⁵¹. Em outros termos, a fisiologia, e neste caso Claude Bernard, compreendia o conceito de norma como um resultado de cálculo de frequências

¹⁴⁸ Ibid., p. 325.

¹⁴⁹ SAFATLE, V. O circuito dos afetos, Corpos políticos, desamparo, e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naif, 2015, pp. 323-324.

¹⁵⁰ Ibid., loc. cit..

¹⁵¹ CANGUILHEM, G. Le normal et le Pathologique. Paris: Quadrige, 2015, p. 108. Tradução nossa.

em diferentes indivíduos – ideia que parece absurda a Canguilhem que sustenta que, por exemplo, a análise da urina média de um mesmo indivíduo, durante um dia inteiro de coleta, resulta numa urina que não existe, uma vez que “a urina produzida em jejum difere da urina produzida durante a digestão”¹⁵². E, Canguilhem, conclui:

O que há de mais sublime no gênero foi o que imaginou um fisiologista que, tendo colhido a urina de um mictório da estação de uma estrada de ferro por onde passavam pessoas de todas as nações, achou que podia, assim, obter a análise da urina média europeia¹⁵³.

A fim de compreendermos a relação entre os conceitos de norma e média, fato e valor, cumpre-nos ressaltar que para Canguilhem a vida não pode ser abordada como mais uma objeto estático das ciências da natureza, nem o corpo vivo enquanto um corpo morto, como diz Macherey, que, na medida, em que o retira de seu ambiente e suas condições de plena expressão, consegue extrair dados mais ou menos constantes a fim de construir um padrão, um ideal de vida. A vida, segundo Canguilhem é polaridade dinâmica, ela é construída por propriedades que mantém e a ameaçam: morte-vida, normal-patológico, norma-erro, corpo-mente, conceito-vida, indivíduo-meio. Isso significa que dizer que a própria vida institui normas não pode ser reduzido a um controle pré-estabelecido da matéria sobre o pensamento, mas é na dinâmica dos contrários que o vivente, sobretudo humano, estabelece, abandona e cria normas de relação consigo mesmo e com o meio, sem, com isso, fazer da vida, em sua totalidade, uma atividade indiferente às suas condições de possibilidade.

No que diz respeito à análise do vivente, a originalidade encontrada nele das normas anatomofisiológicas impedem, segundo Canguilhem, um conceito de norma determinado por um cálculo aritmético ou uma frequência estatística. Neste sentido, a relação entre o conceito de norma e de média não está inscrita por uma relação evidente, e, também por isso, não se pode reduzir um ao outro, e, sobretudo, não se pode conceber a ideia de uma redução do conceito de norma ao conceito de média. Desse modo,

Parece-nos que a fisiologia tem mais a fazer do que procurar definir objetivamente o normal: deve reconhecer a normatividade original da vida. O verdadeiro papel da fisiologia, suficientemente importante e difícil, consistiria então em determinar exatamente o conteúdo das normas dentro das quais a vida conseguiu se estabilizar, sem prejudicar a possibilidade ou a impossibilidade de uma eventual correção dessas normas.

¹⁵² Ibid., p. 109.

¹⁵³ Ibid., loc. cit..

Bichat dizia que o animal é habitante do mundo, ao passo que o vegetal é habitante apenas do local que o viu nascer. Esse pensamento é ainda mais verdadeiro em relação ao homem do que em relação ao animal. O homem conseguiu viver sob todos os climas; é o único animal — com exceção talvez das aranhas — cuja área de expansão tem as dimensões da Terra. Mas, sobretudo, o homem é o animal que, por meio da técnica, consegue variar, no próprio local, o ambiente de sua atividade. Desse modo, o homem se revela, atualmente, como a única espécie capaz de variação [114]. Será absurdo supor que os órgãos naturais do homem possam, a longo prazo, expressar a influência de órgãos artificiais pelos quais ele multiplicou e multiplica ainda o poder dos primeiros?¹⁵⁴.

Uma tentativa como a de Quêtelet¹⁵⁵, de conceber os conceitos de norma e média como inseparáveis, na busca por reduzir o primeiro ao segundo, é resultado do deslocamento do objeto de pesquisa, no caso o vivente humano, de suas condições de relação com o ambiente, por meio de um procedimento métrico, que, em verdade, esconde o julgamento de valor sobre homens e mulheres que são considerado normais, ou fora do que se compreende como a norma. Isso ocorre na medida em que, segundo Quêtelet, o conceito de média poderia ser determinado objetivamente. Para o cientista belga, expondo de grosso modo, existiria uma regularidade - levando em conta tanto a média quanto os desvios da média - por trás da aleatoriedade dos seres vivos que envolve desde características físicas até doenças. Essa tese possibilitou a criação do conceito de “homem médio”. Apesar da abstração que é este conceito - uma vez que não é possível afirmar fisicamente a existência de uma coisa média -, este conceito é fortemente enraizado na humanidade e no próprio método de avaliação de certas características e fenômenos nas populações. No entanto, como tentamos elucidar com o exemplo trabalhado por Canguilhem acerca da “urina média”, o conceito de média tende a eliminar a diversidade, forçando as coisas a se adequarem a sua simplicidade propositiva. Ainda que a intenção de Quêtelet fosse, em verdade, conseguir mensurar, medir a diversidade.

Segundo Canguilhem, a existência de uma média enquanto signo autêntico “da existência de uma regularidade”¹⁵⁶ é, na obra de Quêtelet, resultado de uma abordagem fundamentalmente ontológica, como é possível ver na afirmação do último: “a principal ideia para mim é de fazer prevalecer a verdade e de mostrar o quanto o homem está submetido às leis divinas e com qual regularidade ele as realiza”¹⁵⁷. Para além das fundamentações metafísicas de Quêtelet,

¹⁵⁴ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 108. Ver também: *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.132. Tradução nossa.

¹⁵⁵ Ver: : CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, pp. 133-154

¹⁵⁶ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 133. Tradução nossa.

¹⁵⁷ Quêtelet apud Canguilhem. In: CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 133. Tradução nossa.

Canguilhem nos lembra que essa tese do cientista belga, ao invés de fazer da média uma manifestação empírica da norma, “apresenta explicitamente a regularidade ontológica como algo que se expressa na média”¹⁵⁸. Nos aproximamos, portanto, mais de um horizonte de regulação do ser vivo humano, do que, necessariamente, de um amostra da maioria dos viventes. Aqui, portanto, a ciência estatística cria um objeto enquanto espelho do corpo social, de ideias de perfeição e produção de determinada sociedade. Ser normal, neste sentido, é ser parte da maioria estatisticamente identificada, é aproximar-se a um padrão ideal existente.

Ocorre, no entanto, que o vivente humano tem a capacidade tanto de se adaptar às exigências de um corpo social, quanto de moldar os ambientes¹⁵⁹ de modo a contribuir com sua vontade. Ou seja, o fato de relacionar-se com o ambiente por meio da superação e criação de novas normas, significa que o vivente humano se relaciona e significa o mundo por meio de valores. O vivente humano reinterpreta e cria suas próprias normas mesmo em ambientes onde supostamente a vida estaria ameaçada. As normas de vida, em sentido amplo, de uma atleta não são necessariamente as mesmas de um trabalhador do campo, como lembrou Canguilhem. E se há a possibilidade de estudar o vivente humano por meio de procedimentos estatísticos é na medida em que o considere como um sujeito biológico e social.

Em suma, fatos, enquanto objetividade e manifestação possível de ser averiguada, só podem ser acessados na medida em que sujeitos depositem valores sobre eles. Valores, por sua vez, moldam a forma como o vivente humano se relaciona com o mundo e, portanto, adapta-se ou transgredir suas normas. Se o sujeito pode ser reduzido a cálculos aritméticos, frequências estatísticas, é porque há uma forte influência de valores amplamente cultivados socialmente, que, por sua vez, designam modelos de normalidade: “para julgar o normal e o patológico não se deve limitar a vida humana à vida vegetativa”¹⁶⁰. Outra maneira de dizer é que é próprio do animal, especial do vivente humano, a capacidade de moldar ambientes, de viver sob diferentes moldes, inclusive anatômicos. A plasticidade técnica e a ânsia por dominar o meio fazem do homem uma manifestação original da vida e que leva seus julgamentos e valores aos meios com os quais se confronta. Não se trata necessariamente de negar a ordem das coisas que as ciências buscam tomar como fatos, nem, ao mesmo tempo, ignorar o cálculo como procedimento necessário ao conhecimento sobre o vivo, mas trata-se, sobretudo, de lembrar, como Canguilhem ressalta e

¹⁵⁸ Ibid., loc. cit..

¹⁵⁹ Ver: POIRER, L.. *Dévolution de la géo-graphie humaine*. In: *Revista Critique*. n. 8 e 9, janeiro-fevereiro 1947.

¹⁶⁰ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 151. Tradução nossa.

pontua: se quiser compreender o vivo, o normal, o patológico é para além do corpo que é preciso olhar.

2.2 Sobre a patologia, o *pathos* enquanto condição do *logos*

A crítica canguilheana, em especial na obra “O normal e o patológico”, aplica-se à análise da vida, segundo as relações entre normal e patológico, tal como entre saúde e doença, fisiologia e patologia, ciência e técnica, mente e corpo. É sob esse contexto que o conceito de doença ou patologia é pensado, histórica e epistemologicamente por Canguilhem, a partir de um dogma presente no pensamento científico do século XIX, que definia a patologia como um estado de declínio em relação ao estado de normalidade. Essa construção do conceito de patologia, ou da doença, tem como elemento fundamental a tese, que Canguilhem busca refutar, de que haveria uma continuidade entre o estado normal e patológico e, por conseguinte, apenas diferenciados quantitativamente. Em outros termos, o patológico é fruto de uma variação quantitativa, que pode ser medida objetivamente, para mais ou para menos, em relação ao estado normal.

Essa concepção da doença é oriunda de um momento histórico em que o conhecimento acerca dos estados normais e patológicos se baseava nas descobertas da fisiologia que, por sua vez, sofria a influência de outros campos do conhecimento, ou seja, a física e a química¹⁶¹. A fisiologia, portanto, cria uma compreensão acerca do organismo, e a clínica, remetendo-se a esse modelo, busca eliminar a doença ou restaurar o estado construído pela teoria. No entanto, como ressalta Pénisson¹⁶², esse modelo de ciência, fundado ainda sob uma ideia de objetividade em seu método, encontrava um obstáculo referente à sua própria origem que diz respeito à investigação não mais de um objeto composto por leis fixas, mas do vivente, ou, em outros termos, o objeto que a ciência buscava compreender era estruturado por uma subjetividade e uma individualidade. É, neste sentido, que, como ressalta Franco, a crítica canguilheana se coloca na “afirmação da

¹⁶¹ Ver: CASTAGNOLA, L.; PADOVANI, U.. História da Filosofia. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970; CHALMERS, A.. O que é a ciência afinal?. São Paulo: Editora brasiliense, 1993.; CHALMERS, A.. A fabricação da ciência. São Paulo: Editores da UNESP, 1994; FRENCH, S.. Conceitos-chave em filosofia da ciência. Porto Alegre; Artmed, 2009; CHIMISSO, C. Writing the history of the mind, Philosophy and Science in France, 1900 to 1960s. New York: Routledge, 2016. Ver também: GIÉRE, R.. Explaining Science, Chicago University Press, 1998. 7. Steve Fuller, "Can Science Be Spoken in a Civil Tongue?", Social Studies of Science, 24 (1994), pp. 143-168.

¹⁶² PÉNISSON, G.. Le vivant et l'épistémologie des concepts, Essai sur Le normal et le pathologique de Georges Canguilhem. Paris: La harmattan, 2008, p. 3. Ver também: PAVLOV, "Advice for Young Scientists", In: Selected Works, Foreign Languages Publishing House, 1995, pp. 54-55.

irredutibilidade do espírito¹⁶³, enquanto criador do dado, ao próprio dado, do valor subjetivo ao fato objetivo, definível em termos quantitativos”¹⁶⁴.

A partir disso, a crítica canguilheana elucidará hipóteses em torno da ideia de que as construções e estruturas de conceitos como o normal e patológico não podem ser analisadas e compreendidas apenas por meio dos procedimentos científicos que buscavam fazer de seus objetos – e, em nossa pesquisa, tais objetos são, sobretudo, a vida e o vivente – fatos determinados objetiva e aritmeticamente, sem levar em consideração o papel determinante do espírito sobre tais construções.

Neste capítulo, portanto, pretendemos, em primeiro lugar, analisar a refutação canguilheana acerca da tese presente na ciência dominante do século XIX acerca da continuidade entre o estado normal e patológico tal como suas distinções quantitativas e puramente objetivas; e, em seguida, investigaremos as possibilidades e limites da tese canguilheana que compreende a doença enquanto uma experiência vivida pelo sujeito doente e não mais um conceito puramente científico.

O conceito de doença é pensado, no passado e no presente¹⁶⁵, “enquanto distúrbio, transtorno, déficit ou excesso que acontece no nível de funções e órgãos”¹⁶⁶. Não nos parece incomum, ainda hoje, que nossa compreensão acerca dos estados patológicos esteja ligada a variações quantitativas de substâncias presentes no organismo em estado “normal”, e, por conseguinte, compreendidas como padrão de funcionamento do organismo. Anne Fagot-Largeeault ressaltou o quanto a técnica médica busca nos casos patológicos um esquema comum, e, no entanto, encontra quadros de diferentes estruturas e efeitos em cada vivente: “ficamos

¹⁶³ Em toda a obra de Canguilhem é possível observar seus enfrentamentos em relação a transformação da vida e sobretudo do vivente humano em um dado fixo, previsível. Em “O cérebro e o pensamento”, Canguilhem afirma que nossa vontade de compreender os fundamentos e condições de possibilidade do pensar repousa, sobretudo, em nossa rejeição a tudo que possa controlar nosso modo de pensar - em especial, um certo ramo da psicologia comportamental que Canguilhem critica duramente. Ver: *Le cerveau et la pensée* [1980]. In: Georges Canguilhem: philosophe, historien des sciences. Paris: Albin Michel, 1993. pp. 11-33; *O cérebro e o pensamento*. In: *Natureza Humana*. 8(1): 183-210, jan.-jun. 2006, p. 183.

¹⁶⁴ FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nóbrega. *A natureza das normas: o vital e o social na filosofia de Georges Canguilhem*. 2012. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 9.

¹⁶⁵ Safatle resalta a definição contemporânea da doença: “um distúrbio mental é uma síndrome caracterizada por distúrbios clinicamente significantes na cognição individual, regulação emocional ou por comportamentos que refletem disfunções em processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental.

¹⁶⁶ SAFATLE, V. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. *scientiæ zudia*, São Paulo, v. 13, n. 2, pp. 335-67, 2015.

contentes quando descobrimos traços de um quadro típico, ‘histórico’ [...] entretanto, existe uma multiplicidade de casos atípicos, de formas intermediárias, de quadros aberrantes [...]”¹⁶⁷.

Examinaremos mais sistematicamente o conceito de “normal” no capítulo 3, mas podemos dizer, a fins de esclarecimento, que, segundo Canguilhem, o normal, concebido pelo dogma positivista do século XIX, é determinado pela fisiologia referindo-se a um modelo ideal de funcionamento do corpo junto a uma pretensão de atribuição de leis gerais de funcionamento do organismo. Neste sentido, a terapêutica ou a clínica são secundárias, e, portanto, aquele vivente humano, possuidor de uma subjetividade e uma individualidade, é reduzido às noções pré-estabelecidas pela ciência fisiológica. Em outros termos, Safatle afirma que, deste modo, “a intervenção clínica deverá ser setorizada, focando-se na normalização da função”¹⁶⁸. Ou seja, a técnica médica, compreendendo, a partir da fisiologia, a doença como uma desregulação de funções, visa a restaurar a atividade normal de um determinado órgão. E, para tanto, deve lançar mão de procedimentos que permitam medir tais atividades orgânicas a fim de compreender o patológico e restaurar o normal.

Interessa-nos compreender, neste momento, como a noção enraizada na cultura¹⁶⁹, não só médica, mas humana – ao menos ocidental – acerca da identidade entre normal e patológico, tal como suas distinções quantitativas, pôde ser refutada por Canguilhem sob a análise de problemas concretos – as próprias doenças – presentes no vivente humano.

Há, neste sentido, ao menos três casos de patologia por meio dos quais Canguilhem refuta o dogma estabelecido pelo positivismo francês do século XIX acerca da identidade entre normal e patológico, tal como sua distinção exclusivamente quantitativa. Tais casos são: a diabetes, a úlcera e a hipertensão. Por meio, sobretudo, da análise acerca da diabetes, veremos que o dogma positivista, e mais especificamente as ideias de Claude Bernard, baseava-se na ideia de que o “quimismo de laboratório e o quimismo da vida estão sujeitos às mesmas leis”¹⁷⁰, ainda que, no caso de Bernard, reconhecesse a originalidade da vida, tal como seu modo de expressão particular, em relação ao vivente e em contraste com aquilo que estivesse fora dele.

Em relação à diabetes, essa doença seria determinada pelo aumento da glicemia, ou seja, a presença de açúcar no sangue ao ultrapassar certo limiar fisiológico – segundo, Claude Bernard, acima de 4% – a presença de açúcar no sangue, abaixo deste limiar, é considerada normal, sendo

¹⁶⁷ FAGGOT-LARGEAULT, A. Medicina e Filosofia. São Paulo: Editora Fap-unifesp, 2013. p. 114.

¹⁶⁸ SAFATLE, V.. Op. cit., loc. cit..

¹⁶⁹ FRENCH, S. Conceitos-chave em filosofia da ciência. Porto Alegre; Artmed, 2009.

¹⁷⁰ CANGUILHEM, G. Le normal et le Pathologique. Paris: Quadrige, 2015, pp. 45-46. Tradução nossa.

considerada anormal, portanto, apenas a ausência de glicose sanguínea¹⁷¹. Neste sentido, há uma identidade entre os estados normais e patológicos, apenas distinguidos por sua variação quantitativa. As doenças, então, nesta perspectiva, são compreendidas apenas por suas diferenças de grau – exageração, desproporção, desarmonia – em relação ao estado normal, e não como um evento novo no organismo¹⁷².

No entanto, como observa Canguilhem, o estado patológico sob esta perspectiva, na tentativa de construção do conhecimento acerca da doença, não é descrito e pensado apenas por conceitos quantitativos:

Ora o estado patológico é o “distúrbio de um mecanismo normal, que consiste em uma variação quantitativa, uma exageração ou atenuação dos fenômenos normais” ora o estado doentio é constituído pelo “exagero, pela desproporção, pela desarmonia dos fenômenos normais”¹⁷³.

Em especial, nesta passagem, é possível observar que o conceito de “exageração” é utilizado na primeira parte em sentido quantitativo e, em seguida, em sentido qualitativo. Há deste modo um primeiro problema nesta tese: na medida em que há uma ambiguidade na definição do conceito de doença, ou seja, a presença de elementos qualitativos e quantitativos, seria possível afirmar que o conceito de doença pode ser apreendido e definido por meio de procedimentos científicos que têm por base de sua investigação a determinação de uma realidade puramente objetiva – e, por natureza deste saber, quantitativa?

Canguilhem sugere que, no caso da diabetes, “se consideramos a glicosúria como o sintoma principal [...], a presença do açúcar na urina diabética a torna qualitativamente diferente de uma urina normal”¹⁷⁴. Em outros termos, se o aumento acima do limiar de açúcar no sangue deste estado patológico é compreendido enquanto seu principal sintoma, há uma “qualidade nova, em relação ao estado fisiológico”¹⁷⁵. Mas se, por outro lado,

[...] considerando a urina como um produto da secreção renal, o médico volta seu pensamento para o rim e as relações entre filtro renal e a composição do sangue, vai considerar a glicosúria como o transbordamento da glicemia que ultrapassa o limiar. A glicose que ultrapassa o limiar e transborda é qualitativamente a mesma que a glicose

¹⁷¹ Ibid., loc. cit..

¹⁷² Ibid..

¹⁷³ Bernard *apud* Canguilhem. In: CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 51. Tradução nossa.

¹⁷⁴ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 54. Tradução nossa.

¹⁷⁵ Ibid., loc. cit..

retida normalmente pelo limiar. Com efeito, a única diferença é uma diferença de quantidade¹⁷⁶.

Dessa forma, se adotamos o ponto de vista em que analisamos o mecanismo renal da secreção urinária por meio de seus resultados, ou seja, os efeitos produzidos em estado normal ou patológico, podemos observar uma mudança qualitativa. Por outro lado, considerando o mecanismo em si mesmo, há apenas uma diferença quantitativa¹⁷⁷.

No entanto, poderíamos nos perguntar, tal como Canguilhem: ao se tratar de uma patologia científica, podemos adotar pontos de vista? Ou seja, se quisermos compreender a doença sob seus aspectos objetivos, estruturais, tal como seus mecanismos, não deveríamos privilegiar tais elementos em lugar de manifestações sintomáticas, ou efeitos aparentes? Não foi essa a tentativa de parte dos positivistas, em especial Claude Bernard, que buscou explicar a diabetes por meio de relações quantitativas, como, por exemplo: “leis físicas dos equilíbrios de membrana, leis de concentração das soluções, reações de química orgânica [...]”¹⁷⁸.

Segundo Canguilhem, essa estrutura de construção de uma patologia científica seria incontestável, se fosse possível “considerar as funções fisiológicas como mecanismos, os limiares como barragens, as regulações como válvulas de segurança, servofreios ou termostatos”¹⁷⁹, ou seja, se analisássemos a patologia à luz das concepções e limites do mecanicismo¹⁸⁰. Assim,

Tomando o exemplo preciso do diabetes, estamos longe de considerar, hoje em dia, que a glicosúria seja apenas função da glicemia e que o rim oponha à filtração da glicose apenas um limiar constante (de 1,70% e não de 3% como a princípio pensava Claude Bernard)¹⁸¹.

A glicosúria não poderia, portanto, ser necessariamente resultado direto da ultrapassagem do limiar determinado em relação à presença de açúcar no sangue, tal como “o limiar renal” seria,

¹⁷⁶ Ibid., loc. cit..

¹⁷⁷ Canguilhem ressalta que o mesmo problema ocorre com a alcaptonúria: “Essa afecção rara, descoberta por Boedeker em 1857, consiste essencialmente em um distúrbio do metabolismo de um ácido aminado, a tirosina. A alcaptona ou ácido homogentísico é um produto normal do metabolismo intermediário da tirosina, mas os doentes alcaptonúricos se distinguem pela incapacidade de ultrapassar esse estágio e queimar o ácido homogentísico [41, 10.534]. O ácido homogentísico passa então para a urina e se transforma em presença dos álcalis, produzindo por oxidação um pigmento negro que colore a urina, conferindo-lhe, assim, uma qualidade nova que não é de modo algum a exageração de alguma qualidade apresentada pela urina normal. Pode-se, aliás, provocar experimentalmente a alcaptonúria pela absorção maciça (50 g em 24 h) de tirosina. Estamos, portanto, diante de um fenômeno patológico que poderemos definir pela qualidade ou pela quantidade, conforme o ponto de vista em que nos colocarmos, conforme considerarmos o fenômeno vital em sua expressão ou em seu mecanismo.” Ver: CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 54.

¹⁷⁸ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 55. Tradução nossa.

¹⁷⁹ Ibid., loc. cit..

¹⁸⁰ Ibid., loc. cit..

¹⁸¹ Ibid., loc. cit..

deste modo, “essencialmente móvel, e seu comportamento [...] variável de acordo com os pacientes”¹⁸². De modo que, como afirma Canguilhem, pode-se constatar uma glicosúria elevada, como a que se atribuiria a um diabético, em um paciente sem hiperglicemia, e, ainda mais, em pacientes que atingem 3g ou mais de glicemia, a glicosúria pode ser nula. Com isso,

Somos, portanto, levados a introduzir uma modificação no esquema clássico que ligava a glicosúria ao distúrbio basal apenas por intermédio da hiperglicemia; essa modificação consiste em introduzir, entre a hiperglicemia e a glicosúria, uma nova articulação: “o comportamento renal [...] uma noção que não pode ser inteiramente transposta em termos analíticos e quantitativos”¹⁸³.

Em outros termos, se há uma “variabilidade de limiar”, e um “comportamento renal”, o mecanismo de secreção não pode mais ser explicado exclusivamente em termos quantitativos. Ou seja, na medida em que não identificamos mais uma “função com sua sede anatômica”¹⁸⁴, estar diabético seria “mudar de rim”, uma nova relação qualitativa que se instaura e não pode necessariamente ser associada como uma continuidade do estado fisiológico. Essa conclusão “impõe-se muito mais quando deixando de dividir a doença [...] passamos a considerá-la”¹⁸⁵ em sua totalidade:

Ora, é exatamente o caso da diabetes [...] Houssay e Biasotti mostraram em 1930-1931, pela extirpação conjunta do pâncreas e da hipófise no sapo e no cão, o papel antagonista da hipófise e do pâncreas no metabolismo dos glicídios. Em consequência de uma ablação total do pâncreas, um cão sadio não sobrevive além de quatro a cinco semanas. Combinando-se, porém, a hipofisectomia e a pancreatectomia, o diabetes melhora consideravelmente: a glicosúria fica muito reduzida e até mesmo suprimida em jejum, a poliúria é suprimida, a glicemia chega quase ao normal, o emagrecimento torna-se muito mais lento. Pensou-se, portanto, poder concluir que a ação da insulina no metabolismo dos glicídios não era direta, já que sem administração de insulina o diabetes podia ser atenuado. Em 1937, Young constatava que se podia, às vezes, tornar definitivamente diabético um cão normal por meio de injeção de um extrato do lobo anterior da hipófise, repetida diariamente, durante cerca de três semanas. L. Hédon e A. Loubatières, que retomaram, na França, o estudo do diabetes experimental de Young, concluem: “Uma superatividade temporária do lobo ¹⁸⁶anterior da hipófise pode causar não apenas um distúrbio transitório da glicorregulação, mas também um diabetes permanente, e que persiste durante um tempo indefinido depois do desaparecimento da causa que o provocou”¹⁸⁷.

¹⁸² Ibid., p. 56.

¹⁸³ Ibid., p. 47.

¹⁸⁴ Ibid., loc. cit..

¹⁸⁵ Ibid., loc. cit..

¹⁸⁶ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 58. Tradução nossa.

¹⁸⁷ Ibid., p. 47.

Neste sentido, essa hipersecreção hipofisária é nada mais que um sintoma – “no nível da glândula, de um tumor na hipófise ou de uma modificação endócrina geral”¹⁸⁸ –, e não um aumento nos mecanismos patológicos. Portanto, segundo Canguilhem, tanto em relação às secreções internas, como em relação ao sistema nervoso, a tendência do pensamento médico é privilegiar locais, regiões do organismo enquanto determinantes absolutos do estado patológico, deste modo, aquilo “que parece aumento ou diminuição em algum local é, na realidade, uma alteração do todo”¹⁸⁹:

“Nada mais ilusório”, escreve Rathery, do que considerar o metabolismo dos glicídios como sendo realizado apenas pelo pâncreas e sua secreção. O metabolismo dos glicídios está na dependência de múltiplos fatores: a) as glândulas vasculares sanguíneas; b) o fígado; c) o sistema nervoso; d) as vitaminas; e) elementos minerais [...]. Ora, qualquer um desses fatores pode entrar em jogo e provocar diabetes¹⁹⁰.

De modo semelhante, a úlcera foi classificada como uma doença determinada enquanto “variação do estado fisiológico”¹⁹¹. No entanto, segundo Canguilhem, o essencial deste caso patológico é o fato de que o estômago digere a si mesmo – e, diga-se de passagem, “que esse exemplo talvez sirva para fazer entender o que é uma função normal”¹⁹². Uma função “poderia ser chamada de normal enquanto é independente dos efeitos que produz”¹⁹³, ou seja, um estômago em seu estado normal digere sem digerir a si mesmo. Neste sentido, há uma possibilidade de designar um estado normal em relação ao estômago, mas não é possível atribuir a continuidade entre estado normal e patológico e nem os distinguir apenas pelas mudanças quantitativas existentes no mecanismo da doença.

E, ainda mais, no caso da hipertensão, também não estaríamos autorizados a defini-la como um simples aumento da pressão arterial em relação ao estado fisiológico, uma vez que há um novo modo de vida, um novo comportamento do organismo, por meio da modificação de “estrutura e funções dos órgãos essenciais (coração e vasos, rim, pulmão)”¹⁹⁴.

¹⁸⁸ Ibid., loc. cit..

¹⁸⁹ Ibid., loc. cit..

¹⁹⁰ Rathery *apud* Canguilhem. In; CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 48.

Tradução nossa.

¹⁹¹ Ibid., p. 59. “É certo que alguns sintomas são o produto – quantitativamente variado – de mecanismos constantes no estado fisiológico. Seria o caso, por exemplo, da hiper-cloridria na úlcera do estômago. É possível que alguns mecanismos sejam os mesmos no estado de saúde e no estado de doença. No caso da úlcera de estômago, o reflexo que determina a secreção do suco gástrico parece sempre partir do antro pilórico, se é verdade que são úlceras estenosantes, na vizinhança do piloro, que são acompanhadas de hipersecreção mais considerável, e que a ablação dessa região, na gastrectomia, é seguida por uma redução da secreção”.

¹⁹² Ibid., loc. cit..

¹⁹³ Ibid., p. 59.

¹⁹⁴ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 60. Tradução nossa.

Em suma, Canguilhem refuta a continuidade entre os estados normal e patológico, tal como sua variação por distinção quantitativa, na medida em que define organismo não mais sob a sua separação, mas sob a interdependência de suas funções e como um todo harmônico, como exemplifica ao dizer que “o comportamento renal só teoricamente pode ser abstraído do comportamento do organismo funcionando como um todo”¹⁹⁵.

Canguilhem retifica o conceito de doença, ou patologia, atribuindo a ele o estatuto de uma experiência do sujeito doente, ou seja, o próprio conhecimento acerca do estado patológico é mediado pelo sentimento do doente em relação a si mesmo e ao ambiente onde desenvolvia suas relações e os sentidos que atribui a elas, e que fugiram ao padrão que ele – o doente – concebia como normal. Deste modo, identificamos alguns elementos desta tese, que nos parecem fundamentais, e é por meio deles que julgamos nos aproximar das possibilidades e limites desse pensamento. Analisaremos, portanto, as seguintes argumentações acerca da tese da doença enquanto experiência do sujeito doente: (1) a primazia da individualidade orgânica na experiência da doença; (2) a experiência da individuação elucidada por Macherey como uma experiência da doença que é tributária de processos não mais puramente individuais, mas de ordem coletiva; (3) a noção de meio interno e meio externo enquanto estrutura e parâmetro da percepção da doença; (4) o estado patológico, ou a experiência do sujeito, enquanto um “comportamento da vida regulado por normas vitalmente inferiores e depreciadas”¹⁹⁶, e, por sua vez, diferentes às normas do estado normal, ou fisiológico.

Canguilhem sugere que é um problema, uma inadequação, ou estágio dito anormal que nos leva a pensar sobre nós mesmos. Tudo de passa como se obstáculos se elevassem à consciência a fins de resolução, como “[...] quando analisamos as ideias de Leriche, podemos dizer que, em matéria de biologia, é o *pathos* que condiciona o *logos* porque é ele que o chama”¹⁹⁷. É, portanto, um estágio próximo à doença, catástrofe, ou passividade, que retira o sujeito de um estado irrefletido de normalidade, e coloca-o em relação consigo mesmo e suas mudanças de padrão. Esse sujeito, portanto, deseja um retorno ao estado normal, que, outrora, não suscitou questões, uma vez que era parte de uma fruição natural da vida e não aparecia para a subjetividade enquanto conceito oriundo do processo de reflexão. Trata-se, neste sentido, de uma propriedade da vida e por onde a vida se manifestava em relação a si mesmo e ao meio sem maiores problemas – como se a normalidade ou a saúde fossem conceitos cotidianos, comuns,

¹⁹⁵ Ibid., loc. cit.

¹⁹⁶ CANGUILHEM, G.. O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 182.

¹⁹⁷ CANGUILHEM, G.. Le normal et le Pathologique. Paris: Quadrige, 2015, pp. 182-183. Tradução nossa.

como se o normal ou a saúde não fossem conceitos propriamente científicos, mas, ao contrário, como ressalta Canguilhem em relação à saúde: trata-se de um conceito vulgar¹⁹⁸.

Atribuir à saúde, ou à normalidade, um estatuto de vulgaridade indica, segundo Le Blanc¹⁹⁹, que o vivente humano compreende a si mesmo como saudável ao passo que a relação com seu corpo é vivida no modo de uma evidência inquestionável, sendo, portanto, vulgar, aquilo que é comum e oriundo mais de uma vivência cotidiana do que da distinção científica, ou de um conhecimento dito superior. Esta hipótese indica que a relação entre saúde e doença, portanto, não pode mais ser fruto de uma representação unicamente científica ou médica, mas está ligada, antes de tudo, à relação vivida entre o ser humano vivo e sua vida. A doença, portanto, implica um problema, uma dúvida, ou em outros termos, o sujeito, que não necessariamente questionava seu estado normal ou de boa saúde, ao ser confrontado com a doença, passa a ter um sentimento²⁰⁰ diferente sobre si mesmo. É, de modo semelhante, que Safatle elucida:

“A saúde é a vida no silêncio dos órgãos”. Esta frase famosa do cirurgião francês René Leriche indicava como a doença é, em última instância, o que faz o corpo falar. É a experiência da doença que rompe uma certa imanência silenciosa entre o sujeito e o seu próprio corpo; é ela que transforma o corpo em um “problema” que determina exigências de saber e configura necessidades de cuidado e intervenção²⁰¹.

Neste sentido, a doença, ou o estado patológico, é sentida já em tensão com a atividade subjetiva, como certa conceitualização acerca do estado não saudável do vivente, assumindo, deste modo, um caráter de experiência.

Ao contrário da tese presente na ciência do século XIX – como vimos, a ideia da patologia enquanto uma variável quantitativa do estado normal –, a doença enquanto experiência se engendra não mais sob um princípio único, um modelo ideal de normalidade a fim de explicar o comportamento vivente e de todo vivente, mas, sim, enquanto uma experiência singular do sujeito em relação ao como se sente, percebe e concebe a doença e, por conseguinte, a saúde que gozava. Em outros termos, trata-se, daquilo que Le Blanc ressalta como sendo a “individualidade orgânica na experiência das normas”²⁰². É possível verificar neste argumento a presença das proposições que indicamos na introdução deste capítulo: a doença como experiência singular, a

¹⁹⁸ CANGUILHEM, G.. La santé: concept vulgaire et question philosophique. In: *Écrits sur la médecine*, Paris, Seuil, 2002, pp. 49-68, p. 14. Tradução nossa. Ver também: CANGUILHEM, G.. *Escritos sobre medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

¹⁹⁹ LE BLANC, G.. *Canguilhem et les normes*. Paris: Puf, 2010, p. 28. Tradução nossa.

²⁰⁰ *Ibid.*, loc. cit..

²⁰¹ SAFATLE, V.. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiae Studia* v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011, p. 11.

²⁰² LE BLANC, G.. *Canguilhem et les normes*. Paris: Puf, 2010, p. 28. Tradução nossa.

presença de normas no estado patológico e o meio que o indivíduo se relaciona. Analisaremos, primeiramente, a ideia da doença enquanto experiência individual.

Atribuir o conceito de doença à experiência da individualidade parece conferir à doença, certo estatuto de relatividade. Ainda que não nos interesse discutir o possível caráter relativista no pensamento canguilheano, neste momento, podemos tirar algum proveito da tentativa de compreender o alcance e o sentido do que o próprio autor chamou de relatividade do normal²⁰³, e seu papel na construção dos conceitos de doença e patologia.

Segundo Canguilhem, afirmar a relatividade do normal, compreendida enquanto regra do indivíduo, não significa dizer que, quando confrontado com a doença, a distinção entre esses dois estados não seja para ele – o indivíduo –, uma distinção absoluta²⁰⁴, e, ainda mais, a “relatividade do normal não deve de modo algum ser para o médico um encorajamento para anular, na confusão, a distinção entre o normal e o patológico”²⁰⁵. Em síntese, essa experiência do indivíduo de “tornar-se outro homem”²⁰⁶ na doença, como afirma Canguilhem, e, por conseguinte, de atribuir à sua dinâmica, entre normal e patológico, um caráter relativo ou absoluto, faz da saúde e da doença universos necessariamente distintos, aos quais o médico não deve compreender como homogêneos. Mesmo que a distinção entre normal e patológico seja absoluta para um ou outro indivíduo, ao analisarmos os viventes, e tentarmos buscar neles um princípio geral de funcionamento, constatamos que a presença de percepções absolutas de si mesmo não torna menos relativas as relações que os viventes humanos têm com a doença e a saúde. E, para o médico, a partir do conhecimento que o doente manifesta sobre seu estado, e das variações quantitativas e qualitativas presentes no organismo de cada indivíduo, há, entre a variedade de casos patológicos pelo menos um princípio geral: doença e saúde não são estados homogêneos²⁰⁷.

Em síntese, é possível dizer que a doença é o saber oriundo de uma experiência do indivíduo consigo mesmo e em relação a funções limitadas com o meio. Esse saber é elevado à razão e à técnica médica – terapêutica. Neste sentido, na patologia, não há passividade nem do

²⁰³ CANGUILHEM, G. O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 181.

²⁰⁴ Ibid., loc. cit..

²⁰⁵ Ibid., loc. cit..

²⁰⁶ Ibid., loc. cit..

²⁰⁷ Essa confusão se reveste, com frequência, do prestígio de uma tese, essencial para Claude Bernard, segundo a qual o estado patológico é homo-gêneo ao estado normal do qual ele constitui apenas uma variação quantitativa para mais ou para menos. Essa tese positivista, cujas raízes remontam para além do século XVIII, do escocês Brown até Glisson e aos primeiros esboços da teoria da irritabilidade, foi vulgarizada antes de Claude Bernard por Broussais e Auguste Comte. Com efeito, se examinarmos o fato patológico nos detalhes dos sintomas e dos mecanismos anátomo-fisiológicos, existem numerosos casos nos quais o normal e o patológico aparecem como simples variações quantitativas de um fenômeno homogêneo sob uma e outra forma (a glicemia no diabetes, por exemplo). Ver: CANGUILHEM, G.. O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 181.

doente, nem do médico. Mas, seguindo o argumento de Canguilhem, parece-nos que esse estado de não passividade é atribuído, sobretudo, ao sujeito doente que, portanto, pensa seu estado alterado, e ao médico que, neste sentido, estaria lidando não com a doença “em si”, mas com o sujeito que se sente e pensa a si mesmo como doente. Entretanto, afirmar tal proposição não seria, de outro modo, dizer que só há doença na medida em que uma subjetividade entende a si mesma como doente, mesmo na presença de um caso de câncer²⁰⁸, à guisa de exemplo, não manifestado e não percebido pelo sujeito afetado?

Segundo a teoria de Leriche, se uma autópsia para fins médico legais revelasse um câncer do rim ignorado por seu portador já falecido, deveríamos concluir que havia uma doença, apesar de não ser possível atribuí-la a pessoa alguma: nem ao cadáver — já que um morto não é mais capaz de ter doenças — nem, retroativamente, ao vivo de outrora, que a ignorava, tendo terminado sua vida antes do estágio evolutivo do câncer em que, segundo as probabilidades clínicas, as dores teriam enfim criado o mal²⁰⁹.

Há, portanto, uma doença que parece não ter se elevado à consciência do sujeito, mas que existe na “ciência do médico”²¹⁰. No entanto, para Canguilhem, a ciência elabora suas hipóteses a partir de fenômenos não necessariamente oriundos da própria ciência — ou, de outro modo, oriundos de uma consciência pré-científica —, como diz o autor: “[...] não há nada na ciência que antes não tenha aparecido na consciência [...] e que é o ponto de vista do doente que, no fundo, é verdadeiro”²¹¹. É o que Safatle ressalta quando diz que, em medicina, “[...] é o *pathos* que chama o *logos* e que o faz funcionar. Se o médico pode adiantar a consciência que seu paciente tem da doença, é porque, outrora, a doença foi sentida como tal por alguma consciência”²¹². Neste sentido, a técnica médica existe pela ocorrência de homens que se sentem doentes, e não porque os médicos informam os sujeitos sobre seu estado.

É um fato que a medicina lança mão de procedimentos que possibilitam a descoberta de doenças das quais os sujeitos não haviam percebido, mas esse fato, segundo Canguilhem, deve ser interpretado à luz da noção de que tais procedimentos só puderam ser desenvolvidos na medida em que clínicos do passado transmitiram uma cultura médica por meio da qual os médicos atuais “podem se adiantar e ultrapassar em perspicácia seus clientes habituais ou ocasionais”²¹³. Em resumo, o conhecimento presente do médico foi suscitado pela experiência do

²⁰⁸ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 58. Tradução nossa.

²⁰⁹ *Ibid.*, loc. cit..

²¹⁰ *Ibid.*, loc. cit..

²¹¹ *Ibid.*, loc. cit..

²¹² SAFATLE, V.. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiae Studia* v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011, p. 19.

²¹³ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 59. Tradução nossa.

sujeito doente frente a médicos de outrora, e, ainda mais, há uma diferença determinante entre a doença do ponto de vista do médico e do doente, assim, “impõe-se a noção de que a doença do doente não é a mesma que a doença anatômica do médico”²¹⁴.

Podemos sugerir, deste modo, que essa experiência do indivíduo é constituída pela relação com o outro, neste caso o médico, que no processo histórico da doença, pode auxiliá-lo – e obviamente conduzir o tratamento de determinada enfermidade – em direção ao estabelecimento de um estado desejado – mas não necessariamente possível²¹⁵. E, ainda mais, não há apenas o sujeito doente atual, nem o médico atual, mas uma série de “outros” que colaboraram para o desenvolvimento do conhecimento acerca do estado patológico.

No entanto, é possível dizer que a concepção canguilheana da doença convida ao menos a dois problemas, em verdade, de uma mesma ordem: o primeiro diz respeito ao estatuto individual da experiência da doença, ou, em outros termos, é possível atribuir unilateralmente a experiência patológica ao indivíduo? E, por conseguinte, não estaríamos em meio a uma teoria subjetivista de um problema concreto?

A este respeito Debru ressalta que:

[...] não há ciência da fisiologia humana sem técnica de restauração da saúde, ou seja, sem a consciência da doença por um sujeito. Uma nova afirmação resulta disto: a anterioridade da clínica, experiência da doença partilhada entre o doente e o médico, sobre a fisiologia e a patologia²¹⁶.

A doença enquanto experiência do indivíduo é, então, uma partilha entre técnica e teoria, sujeito doente e médico. Dizendo de outro modo, a doença, ou o conhecimento sobre a doença, existe na medida em que há um sujeito que sofre e se relaciona com outro sujeito que pretende junto a ele restaurar sua saúde. E, por sua vez, o conhecimento e os procedimentos na técnica médica se desenvolvem historicamente no acúmulo de casos de doença e das teorias conjugadas às técnicas terapêuticas de outrora. Mas se a doença é oriunda dessa relação é possível falar em experiência individual?

²¹⁴ Leriche apud Canguilhem. Ver: CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 68.

²¹⁵ É que, como vimos e veremos ao longo da tese, a ideia de Canguilhem é que o doente almeja um estágio anterior, quando, por ocasião dos limites impostos pela doença, julgava ser normal. De modo que o estado doentio pode ser superado, mas o estado passado, julgado como normal, não pode ser reestabelecido sem mudanças que acabam por inaugurar uma nova normalidade.

²¹⁶ Debru, C. *Georges Canguilhem, science et non-science*. Paris: Éditions Rue D’Ulm, 2004, p.33.

É, talvez, neste sentido, que Pierre Macherrey, de outro modo, nomeia a experiência do doente como “experiência individuada”²¹⁷:

[...] é necessário retornar à noção de experiência individuada, e admitir que, especialmente no caso do ser humano, ela não se liga à noção de experiência individual, ou seja, uma experiência assumida pelo indivíduo como tal, no sentido de uma individualidade abstrata que seria inteiramente determinada por seus traços biológicos e, deste modo, isolada em sua natureza de indivíduo que, com suas propriedades e suas insuficiências, suas qualidades e seus defeitos, se bastaria completamente a si mesmo. Se houver, no plano da vida humana, individuação, ela ocorrerá ao termo de um processo que produz indivíduos a partir de condições que não são estritamente individuais [...]²¹⁸.

Dizer que a individuação é uma possível propriedade da vida não “estritamente individual” é atribuir ao indivíduo um caráter de constituição e estruturação coletiva, ou em outras palavras, esse indivíduo é resultado, e, de certo modo, tensão entre si mesmo, ou seu meio interno, e o meio externo. Para Le Blanc, o que chama, de outro modo, de individualidade vivente (*individualité vivante*)²¹⁹ só pode ser compreendida, uma vez que levarmos em consideração a maneira com que o indivíduo orgânico constrói sua relação com a vida, uma vez que:

A doença revela o que faz do vivo um ser vivo, o esforço pelo qual todo indivíduo biológico procura manter-se vivo e aumentar seu próprio poder. O aumento do seu poder de ser, que se verifica na sua possível eliminação, é antes de tudo um assunto orgânico, fonte de individualização²²⁰.

Em síntese, há, por um lado, a experiência da individuação enquanto fruto de um processo do meio e de ordem coletiva, e, por outro, a descrição do sentido que a doença desperta no doente e que nem por isso deixa de ser uma experiência de caráter relacional no que diz respeito ao meio. Os dois pontos de vista parecem não ser contraditórios: parece que a síntese das duas proposições sugere que os viventes sentem, percebem e manifestam sua relação com a doença – cada individualidade a seu modo – e seu meio externo, e comunicam ao médico aquilo que o primeiro sabe e o último necessita saber. Há, portanto, propriedades fundamentalmente singulares na relação do doente com a doença. Por outro lado, a noção ou sentimento de “manter-se vivo”, prolongar a vida ou simplesmente viver, parece-nos revelar uma constante ou valor presente em

²¹⁷ Le Blanc, de modo semelhante, ressalta tal experiência enquanto individualidade orgânica. Ver: LE BLANC, G. Canguilhem et les normes. Paris: Puf, 2010, p. 31.

²¹⁸ MACHERREY, P.. Georges Canguilhem, um estilo de pensamento. Goiânia: Almeida e Clément edições, 2010, pp. 61-62.

²¹⁹ LE BLANC, G.. Canguilhem et les normes. Paris: Puf, 2010, p. 31. Tradução nossa.

²²⁰ Ibid., loc. cit..

todo e qualquer vivente, ainda que, no caso humano, esta noção só se torne ideia na medida em que o sujeito é confrontado com o estranhamento causado pela doença²²¹.

Para Safatle, em sentido semelhante a Le Blanc e Macherey, é na relação entre organismo e meio que temos a possibilidade de definir os conceitos de normal e patológico. Para o autor,

Canguilhem não teme retomar alguns postulados da medicina grega a fim de insistir no caráter relacional da patologia. A patologia aparece assim como o que se revela na relação entre o organismo e seu meio ambiente (levando em conta que o meio ambiente humano é fundamentalmente mediado por construções e valores sociais)²²².

Considerando, deste modo, que a patologia é aquilo que se revela da relação entre vivente e meio ambiente, e no caso do vivente humano, “se é verdadeiro que o corpo humano é, em certo sentido, produto da atividade social”²²³, tal como o meio ambiente, mas que, por outro lado, e ao mesmo tempo, a própria vida não é indiferente às condições em que sua permanência é abalada, verificamos uma tensão entre a atividade criadora social e a própria vida. Aquilo que a fisiologia buscou por meio da estatística, ou seja, uma constância na atividade humana, certos traços²²⁴ revelados por uma média, seria, deste modo oriundo não apenas de normas encontradas na própria atividade orgânica, mas também em normas socialmente construídas.

A doença enquanto experiência do indivíduo é, em resumo, um sentimento do doente sobre si mesmo elevado à consciência, em relação com a restauração, pela terapêutica, de um padrão de normalidade de outrora. Essa experiência patológica é, por sua vez, constituída por normas vitais e sociais em relação ao meio:

A progressividade de um advento não exclui a originalidade de um evento. Um sintoma patológico pode traduzir isoladamente a hiperatividade de uma função cujo produto é rigorosamente idêntico ao produto das mesmas funções nas condições ditas normais, mas isso não quer dizer que o mal orgânico, considerado como outro modo de ser da totalidade funcional, e não como uma soma de sintomas, não seja para o organismo uma nova forma de se comportar em relação ao meio²²⁵.

Deste modo, resta-nos ainda investigar como o vivente se relaciona com o meio, ou, em outros termos, o que significaria, para o sentido e definição da experiência patológica, um sujeito que, segundo Canguilhem, em estado normal leva suas próprias normas de apreciação ao meio,

²²¹ Caricaturando um pouco: “Tudo o que vive quer viver”. Isso significa dizer que há um princípio comum e portanto universal – diríamos essencial? – em todas as formas de vida, ou ao menos, em todas as formas de vida humanas?

²²² SAFATLE, V.. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiae Studia* v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011, pp. 19-21.

²²³ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 135. Tradução nossa.

²²⁴ *Ibid.*, loc. cit..

²²⁵ CANGUILHEM, G. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 54. Tradução nossa.

dominando e se acomodando a ele²²⁶, e no estado patológico passar a “comportar-se” de modo diferente, e se ordenar por diferentes normas do estado normal, em relação ao meio. Em outros termos, se a experiência patológica só pode ser compreendida em suas diversas partilhas – fisiologia-patologia; saúde-doença; doente-médico; organismo-técnica; vivente-meio –, seria o meio o único elemento independente da relação do homem com a doença? Ou seja, o vivente humano deve apenas adaptar-se a ele?

Segundo Canguilhem, é possível falar em um determinismo na relação entre o vivente humano e o meio, no entanto o primeiro, diferente de outras espécies²²⁷, encontra múltiplas soluções para um problema apresentado pelo último: na relação com o homem, o “meio propõe, sem jamais impor uma solução”²²⁸, ainda que determinadas condições da civilização e da cultura tornem as ações do homem limitadas. Tal perspectiva se sustenta, sobretudo, pela elaboração subjetiva do homem, ou seja, da ideia que o homem faz de suas possíveis ações em relação ao meio:

Mas o fato de, num dado momento, ter como obstáculo aquilo que, posteriormente, se revelará, talvez, como sendo um meio de ação se deve definitivamente à ideia, à representação que o homem – trata-se do homem coletivo, é claro – faz de suas possibilidades, de suas necessidades e, para tudo dizer, deve-se ao fato de ele se representar como desejável, o que não se separa do conjunto dos valores²²⁹.

Esse campo de ações possíveis, produzidas pela ideia que o sujeito faz do meio, é produto de uma noção de meio ambiente (*umgebung*) que se diferencia do ambiente “universal” (*welt*), e, por sua vez, uma distinção do conceito de meio enquanto um sistema mecânico e que sobrepujaria o homem às suas leis. Em outros termos, o *welt*, ou o ambiente “universal”, é um conceito forjado sob as noções da ciência, e suas tentativas de compreender a natureza objetivamente, como um sistema de leis; por outro lado, *umgebung*, ou meio ambiente, seria o entorno físico, um horizonte limitado aos recortes do vivente humano. Neste sentido, no caso do vivente humano, a ideia de meio é menos um determinante absoluto dos seres que habitam o espaço, e mais as possibilidades concebidas pela subjetividade, sem que tanto o homem quanto o meio sejam necessariamente passíveis. Trata-se, portanto, de uma relação funcional entre vivente e meio. Nesse caso,

²²⁶ Ibid., p. 101.

²²⁷ Ibid., p. 153.

²²⁸ Ibid., loc. cit..

²²⁹ Ibid., loc. cit..

[...] um organismo pode existir somente se tem sucesso em encontrar no mundo um ambiente adequado – isto é, moldando um ambiente. Um ambiente sempre pressupõe um dado organismo. Como pode ser ele determinado pelo ambiente? Como pode alcançar a ordem pelo ambiente? É claro, tão cedo quanto ele possua um ambiente [...] ²³⁰.

É neste sentido que Canguilhem afirma que:

Do ponto de vista biológico, é necessário entender que entre o organismo e o ambiente há a mesma relação que entre as partes e o todo no interior do próprio organismo. A individualidade do vivente não é concluída em suas fronteiras ectodérmicas assim como ela também não começa na célula. A relação biológica entre o ser e seu meio é uma relação funcional, e, por conseguinte, móvel, cujos termos trocam sucessivamente o seu papel. A célula é um meio para os elementos intracelulares; ela própria vive num meio interior de dimensões ora do órgão, ora do organismo, vivendo, ele mesmo, em um meio que lhe é, de algum modo, o que ele é para seus com-ponentes ²³¹.

Novamente, sob a relação entre partes e o todo orgânico, a ideia de um sujeito que sente e pensa a si mesmo como doente nos leva a um novo problema que consiste na possibilidade de a parte pensar o todo, do conceito ter acesso à vida, ou das relações implicadas na experiência do vivente humano.

Como já afirmamos, a análise do doente sobre si mesmo não é a mesma análise da ciência do médico. Ressaltamos, portanto, que segundo Canguilhem, e para além de um possível subjetivismo presente nesta ideia, a diferença entre essas duas perspectivas – a do doente e a do médico – diz respeito respectivamente à experiência do doente em relação à sua totalidade enquanto indivíduo e, também, à descrição e crítica a uma técnica médica que investiga não a totalidade do organismo em questão, mas suas partes, isolando-as, e impondo um meio ao vivente. Nesse sentido,

Uexkull e Goldstein concordam quanto a este ponto fundamental: estudar um vivente nas condições experimentalmente construídas é fazer-lhe um meio, impor-lhe um meio. Ora, o próprio do vivente é fazer seu meio, compor seu meio [...] ²³².

Portanto, o

[...] fisiologista e o médico [...] não devem nunca esquecer que o ser vivo forma um organismo e uma individualidade [...] é preciso então saber que, se decomposmos o organismo vivo isolando suas diversas partes, é tão somente para a facilidade da análise experimental e não para concebê-las separadamente. Com efeito, quando se quer dar a uma propriedade fisiológica seu valor e sua verdadeira significação, é preciso sempre

²³⁰ GOLDSTEIN, K.. The organism. New York: Zone Books, 1995, p. 85. Tradução nossa.

²³¹ CANGUILHEM, G. O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 155.

²³² Ibid., loc. cit..

reportá-la ao conjunto é só tirar a conclusão definitiva relativamente a seus efeitos nesse conjunto²³³.

Em suma, construir os conceitos de patológico, ou normal, só é possível na medida em que eles sejam pensados sob as relações entre vivente e o meio ambiente, tal como a relação interna entre parte e todo orgânico. No que diz respeito ao estado patológico, enquanto experiência do vivente humano, há necessariamente uma experiência subjetiva do sujeito junto dos limites impostos ao organismo pelo estado doentio.

No capítulo “normatividade vital e vida”, investigaremos ainda se tais ideias se sustentam junto às novas descobertas da bioquímica. Por fim, investigaremos como as normas se relacionam com o estado patológico.

Para Canguilhem, sob o estado “normal”, entre “o vivente e o meio, a relação se estabelece como um debate (*Auseinandersetzung*), ao qual o vivente leva suas normas próprias de apreciação das situações, onde ele domina o meio e se acomoda a ele”²³⁴. De outro modo, no estado patológico, o doente viveria em uma relação estreitada com o meio ambiente, regida, por sua vez, por normas distintas ao estado normal. Assim,

A doença, o estado patológico não é perda de uma norma, mas comportamento da vida regulado por normas vitalmente inferiores e depreciadas, pelo fato de elas proibirem ao vivente a participação ativa e fácil, geradora de confiança e de garantia, em um gênero de vida que anteriormente era o seu e que permanece permitido a outros²³⁵.

Pensar as normas, em estado normal ou patológico, significa, em Canguilhem, como também ressalta Pénisson, pensar a relação entre as normas científicas e normas do vivente humano. No entanto, o modelo científico e a técnica médica, criticada por Canguilhem, pensam o vivente que sofre de qualquer patologia enquanto “[...] desprovido de normas próprias”²³⁶, em oposição à ideia defendida por Canguilhem de que tanto o vivente sadio quanto o doente são possuidores e criadores de normas, ou seja, são essas propriedades que caracterizam sua individualidade e sua “espontaneidade de viver”²³⁷. Trata-se, deste modo, de normas que não são

²³³ CANGUILHEM, G. O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 19.

²³⁴ Ibid., p.158.

²³⁵ Ibid., p.182.

²³⁶ PÉNISSON, G.. Le vivant et l'épistémologie des concepts, Essai sur Le normal et le pathologique de Georges Canguilhem. Paris: La harmattan, 2008, p. 3. *Le vivant atteint de quelque pathologie que ce soit est alors envisagé comme dépourvu de normes propres, il est considéré comme devant être corrigé et ramené à ce que l'on pourrait appeler la norme scientifique.*

²³⁷ Ibid., p. 3. *Or le vivant sain, comme le vivant malade, est possesseur et créateur de normes, c'est ce qui caractérise son individualité et sa spontanéité de vivant.*

exteriores ao vivente, mas inerentes, e, portanto, exprimem a capacidade do próprio vivente de atribuir a si mesmo uma normatividade.

Deste modo, se por um lado – como veremos de modo mais sistemático no capítulo seguinte – a ciência define o normal a partir da fisiologia, ou seja, é ela a norma, padrão ou equilíbrio ao que a técnica se refere a fim de definir o estado patológico, o vivente humano estabelece em si mesmo suas normas de funcionamento e que, no entanto, a vida não é indiferente²³⁸, ou seja, ainda que o vivente crie suas normas individuais, a vida não é passível quando confrontada com problemas que possam impossibilitá-la.

Tomando como exemplo a anomalia morfológica (alteração na estrutura morfológica), Canguilhem sugere que o que a torna uma patologia é a atribuição de um “valor vital negativo”²³⁹ na medida em que “seus efeitos são apreciados em relação a um meio definido no qual alguns deveres dos viventes se tornam inelutáveis”²⁴⁰. Deste modo, como vimos anteriormente, se o vivente leva suas normas próprias de apreciação das situações, onde ele domina o meio e se acomoda a ele, então, deduzimos que a vida confrontada com a doença é regida por outras normas – tornadas “inelutáveis” – que limitam o sujeito em relação ao meio.

Em sentido semelhante, Goldstein diz:

Uma norma, diz ele, deve nos servir para compreender casos individuais concretos. Portanto ela vale menos por seu conteúdo descritivo, pelo resumo dos fenômenos, dos sintomas sobre os quais se fundamenta o diagnóstico, do que pela revelação de um comportamento total do organismo modificado no sentido da desordem, no sentido da aparição de reações catastróficas. Uma alteração no conteúdo sintomático só aparece como doença no momento em que a existência do ser, até então numa relação de equilíbrio com seu meio, se torna perigosamente perturbada. O que era adequado para o organismo normal, em suas relações com o ambiente, torna-se inadequado ou perigoso para o organismo modificado. É a totalidade do organismo que reage catastroficamente ao meio, ficando, doravante, incapaz de realizar as possibilidades de atividade que lhe cabem essencialmente²⁴¹.

Em verdade, segundo Canguilhem, raciocinando “com todo o rigor, uma norma não existe, apenas desempenha seu papel que é de desvalorizar a existência para permitir a correção dessa mesma existência”²⁴². Neste sentido, também as normas no estado patológico são, em última análise, inexistentes, servindo, sobretudo, a determinações de valor – negativo – pelo vivente que sofre. Mas dizer que o estado patológico é designado, sobretudo, pelo valor que o

²³⁸ Investigamos esse conceito no capítulo 4.

²³⁹ CANGUILHEM, G.. O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 179.

²⁴⁰ Ibid., loc. cit..

²⁴¹ Goldstein *apud* Canguilhem. In: Ibid., p.179. Tradução nossa.

²⁴² CANGUILHEM, G.. Le normal et le Pathologique. Paris: Quadrige, 2015, p. 53. Tradução nossa.

vivente atribui às suas novas normas, não seria, novamente, fazer da doença um fenômeno exclusivamente subjetivo?

Segundo Canguilhem, a doença é historicamente compreendida enquanto um conceito geral de não valor, em oposição a ela, o que o sujeito, em geral, deseja, são valores como “a vida, uma vida longa, a capacidade de reprodução, a capacidade de trabalho físico, a força, a resistência à fadiga, a ausência de dor, um estado no qual se sente o corpo o menos possível, além da agradável sensação de existir”²⁴³. O que não significa, segundo Canguilhem, que tal atribuição de valores negativos no estado patológico seja elaborada apenas como uma categoria subjetivista, ao contrário,

[...] o fato de reagir por uma doença a uma lesão, a uma infestação, a uma anarquia funcional, traduz um fato fundamental: é que a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, que a vida é polaridade e, por isso mesmo, posição inconsciente de valor, em resumo, que a vida é, de fato, uma atividade normativa²⁴⁴.

Investigaremos mais atentamente o conceito de normatividade vital, ou a vida enquanto atividade normativa no capítulo “Sobre a normatividade vital e a vida enquanto criação”, mas, desde já, podemos sugerir, em resposta ao problema do subjetivismo, assim como também elucida Safatle, que a vida é uma atividade normativa “porque todo organismo biológico age selecionando a partir de valores”²⁴⁵. Trata-se, neste sentido, de uma atividade valorativa da vida, que, por sua vez, não é necessariamente uma ação da consciência, mas também de “afetos [...], sensações [...] e modos de afecções”²⁴⁶. Poderíamos supor ainda que essa seleção diz respeito a certo determinismo comportamental absoluto, mas, ao contrário, a proposição canguilheana sugere uma dinâmica, uma capacidade transitiva, ou seja, possibilidades inerentes ao vivente que lhe permite transitar entre estados e negar limites. Como afirma Macherey, “o vivente humano vive sob a dinâmica da potência e de seus limites”²⁴⁷. Para o autor,

Poderíamos nos perguntar por que há propriamente “normatividade” nesta capacidade de entrar em movimento. Talvez porque mover-se implica, para o organismo, tanto ter a percepção de deslocar-se quanto deixar-se ou não se mover. Não apenas saber-se saindo de um ponto a outro, mas valorar tal movimento, querer se deslocar, tomar para si a fonte do movimento. Caso não houvesse tal valoração vinda do organismo, caso não houvesse alguma forma elementar de implicação intencional produzida pelo julgamento,

²⁴³ Leriche apud Canguilhem. Ver: *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 98. Tradução nossa.

²⁴⁴ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 101. Tradução nossa.

²⁴⁵ SAFATLE, V.. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 335-67, 2015, p. 343.

²⁴⁶ Ibid..

²⁴⁷ MACHEREY. P.. *Georges Canguilhem, um estilo de pensamento*. Goiânia: Almeida e Clément edições, 2010, p. 124.

ou ainda, caso não houvesse uma função implicativa expressa pelo organismo, teríamos um movimento completamente determinado pelo exterior e organismos seriam simplesmente estruturas condicionais²⁴⁸.

Em suma, viver sob normas inferiores é valorizar negativamente um estado limitado no meio, em relação a um julgamento de estado normal anterior feito pelo próprio vivente. É, sobretudo, a tentativa de operar e apreender a vida em seu movimento de tensão às condições em que ela não é possível.

2.3 Sobre a normalidade: do anormal ao normal

Em “O normal e o Patológico”, Canguilhem dedica um capítulo da obra que tem por objetivo realizar um exame crítico dos conceitos: normal, anormal, anomalia, doença e experimental. Lançando mão da elaboração canguilheana, que buscou retificar esses conceitos e suas relações a fim de esclarecer algumas confusões em suas utilizações, tentaremos adicionar algumas de nossas hipóteses a fim de compreender o problema e apresentar uma relação entre esses conceitos que possa, por fim, colaborar para nossa exegese do conceito de normal. Realizaremos, nesta mesma seção, uma análise mais extensa do conceito de normal, mas, antes, parece vantajoso compreender as possíveis relações que conceitos como anomalia e anormal mantêm com o conceito de normal e patologia e se, deste modo, podemos ter acesso ao conhecimento desses estados.

Uma definição comum, encontrada nos dicionários de filosofia, de anormalidade diz que esta pode ser descrita como aquilo que é contrário a uma norma. Sendo a norma uma garantidora de uma função ou de uma finalidade qualquer, a anormalidade, portanto, é um “estado”, uma condição que suprime a função que a norma visa atingir. A anormalidade, por sua vez, não é o mesmo que anomalia na medida em que uma anomalia não é necessariamente anormal. A anomalia só é anormal quando não pode realizar, ou executar, uma função que lhe é própria.

Há pelo menos dois problemas na hipótese acima: a) o primeiro diz respeito ao estatuto patológico da anormalidade, em outros termos, anormalidade e patologia são termos ou possuem conceitos correspondentes? a.1) sendo assim, o normal poderia ser definido por uma capacidade de realizar as finalidades “impostas” pelas normas? b) o segundo problema diz respeito ao problema do conceito de função – conceito amplamente discutido na história da biologia, e que

²⁴⁸ SAFATLE, V.. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 335-67, 2015, p. 343.

opôs diversos pensadores, sobretudo em volta do problema da atribuição de categorias da razão, a eventos biológicos.

Em relação ao primeiro problema, Canguilhem afirma que o “anormal não é o patológico”²⁴⁹, uma vez que “patológico implica *pathos*, sentimento direto e concreto de sofrimento e de impotência, sentimento de vida contrariada”²⁵⁰, ainda que a patologia possa ser considerada sempre anormal.

A rigor, como nos mostra Canguilhem²⁵¹, por meio da análise semântica das palavras, anomalia, que deriva de *anomalía* do grego (desigual, irregular), designa um conceito oriundo da observação, da experiência, e é, deste modo, um fato; enquanto, anormal, ou seja derivação de *nomos* (do grego: “lei”), e norma (do latim: “regra”) é um conceito normativo, ou seja, é oriundo de uma construção que, podendo ser, ao mesmo tempo, produto da teoria e da observação, designa um dever-ser ou critérios a fim de se definir, neste caso, aquilo que é normal. Mas em relação à anomalia, sua diferença semântica da anormalidade é capaz de fazer dela um conceito necessariamente objetivo? Não estaríamos, novamente, em tensão a um modelo ideal do organismo, fundamentado pela frequência estatística de casos semelhantes e, portanto, considerados normais? Segundo Canguilhem²⁵², imediatamente, apresenta-se um problema que consiste em saber se devemos considerar como equivalentes os conceitos de anomalia e de monstruosidade?

Segundo Safatle, a “verdadeira saúde é uma espécie de anomalia produtiva”²⁵³ e que deste modo, “todas as formas vivas são monstros normalizados”²⁵⁴. Isso significa atribuir à vida uma atividade de criação, de tentativa e erro. É difícil, por meio da linguagem, compreender esses atributos da vida, e, mais do que um simples jogo de palavras, para apreender essa hipótese, seria necessário um conceito que, por sua vez, não reduzisse a vida apenas às elaborações do juízo, uma vez que falamos aqui da vida “em geral”. É que, se, para viventes humanos, um desvio, oriundo de um modelo ideal, produto de uma frequência estatística, deve ser corrigido, de outro modo, para a vida, trata-se de uma capacidade de “afrontar os riscos e triunfar”, e é por isso que ela – a vida – comporta e “tolera” monstruosidades.

²⁴⁹ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 113. Tradução nossa.

²⁵⁰ *Ibid.*, loc. cit..

²⁵¹ *Ibid.*, loc. cit..

²⁵² *Ibid.*, loc. cit..

²⁵³ SAFATLE, V. *O circuito dos afetos; Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Casc Naify, 2015., pp. 331-333

²⁵⁴ *Ibid.*

Em semelhante acepção, Le Blanc sugere, adicionando um sentido, que “a anomalia certamente tem um objetivo anatômico independente de qualquer julgamento subjetivo e normativo, mas só se manifesta, entretanto, no âmbito de tal julgamento”²⁵⁵. Há, portanto, uma modificação física em determinadas anomalias independente de julgamento, mas que só se revela quando o vivente se sente “anormal”. Por mais que essa relação entre esses conceitos seja instrutiva, no sentido de revelar a operação subjetiva também presente na anomalia, ela é, segundo Canguilhem, produto de uma confusão linguística em que o termo “anomalia” era usado como substantivo de anormal, que por sua vez adjetivaria um sujeito com certa anomalia²⁵⁶.

De todo modo, a anomalia só pode ser apreendida pelo patologista na medida em que tenha sido reconhecida por um indivíduo. A anomalia, deste modo, não deixa de referir-se ao conceito normativo anormal, por meio de um “sentimento normativo”²⁵⁷ em relação de contraste a um estado ideal ou a um quadro estipulado de capacidades orgânicas. Deste modo, a anomalia não poderia ser pensada apenas anatomicamente, ela, de modo semelhante à doença, é definida pelo valor depositado e manifestado pelo vivente.

Mas seria possível conceber esse estatuto subjetivo da anomalia de menor risco à vida e não detetável, como em anomalias congênitas graves? Isso nos leva ao segundo problema que sugerimos nesta seção: a complicação de uma “função” orgânica seria necessária e suficiente para definir uma anomalia enquanto anormalidade sem, entretanto, lançar mão da subjetividade do sujeito que possui tal anomalia?

Segundo Canguilhem, a anomalia é a “consequência de variação individual que impede dois seres de poderem se substituir um ao outro de modo completo”²⁵⁸. Trata-se, neste sentido, de um fenômeno – ou atividade – próprio da vida, como ressalta Safatle²⁵⁹, que gera uma variedade de indivíduos, e, por sua vez, segundo o pensamento canguilheano não pode ser considerado uma doença. Junto a isso, outra razão para não confundir anomalia e doença é que a “atenção humana não é sensibilizada por uma e por outra por desvios da mesma espécie”²⁶⁰. A doença é, segundo Canguilhem, uma interrupção do curso de algo – no caso de um estado que no futuro será rememorado como normal –, ela é crítica: “há sempre um passado do qual o paciente ou aqueles

²⁵⁵ LE BLANC, G.. Canguilhem et les norms. Paris: Pus, 2010. p. 65. Tradução nossa.

²⁵⁶ Ver: CANGUILHEM, G.. O normal e o Patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2010, p. 85;

CANGUILHEM, G.. Le Normal et le Patologique. Paris: Quadrige, 2013, p. 101.

²⁵⁷ LE BLANC, G.. Canguilhem et les norms. Paris: Pus, 2010. p. 63. Tradução nossa.

²⁵⁸ CANGUILHEM, G.. Le Normal et le Patologique. Paris: Quadrige, 2013, p. 113. Tradução nossa.

²⁵⁹ SAFATLE, V. O circuito dos afetos; Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Casc Naify, 2015.

²⁶⁰ CANGUILHEM, G.. Le Normal et le Patologique. Paris: Quadrige, 2013, p. 114. Tradução nossa.

que o cercam guardam certa nostalgia”²⁶¹. Assim, a doença inaugura uma relação do sujeito consigo mesmo, uma cisão subjetiva que produz uma ideia de estado atual e uma ideia de estado passado. Já a anomalia é, por natureza, congênita. Isso significa, de outro modo, que o portador de uma anomalia nunca foi outro, não pode comparar-se a si mesmo: o erro de equivaler a anomalia a uma doença pode ter sentido, portanto, “na ciência dos embriologistas”²⁶², mas para o ser vivo – que Canguilhem não cansa de dizer, ao longo de sua obra, que detém a opinião realmente válida sobre seu estado de saúde ou doença – não tem sentido algum, uma vez que seus “comportamentos no meio, fora do ovo ou fora do útero, estão determinados desde o começo pelas particularidades de sua estrutura”²⁶³.

Isso não significa que anomalia não possa se tornar uma doença, como afirma Canguilhem, e como explicitou Le Blanc, ou seja: a anomalia torna-se doença por meio do sentimento de anormal do indivíduo. Por outro lado, a monstruosidade, ou seja, anomalias que, tradicionalmente, são definidas por sua alta complexidade, e por seu alto nível de ameaça à vida, no sentido de que pode afetar uma ou várias funções vitais, ainda assim pode ser compreendida em meio a essa mesma tese que, em verdade, é uma primazia da subjetividade?

Canguilhem dedicou-se a esse problema por meio dos estudos de Geoffroy Saint-Hilaire que, que, por sua vez, classifica a monstruosidade utilizando dois princípios: discriminação e hierarquia. As anomalias, neste caso, são definidas a partir de sua “complexidade crescente e sua gravidade crescente”²⁶⁴. Nesse sentido,

A relação simplicidade-complexidade é puramente objetiva. É obvio que uma costela cervical é uma anomalia mais simples do que a ectromelia ou o hermafroditismo. A relação benignidade-gravidade tem um caráter lógico menos nítido. Sem dúvida, a gravidade na anomalia é a importância do órgão quantas suas conexões fisiológicas ou anatômicas [43, I, 49]²⁶⁵. Ora a importância é uma noção objetiva para o naturalista, mas é, no fundo, uma noção subjetiva, no sentido de que inclui uma referência à vida do ser vivo, considerado como apto a qualificar essa mesma vida segundo o que a favorece ou a prejudica²⁶⁶.

Esse hiato entre objetividade e subjetividade em relação a um mesmo princípio faz com que Saint-Hilaire adicione dois outros princípios: “a relação da anatomia com o exercício das

²⁶¹ Ibid., loc. cit..

²⁶² Ibid., loc. cit..

²⁶³ Ibid., loc. cit..

²⁶⁴ Ibid., loc. cit..

²⁶⁵ Saint-Hilaire *apud* Canguilhem (2013). Ver: CANGUILHEM, G.. *Le Normal et le Patologique*. Paris: Quadrige, 2013, p. 110. Tradução nossa.

²⁶⁶ CANGUILHEM, G.. *Le Normal et le Patologique*. Paris: Quadrige, 2013, p. 110. Tradução nossa.

funções (obstáculo)”²⁶⁷; e outro, segundo Canguilhem, francamente psicológico, que é a noção de “influência nociva ou nefasta sobre o exercício das funções”²⁶⁸. Ou seja, no primeiro princípio, o organismo é afetado objetivamente e de modo expressivo pela limitação de funções de determinados órgãos, e no segundo caso, trata-se de anomalias complexas que, no entanto, podem não se manifestar enquanto o indivíduo é vivo. O que, segundo Canguilhem, é “o mesmo que dizer que a anomalia é ignorada na medida em que não tem expressão na ordem dos valores vitais”²⁶⁹. Isto é, o cientista, ou o médico, só conhece a anomalia quando ela passa a ser uma patologia pela conversão operada pelo sujeito afetado em suas funções “sob a forma de obstáculo ao exercício das funções, sob a forma de perturbação ou de nocividade”²⁷⁰.

Parece-nos, neste sentido, que a função, conceito, tradicionalmente, concebido enquanto não normativo, e que serviu como um dos operadores da construção de uma teoria funcionalista da saúde e da doença²⁷¹, não parece necessariamente ter o mesmo sentido e alcance para Canguilhem e Saint-Hilaire. É que, sob os olhos de Canguilhem, não nos parece que somos autorizados a conceber um conceito de função apartado de sua relação que comporta conhecimento, afeto ou sentimento e a ordem factual da anomalia. O que não significa que a função também não contenha, no pensamento canguilheano, o significado de manutenção da espécie: reprodução, metabolismo, catabolismo, relação. Em todo caso, para que a anomalia seja anormal e que, por conseguinte, ela possa ser parte da linguagem científica, é necessário que, antes, “um ser tenha se apresentado como anormal na linguagem do ser vivo, mesmo que essa linguagem não seja formulada”²⁷².

A anomalia, deste modo, por um lado, pode passar despercebida pela vida, configurando-se como uma variação. Por outro lado, ela é concebida enquanto problema por meio de sua expressão na consciência do vivente humano, e, ao mesmo tempo, é também preferida ou excluída pelo próprio organismo. Assim,

Uma função não funciona indiferentemente em vários sentidos. Uma necessidade situa em relação a uma propulsão e a uma repulsão os objetos de satisfação propostos. Há uma polaridade dinâmica da vida. Enquanto as variações morfológicas ou funcionais sobre o tipo específico contrariam ou não invertem essa polaridade, a anomalia é um fato

²⁶⁷ Saint-Hilaire apud Canguilhem In: CANGUILHEM, G.. Op. cit., loc. cit.. Tradução nossa.

²⁶⁸ CANGUILHEM, G.. Op. cit., loc. cit..

²⁶⁹ Ibid., loc. cit..

²⁷⁰ Ibid., loc. cit..

²⁷¹ Giroux mostra que, sobretudo, Boorse, buscou construir um conceito de doença e saúde geral, para todos os viventes lançando mão do conceito de função, ou seja, a doença seria definida pela falta de capacidade de um determinado órgão realizar sua função. Ver: GIROUX, E.. *Quelque difficultés de concept de normativité biologique*, in: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. Paris: Puf, 2010, p. 6.

²⁷² CANGUILHEM, G.. *Le Normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2013, p. 111. Tradução nossa.

tolerado; em caso contrário, a anomalia é experimentada como um mal orgânico que existe um interesse – afetivo em primeiro lugar, e teórico, em seguida – pelas anomalias.

Mesmo em anomalias francamente graves, no sentido de quase total impossibilidade da vida, é o homem que, ao depositar um valor – em grande escala – sobre a vida na manifestação da existência do vivente, por meio da técnica, prolonga ou busca condições de prolongar ou melhorar uma vida, onde a vida mesma deixou realizar seus “mecanismos naturais”. A vida é valor, e a anomalia, assim como a doença, na medida em que é obstáculo, deve ser superada por meio da técnica do médico, mas a partir das normas do vivente, neste caso, humano.

Canguilhem buscou refutar os sentidos atribuídos, em especial pelo dogma positivista, ao termo normal, ressaltando como, ao mesmo tempo, esse termo significa um fato e um “valor atribuído por aquele que fala”, sob “um julgamento de apreciação que ele adota”²⁷³. E, ainda mais, tal tese foi, segundo o autor, impulsionada pela tradição filosófica realista sob uma noção em que se compreende a generalização como o indício de uma essência. Do mesmo modo, toda perfeição é “a realização de uma essência, portanto, uma generalidade observável de fato adquire o valor de perfeição realizada, um caráter comum adquire um valor de tipo ideal”²⁷⁴. Nesse sentido,

Durante muito tempo procurou-se descobrir se seria possível provar a existência do ser perfeito a partir de sua qualidade de perfeito, já que, tendo todas as perfeições, ele também teria a capacidade de criar sua própria existência. O problema da existência efetiva de uma saúde perfeita é análogo. Como se a saúde perfeita fosse apenas um conceito normativo, um tipo ideal?²⁷⁵

De acordo com esta proposição, podemos observar, sob a análise canguilheana, que certos autores – entre eles, H. Riger, Claude e Camus – consideravam, ao contrário da tese que acabamos de apresentar, a inexistência de um normal, ou ainda de uma saúde completa. Deste modo, se estes autores estiverem corretos, como poderíamos designar, em relação aos viventes, a saúde e a doença? Ou seja, se não existe um estado normal completo, nem uma saúde perfeita, como diz Canguilhem, isso poderia “significar que só existem doentes”, mas também “[...] que não existem doentes, o que não é menos absurdo”²⁷⁶.

Neste sentido, parece-nos que, ao se referir à saúde perfeita ou ao normal completo, Canguilhem atribui a tais possibilidades o estatuto de normas e não de uma existência

²⁷³ Ibid., p. 101.

²⁷⁴ Ibid., loc. cit..

²⁷⁵ Ibid., loc. cit..

²⁷⁶ CANGUILHEM, G.. *Le Normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2013, p. 50. Tradução nossa.

rigorosamente real, como se a ciência que estuda os viventes retomasse um problema ontológico ou da existência da perfeição. Ou seja, se, de fato, não conseguimos atribuir uma realidade a esses problemas, e nós os compreendemos como normas, que, por sua vez, como já citamos, rigorosamente não existem²⁷⁷, estamos diante de um modelo que serve como modo de correção de vidas distintas ao modelo.

Fizemos ver, no capítulo anterior, a dificuldade em definir o normal ou patológico sob aspectos exclusivamente quantitativos e pudemos observar, deste modo, que entre normal e patológico, há uma relação de potências e limites, em que o segundo eleva à consciência a existência do primeiro. No entanto, ainda nos interessa compreender como a perspectiva histórica de Canguilhem pôde refutar o normal como um padrão real e, por conseguinte, a consequência de atribuir ao normal e à saúde o valor de conceitos referentes a uma norma e não a uma existência factual.

Segundo Broussais, a quem Comte empresta termos para construção de sua teoria²⁷⁸, as doenças – ou o estado patológico – seriam apenas “meros efeitos de simples mudanças de intensidade na ação dos estimulantes indispensáveis à manutenção da saúde”²⁷⁹. Ainda sob esta mesma base de conhecimento, acerca do normal e patológico, conceberá a ideia de um estado de normalidade que pode ser definido a partir de uma norma objetiva e quantificável que a fisiologia teria por vocação descobrir, e a terapêutica restaurar. Essa fisiologia – a quem os dois autores são adeptos – é, como sugere Canguilhem, a “ciência das funções, e dos modos de vida”²⁸⁰.

Se há, como diz Broussais, “estimulantes indispensáveis à vida”, há, portanto, um conhecimento codificado pelo fisiologista sobre os mecanismos, funções e modos de funcionamento da vida, e é a partir de um modelo de funcionamento que a terapêutica atua sobre o vivente.

Há, neste sentido, uma primazia da fisiologia sobre a experiência – ou seja, sobre a ação, neste caso, a terapêutica –, sobre a técnica médica, e, por sua vez, sobre a clínica propriamente dita. As técnicas de intervenção terapêutica são, neste caso, secundárias em relação à ciência fisiológica, e de modo semelhante, o patológico tem realidade apenas provisória ou por variação do estado dito normal. É o que Le Blanc ressalta quando afirma que a identificação entre os estados normal e patológico se funde a partir da primazia da ciência sobre a técnica. Em síntese,

²⁷⁷ Ver capítulo 2.

²⁷⁸ Ibid., pp. 23-26.

²⁷⁹ F-J-V. Broussais, *Traité de physiologie appliquée à la pathologie* (1822), Paris, Hachete Livre BNF, “science”, 2013. Tradução nossa.

²⁸⁰ CANGUILHEM, G.. *Le Normal et le Patologique*. Paris: Quadrige, 2013, p. 74. Tradução nossa.

pode-se dizer que a primazia da fisiologia sobre a terapêutica revela a primazia do normal sobre o patológico – na perspectiva positivista –, ele mesmo confirmado pela primazia da experimentação sobre a experiência vivida da doença.

Sendo assim, sob quais condições é possível atribuir um modelo fisiológico a diversos casos patológicos e, deste modo, atribuir a estes últimos esse modelo de constituição apenas por mudanças de intensidade – ou simplesmente quantitativas?

Mayer²⁸¹ sugere que a tentativa de generalização dos estados, normais ou patológicos, por meio de procedimentos de medida, encontra dificuldades de se estabelecer na medida em que encontra indivíduos reais que fogem dos modelos – ou poderíamos dizer normas – estabelecidos pelo conhecimento fisiológico. Assim,

O modelo é, na realidade, produto de uma estatística. Geralmente, é o resultado de cálculos de médias. Porém, os indivíduos reais que encontramos se afastam mais ou menos desse modelo, e é precisamente nisso que consiste sua individualidade²⁸².

Neste sentido, se o que Mayer sugere estiver correto, junto ao que discutimos até aqui – a saber, a ideia de que a fisiologia teria a vocação de descobrir um estado dito normal, e o terapêutico, por sua vez, restaurá-lo por meio da técnica e da ação sobre o vivente e seu desvio do estado normal – haveria, portanto, não um modelo de normal quantitativamente conhecido e experimentado, mas uma norma – ou seja, é por meio dela que um fato, como uma doença, é apreciado e qualificado. Nesta norma que oscila entre saúde e doença, a fisiologia seria considerada como “conhecimento das leis quantitativas verificadas pela experiência”²⁸³, para atuar nos processos biológicos de modo a ajustá-los conforme a norma. No entanto, se especulamos a possibilidade de que essa norma não seja fruto apenas de procedimentos e métodos mensuráveis e puramente objetivos de definição do estado normal, chegamos à ideia de um regime ideal ou de perfeição do qual o normal é correlato, uma vez que nem toda doença implica numa variação quantitativa.

Neste sentido, entre algumas doenças que estudamos, no capítulo anterior, está a alcaptonúria, exemplificada por Canguilhem, “resultante do metabolismo incompleto da tirosina”²⁸⁴, e que, por sua vez, não tem relação de alteração quantitativa com o estado dito

²⁸¹ Ibid., p. 110.

²⁸² Ibid., loc. cit..

²⁸³ Ibid., loc. cit..

²⁸⁴ Ver capítulo 2.

normal. Se não há possibilidade de definir a saúde quantitativamente, essa tese acerca da saúde lhe estabelecerá como uma norma, e não como uma determinação objetiva e métrica.

Sendo o normal não mais este estado entre o excesso e a falta, segundo esse ponto de vista, produto não objetivo e estatístico das leis descobertas pela fisiologia e confirmadas pela técnica, o que encontramos é, portanto, um “caráter normativo no estado dito normal”²⁸⁵. Tudo se passa como se a fisiologia – mais ao modo de Comte e Bernard, e, menos, em Leriche²⁸⁶ – pudesse conceber não apenas um modelo de normalidade ou saúde ideal, mas, além disso, que pudesse criar as condições necessárias a fim de compreender, descrever e verificar o estado normal. Ou, de outra forma: é possível que a ciência, neste caso a fisiologia, dite normas à vida? Para Canguilhem,

A hidratação dos tecidos e, por exemplo, um fato a que se pode aplicar os termos de mais ou menos; o teor do cálcio no sangue também. Esses resultados quantitativamente diferentes não têm nenhuma qualidade, nenhum valor, em um laboratório, se esse laboratório não tiver nenhuma relação com o hospital ou uma clínica, nos quais esses resultados vão adquirir ou não valor de uremia, ou de tetania. Pelo fato de a fisiologia estar situada na confluência do laboratório e da clínica, adota, pois, dois pontos de vista sobre os fenômenos biológicos, mas isso não quer dizer que esses pontos de vistas possam ser confundidos²⁸⁷.

Dizer que há um caráter normativo é dizer que este excesso ou falta é concebido a partir de uma norma, esta, por sua vez considerada válida, e, segundo Canguilhem, desejável. Para o autor,

[...] é preciso dizer que a continuidade de uma transição entre um estado e outro pode muito bem ser compatível com a heterogeneidade desses estados. A continuidade dos estágios intermediários não anula a diversidade dos extremos. Na obra do próprio Broussais, o vocabulário trai, às vezes, a dificuldade de limitar-se à afirmação de uma real homogeneidade entre os fenômenos normais e patológicos²⁸⁸.

Canguilhem se utiliza de exemplos presentes na obra de Broussais a fim de mostrar, tal como no trabalho de Comte, que diversos termos utilizados em suas respectivas teorias manifestam um caráter qualitativo e normativo ainda expressado por termos relativos à métrica, à definição quantitativa, por exemplo, alteração e deterioração. Segundo Canguilhem, “a irritação que se desenvolve nos tecidos vivos nem sempre os altera da maneira que constitui a

²⁸⁵ CANGUILHEM, G. *Le Normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2013, p. 74. Tradução nossa.

²⁸⁶ *Ibid.*, loc. cit..

²⁸⁷ *Ibid.*, loc. cit..

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 25.

inflamação”²⁸⁹. Ao que sugere Canguilhem, esse vocabulário que não consegue expressar o caráter quantitativo do estado normal ou fisiológico não deriva apenas de uma falta de termos adequados a fim de manifestar suas teses, mas formula suas hipóteses acerca do normal a partir do “apego a algum valor”²⁹⁰. Em outras palavras, o normal não é uma realidade detectada e explicada tal como um fato. Neste sentido, não seria possível derivar o patológico como uma variação quantitativa do normal, ou a patologia como uma extensão da fisiologia, sem que fosse possível definir normal ou a fisiologia enquanto fatos puramente objetivos, por meio de critérios quantitativos, uma vez que “apenas a quantidade pode dar conta da homogeneidade e da variação”²⁹¹.

O normal, o fisiológico, ou a saúde, ainda que não sejam conceitos vazios, funcionam, portanto, por meio de uma norma que tem por objetivo negar uma realidade a fim de retomar o estado corrigido de tal realidade. Isso significa dizer que o conceito de saúde enquanto modelo ideal ou perfeito²⁹² não é propriedade de uma vida propriamente dita, “mas sim de uma norma cuja função e cujo valor é relacionar essa norma com a existência a fim de provocar a modificação desta”²⁹³.

De modo semelhante, Le Blanc sugere que o normal ou o patológico não podem ser pensados senão nos limites da individualidade biológica²⁹⁴, uma vez que o normal se estrutura enquanto um conceito vivido, e não um conceito funcional – produto de uma pesquisa laboratorial ou assimilado como média estatística. Esta aritmética da norma, segundo Le Blanc, resulta da emergência de um normal científico que visa substituir o normal vivido. Desse modo, a atividade normativa da vida só pode aparecer como um segundo conceito redutível a uma abordagem “objetivamente determinável por métodos científicos”²⁹⁵.

Canguilhem busca compreender e conceber o conceito de normatividade vital enquanto experiência da subjetividade. Em suma, o normal e o patológico são, para o vivente humano, constituídos não apenas por seus sintomas no caso da doença e de seu comportamento e possibilidades físico-químicas no estado saudável, mas, sobretudo, em relação com os valores subjetivos que escapam à jurisdição do conhecimento objetivo, ou, em outras palavras, nós não ditamos cientificamente normas à vida.

²⁸⁹ Broussais *apud* Canguilhem. In: *Le Normal et le Patologique*. Paris: Quadrige, 2013, p. 32. Tradução nossa.

²⁹⁰ CANGUILHEM, G.. *Le Normal et le Patologique*. Paris: Quadrige, 2013, p. 34. Tradução nossa.

²⁹¹ *Ibid.*, loc. cit..

²⁹² *Ibid.*, p. 35.

²⁹³ *Ibid.*, loc. cit..

²⁹⁴ LE BLANC, G.. *Canguilhem et les norms*. Paris: Pus, 2010. p. 62. Tradução nossa.

²⁹⁵ *Ibid.*, loc. cit.. Tradução nossa.

Dedicaremos o próximo capítulo à análise daquilo que Canguilhem chama de normatividade vital e, por conseguinte, do próprio conceito de vida. Ainda assim, parece importante ressaltar que nossa investigação acerca do conceito de normal repousa sobre a noção de que a normalidade é sempre concebida por meio da normatividade. O normal, como diz Le Blanc, já é normativo²⁹⁶. O estado normal não é apenas aquele que é detectável e explicável como um fato, mas sempre exhibe apego a algum valor: “os vivos se esforçam para se manter vivos desenvolvendo valores biológicos saudáveis. Estes valores biológicos, de regulação e de produção, garantem uma coerência interna ao vivente”²⁹⁷. Outra maneira de dizer é que a vida se mantém e desenvolve-se em oposição aquilo que a ameaça. É o que Le Blanc elucida, ao dizer que “a morte força a vida a lutar contra aquilo que se torna um obstáculo. O vivente procura se manter em vida porque o risco da morte está constantemente presente”²⁹⁸.

Em suma, a vida é pensada como atividade valorizada por seu negativo, ou seja, é a morte – ou o risco de morte – que a fragiliza. O vivente humano reforça o valor da vida pela consciência que conquista acerca de sua finitude, fragilidade e incerteza. A vida é um valor e se desenvolve em relação ao valor que o vivente humano confere à sua precariedade. Nesse sentido, “enquanto a árvore, o pássaro, a carniça é imanente à vida e à sua destruição, a vida humana se valoriza no conhecimento de sua destruição”²⁹⁹.

Se, como fizemos ver, o normal é elevado à consciência do sujeito pelo estado patológico, e é assim que ele – o sujeito – passa a compreender suas potências e limites e deseja o retorno a seu padrão de normalidade, ou devemos dizer como Canguilhem, ao estado em que a vida corria naturalmente, é porque o normal é um dos polos da vida, suscitado pelo estado patológico, e que, no entanto, possui valores atribuídos pelo vivente humano que, como poderíamos pensar, não são apenas oriundos de certo subjetivismo, mas, sobretudo, das criações e sínteses oriundas da relação entre o conhecimento e a vida, a parte e todo, mente e corpo.

2.4 Saúde e doença depois de Canguilhem

²⁹⁶ Ibid., loc. cit.. Tradução nossa.

²⁹⁷ Ibid., p. 60. Tradução nossa.

²⁹⁸ LE BLANC, G.. Canguilhem et les norms. Paris: Pus, 2010, p. 60. Tradução nossa.

²⁹⁹ LE BLANC, G.. Canguilhem et les norms. Paris: Pus, 2010, p. 60. Tradução nossa.

Como nos mostra Giroux³⁰⁰, a partir dos anos 70, algumas correntes da filosofia da medicina ligadas ao normativismo e ao naturalismo buscaram, no primeiro caso diretamente e no segundo indiretamente, reelaborar o pensamento canguilheano³⁰¹ acerca dos conceitos de saúde e doença a fim de retirar certa arbitrariedade com que esses conceitos são formados na teoria canguilheana. No primeiro caso, podemos mencionar Lennart Nordenfelt, por meio de sua teoria holística, que busca refinar as elaborações de Canguilhem, e no segundo caso, Christopher Boorse, por meio de sua teoria bioestatística e analítica, que busca fazer de saúde e doença conceitos gerais e objetivamente determinados, confrontando, além da arbitrariedade, certa intencionalidade atribuída ao organismo na elaboração canguilheana. Ambos os autores buscavam elaborar uma teoria da saúde que envolveria tanto o físico quanto o mental, envolvendo também todos os seres vivos.

Giroux dedicou-se a pensar a obra de Nordenfelt, que, em verdade, como também afirma o autor, tem sido menos criticada e debatida que a obra de Boorse. Para nossa pesquisa, parece mais instrutivo examinar a teoria de Boorse, que é, claramente, um enfrentamento ao pensamento de Canguilhem. Ainda assim ressaltamos a importância da leitura atenta tanto de *Health as a Theoretical Concept*, de Nordenfelt, quanto da análise desses dois autores, feita por Giroux em *Après Canguilhem: définir la santé et la maladie*³⁰².

Boorse³⁰³, por meio de uma concepção não normativa do conceito de função, acredita que a saúde pode ser definida a partir de uma elaboração funcionalista. A função, nesta interpretação, estaria ligada a um efeito passado da seleção natural. Deste modo, a saúde ou o normal, para Boorse, é algo natural³⁰⁴, e, como nos lembra Giroux, se há normas na natureza, Boorse dirá que elas não são, de modo algum, normativas. Ou seja, Boorse pretende construir um conceito teórico de saúde sem a necessidade de juízos de valor, embora compreendesse que na clínica valores são

³⁰⁰ Ver: GIROUX, E. *Quelque difficultés de concept de normativité biologique*, in: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. Paris: Puf, 2010.

³⁰¹ É importante ressaltar que Canguilhem não deixou de reabrir problemas potenciais de suas próprias teses. Com os conceitos de saúde e doença não foi diferente. Em “A saúde: conceito vulgar e questão filosófica”, publicado em 1990, Canguilhem aborda a saúde enquanto “verdade do corpo”. O que não necessariamente implica numa mudança em seu projeto filosófico, mas retoma e reelabora, à luz de diversas abordagens da filosofia sobre a saúde, a interpretação de Leriche “a saúde é vida no silêncio dos órgãos” – reabrindo, por sua vez, o problema não apenas do conceito de saúde, mas do conceito de verdade. Ver: CANGUILHEM, G.. *A saúde: conceito vulgar e filosófico*, In: *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Essa questão é abordada também por Giroux em: GIROUX, E.. *Quelque difficultés de concept de normativité biologique*, In: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. Paris: Puf, 2010, p. 8.

³⁰² Ver: GIROUX, E. *Quelque difficultés de concept de normativité biologique*, in: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. Paris: Puf, 2010.

³⁰³ Ver: BOORSE, C.. *Health as a Theoretical Concept*, *Philosophy of Science*, 1977, no 44, p. 542-573. Tradução nossa.

³⁰⁴ BOORSE, C.. *Health as a Theoretical Concept*, *Philosophy of Science*, 1977, no 44, p. 542-573. Tradução nossa.

essenciais e, por sua vez, são eles que constituem a ética médica. Isso significa, também, que um conhecimento fisiológico, e, portanto, teórico, não basta para formar o médico, ainda que, como Claude Bernard, Boorse defenda a prioridade da fisiologia na clínica. O que, segundo o filósofo, não significava a redução da clínica à fisiologia, mas, sobretudo, a articulação entre conceitos teóricos e práticos a fim de superar “a subversão da medicina pela retórica política ou uma excentricidade normativa”³⁰⁵.

A empreitada de Boorse se baseia na ideia de que a doença não é o único elemento definidor e significante da prática médica, uma vez que médicos não apenas curam pacientes acometidos por uma enfermidade, mas também realizam procedimentos que o autor considera não terapêuticos: contracepção, circuncisão, cirurgia estética, aborto, eutanásia³⁰⁶. Há, portanto, um desejo de definição da doença que auxilie a prática médica na medida em que distingue aquilo que é terapêutico daquilo que é não terapêutico, ou nos termos de Boorse, periférico.

A teoria bioestatística e analítica será construída sobre a crítica a modelos e conceitos anteriores a ela, que buscaram definir os conceitos de saúde, são eles: a normalidade estatística, homeostase, adaptação, valor negativo, tratamento com medicamento, sentimentos e subjetividade, e, por fim, incapacidade. Nenhuma dessas ideias seria, segundo Boorse, necessária e suficiente para construção de um conceito teórico e geral da saúde. Os últimos cinco conceitos poderiam, segundo Giroux, serem associados ao pensamento canguilheano. Deste modo, segundo Boorse, (a) a normalidade estatística falha no sentido de não ser uma condição nem necessária nem suficiente para conceber o conceito de saúde, ou seja, não necessariamente, uma condição incomum será considerada doentia, e, outros estados frequentes podem ser patológicos; (b) a homeostase é um conceito demasiadamente restritivo na medida em que “existem muitas funções que, longe de manterem o equilíbrio interno do organismo”³⁰⁷, modificam essa estabilidade: a percepção, o movimento, o crescimento e a reprodução— ou seja, “são processos normais que não atendem ao critério da homeostase”³⁰⁸. (c) Adaptação seria um conceito subjetivista e relativista, na medida em que condições patológicas poderiam ser benéficas em determinados ambientes, e, por outro lado, habilidades adquiridas pelo vivente humano seriam interessantes para a adaptação, mas a ausência delas não significa estar doente. (d) O valor negativo implica a ideia

³⁰⁵ BOORSE, C.. A Rebuttal on Health, in J. M. Humber and R. F. Almeder (ed.), *What is Disease?* Totowa, Humana Press, 1997, p. 3-134. Tradução nossa.

³⁰⁶ GIROUX, E. *Quelque difficultés de concept de normativité biologique*, In: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. Paris: Puf, 2010, p. 8. Tradução nossa.

³⁰⁷ BOORSE, C. *Health as a Theoretical Concept* », *Philosophy of Science*, 1977, no 44, pp. 542-573. Tradução nossa.

³⁰⁸ *Ibid.*, loc. cit..

de que o conceito de doença é necessariamente axiológico, no entanto, se há doenças vantajosas em determinado ambiente, logo ela não é de valor negativo, ao mesmo tempo em que estados indesejáveis nem sempre são patológicos. (e) Quanto ao julgamento terapêutico e social, neste modelo, a doença seria aquilo que na sociedade é valorizado como objeto clínico. Outro modo de dizer é que tudo que é relativo à clínica é necessariamente patológico ou objeto de tratamento médico. No entanto, esse modelo também não seria um critério necessário nem suficiente, uma vez que, por um lado, alguns estados que ainda não são suscetíveis a tratamento são, no entanto, identificados como patológicos, e, por outro lado, os médicos cuidam de condições que não são consideradas doenças. (f) Dor, sofrimento, sentimento de desconforto, esses fenômenos subjetivos não são necessários, nem suficientes, na medida em que não ajudam na explicação de doenças que possuem estágios assintomáticos e porque a dor nem sempre é expressão de uma doença³⁰⁹. (g) Quanto à incapacidade, este conceito não contém doenças menores, “como eczema ou verruga”³¹⁰ e, ao mesmo tempo, não possibilita uma distinção exata entre “casos de deficiência, como miopia e albinismo, de casos de incapacidade, como nadar, voar ou ver no escuro”³¹¹.

Nenhum desses conceitos é, segundo Boorse, necessário ou suficiente para a definição do conceito geral de saúde, ainda que, como veremos, ele irá reelaborar parte desses conceitos a fim de elaborar sua teoria. Deste modo, a teoria de Boorse baseia-se, sobretudo, na articulação entre o conceito não normativo de função biológica e o conceito estatístico de normalidade. A saúde, em sentido teórico, é ausência de doença, assim, “a doença nada mais é do que o funcionamento biológico de uma parte do organismo que é estatisticamente subnormal para a espécie”³¹². Portanto, a classificação dos estados humanos como saudáveis ou patológicos é uma questão objetiva, que deve ser resolvida com base nos fatos biológicos da natureza, sem a necessidade de recorrer a juízos de valor³¹³. Em outros termos, ao contrário da doença, a saúde é natural e só é saúde na medida em que está em conformidade com o que Boorse chamou de “*design* da espécie”, que é a organização funcional típica da espécie.

³⁰⁹ No primeiro caso – das doenças com estágios assintomáticos -, estão, por exemplo: tuberculose, diabetes, cirrose, câncer de mama, várias formas de doença cardíaca, sífilis; no segundo caso – dor não necessariamente ligada à situação patológica: menstruação, parto, crescimento dentário. ver: GIROUX, E. *Quelque difficultés de concept de normativité biologique*, in: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. Paris: Puf, 2010, p. 8.

³¹⁰ GIROUX, E. *Quelque difficultés de concept de normativité biologique*, in: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. Paris: Puf, 2010, p. 8. Tradução nossa.

³¹¹ *Ibid.*, loc. cit.

³¹² BOORSE, C.. *A Rebuttal on Health* », in J. M. Humber and R. F. Almeder (ed.), *What is Disease?* Totowa, Humana Press, 1997, p. 4, tradução nossa.

³¹³ *Ibid.*, loc. cit., tradução nossa.

Para construir conceitos teóricos de saúde, Boorse elenca quatro enunciados fundamentais: (i) classe de referência é uma classe natural de organismos com um *design* funcional uniforme; (ii) uma função normal é relacionada ao grupo de referência em que os indivíduos se encontram e tem como finalidade a sobrevivência e a reprodução; (iii) saúde é ausência de condição patológica e (iv) estado patológico é a diminuição de uma capacidade funcional normal.

Como é possível notar, o conceito de função é central para o desenvolvimento da teoria de Boorse. A despeito do extenso debate acerca do problema do conceito de função de Aristóteles até a filosofia da biologia contemporânea³¹⁴, Boorse compreende este conceito enquanto “contribuição para um objetivo”³¹⁵. Outra maneira de dizer é que os organismos são orientados para determinados objetivos, ou seja, trata-se de atribuir a teleologia como propriedade objetiva e factual dos organismos vivos³¹⁶. A propriedade teleológica estaria presente em diversos níveis inferiores do organismo, e, por meio de sua realização, contribuiria não apenas para tais partes inferiores, mas para um nível mais elevado de organização.

Este conceito de saúde, tem na noção de função seu principal operador, e é utilizado de diferentes maneiras no que diz respeito à clínica e à biologia evolucionista. Segundo Boorse, à primeira, interessa o estado atual do paciente em vista de recuperar a capacidade de uma função e sua manutenção, enquanto à segunda, interessa como essa função e sua finalidade foram desenvolvidas ao longo da evolução e como podem ser critérios de uma teoria da saúde ou normalidade objetivamente definível. Boorse almeja, deste modo, construir um conceito que possa unir tais discrepâncias, de modo que o interesse evolutivo e fisiológico possa apoiar a prática clínica. Em verdade, Boorse acredita que construir um conceito teórico de saúde só é possível na medida em que uma função fisiológica é sempre uma contribuição padrão das características ou processos de indivíduos de uma determinada espécie, e o julgamento clínico acerca da saúde individual, por sua vez, é uma avaliação em conformidade com o quadro típico de normalidade funcional da espécie. Mas, como seria possível determinar a espécie enquanto categoria natural?

³¹⁴ Ver: WRIGHT, L.. Functions. *The Philosophical Review*, Vol. 82, No. 2. (Apr., 1973), pp. 139-168; GIROUX, E. *La définition bioestatistique de la santé*, In: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. p.8. Tradução nossa.

³¹⁵ “*In my view the basic notion of a function is of a contribution to a goal. Organisms are goal-directed in a sense that Sommerhoff, Braithwaite, and Nagel, have tried to characterize: that is, they are disposed to adjust their behavior to environmental change in ways appropriate to a constant result, the goal. In fact, the structure of organisms shows a means-end hierarchy with goal-directedness at every level.*” *Health as a Theoretical Concept*, *Philosophy of Science*, 1977, no 44, p. 555.

³¹⁶ Ver: SOMMERHOFF, G.. *Analytical Biology*. London: Oxford, 1950.

Segundo Boorse, a espécie é uma unidade natural – e funcional – que pode ser definida empiricamente por meio de uma abstração estatística. É o que Boorse chamou de ideal empírico – que não é normativo. Neste caso, mesmo a variabilidade não seria um critério para negar a homogeneidade pela qual afirmações funcionais e fisiológicas podem ser feitas. Um segundo elemento para corroborar a tese da saúde definida por sua relação de conformidade com a espécie é o *design* da espécie, ou seja, a semelhança entre seres vivos e sua regularidade estatística. Neste caso, a própria evolução tende a instituir certo equilíbrio e certas funcionalidades da espécie. Ou seja, a própria seleção natural é normalizante – aqui, diferente de Canguilhem, Boorse acredita que a evolução deve ser compreendida como um processo mecânico e não como uma dinâmica de valores ou normas. Neste sentido, embora a clínica e a biologia evolucionista tenham diferentes interesses, a estabilização promovida pela seleção natural passa a ser adequada tanto para a primeira e sua temporalidade restrita, oriunda do interesse médico-terapêutico e sua relação com o paciente, quanto para a segunda e sua temporalidade da evolução, ou seja, da história da vida – em outros termos, graças a essa estabilização, a necessidade imediata do médico pode ser apoiada pelas pesquisas da biologia que se dedicam ao tempo da evolução e não da clínica. O terceiro operador de Boorse é a subdivisão da espécie em “classes de referência”, mais especificamente: divisão de membros de uma espécie a partir de sua idade e sexo. Há, portanto, condições de funcionalidade – sobrevivência e reprodução – de determinados grupos em relação a toda a espécie.

Se Boorse teve avanços no que diz respeito à tentativa de critérios estatísticos para a construção do conceito de saúde, assumindo certa variabilidade não patológica dentro da espécie, isso não nos impede de encontrar equívocos em sua tentativa de construir um conceito geral e irrestrito da saúde. O problema central da teoria de Boorse é, sobretudo, compreender a biologia, a prática médica, por meio do conceito de função e seu contrário, a disfunção. A este respeito, Lawrie Reznek³¹⁷ lembra-nos de que a medicina lida com estados ou situações que são considerados patológicos ainda que não sejam necessariamente funções ou disfunções: o “orgasmo que [...] não é funcional [...] não contribui nem para a sobrevivência nem para a reprodução do indivíduo”³¹⁸ mas na medida em que há incapacidade de tê-lo, este fenômeno passa a ser reconhecido como doença pela medicina e “justifica a busca por tratamento”³¹⁹ – por

³¹⁷ REZNEK, L. *The Nature of Disease*. By L. Reznek. (Pp. 250; £15.95.) Routledge & Kegan Paul: London, 1987 p. 131. Tradução nossa.

³¹⁸ GIROUX, E. *Quelque difficultés de concept de normativité biologique*, in: *Après Canguilhem: définir la santé e la maladie*. Paris: Puf, 2010, p. 17. Tradução nossa.

³¹⁹ *Ibid.*, loc. cit.

mais que, para Boorse, a nosologia não deva ser um critério para definir as patologias, o filósofo norte-americano não pode ignorar que, em geral, as doenças são definidas a partir de sua etiologia e do julgamento clínico. A ordem factual e atual da medicina problematiza a tentativa de uma definição geral do conceito de saúde.

Em geral, como observa Giroux, os críticos do conceito de função pensado por Boorse preocupam-se, em especial, com a restrição dos objetivos do organismo à sobrevivência e à reprodução. Essa crítica se baseia em exemplos fornecidos pela biologia em que o organismo não está sujeito aos objetivos de sobrevivência e reprodução, como a sexualidade não reprodutiva, ainda que para Boorse seu uso do conceito de função seja independente de qualquer análise da filosofia da biologia e, por conseguinte, sendo adequado apenas para a construção de sua teoria.

Em síntese, a normalidade estatística, conceito que Boorse busca reelaborar, está diretamente ligada à noção de função e *design* da espécie. Segundo Amund³²⁰, a tentativa de Boorse – de reunir características típicas em conformidade com um *design* da espécie e, assim, definir saúde e doença – baseia-se na ideia de uma normalidade funcional que se assemelha ao conceito de raça, abandonado pela biologia contemporânea enquanto categoria biológica. Para Amund, o problema de Boorse é não compreender que, mesmo entre grupos supostamente semelhantes, o que é comum é a diversidade funcional. Assim, ao basear sua teoria numa noção de “*design* da espécie”, Boorse negaria uma plasticidade presente no desenvolvimento, sobretudo, dos viventes humanos, que compreendem uma grande quantidade de homens e mulheres que “funcionam”, mas não de modo idêntico: “se o genoma fosse realmente um conjunto de projetos ou instruções para a construção de um corpo, como algumas metáforas modernas explicam, a menor perturbação seria o fim de uma vida”³²¹.

A crítica de Amund a Boorse baseia-se, sobretudo, na tese de que a diversidade de função é um fato biológico, e, deste modo, a divisão da espécie em normal e anormal não teria fundamento biológico, mas, ao contrário, é um dos motivos do desenvolvimento de pensamentos racistas e sexistas com supostas evidências naturais. Esses equívocos ocorrem, na medida em que Boorse ignora que mesmo a teoria darwiniana, em que ele busca se apoiar, concebia diferentes níveis de variação dos indivíduos de uma espécie, a saber: (a) variação genética – onde a seleção natural ocorre; e (b) desenvolvimento de plasticidade – ou seja, a variabilidade característica que o organismo desenvolve ao longo da vida por influências além do genoma³²². Como podemos

³²⁰ AMUND, R.. Against normal function. Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci., Vol. 31, No. 1, pp. 33–53, 2000.

³²¹ Ibid., p. 39. Tradução nossa. Tradução nossa.

³²² Ibid., p. 37.

ver, trata-se do problema de articulação entre natureza e criação que será central para o pensamento de Canguilhem. Em todo caso, o que Amund pretende mostrar é que a ideia boorseana de um *design* da espécie é um equívoco na medida em que ignora que as variações dentro da espécie não podem ser fixadas em uma única fase do desenvolvimento do organismo.

Como apontamos, não há projeto pré-determinado e fixo no organismo. No entanto, é essa tese que causa confusão em teorias deterministas como a de Boorse que defende a ideia de que há finalidades ou objetivos dos órgãos e do organismo, apoiados por sua realidade funcional e pelo *design* da espécie³²³. Trata-se de um erro lógico de compreensão do organismo, ao mesmo tempo de uma atribuição quase metafísica ao conceito de função, já criticado repetidas vezes pela biologia contemporânea³²⁴:

A lente do olho não está determinada a se desenvolver no local que faz por sua posição em algum projeto genético. Em vez disso, a vesícula ótica já formada induz o ectoderma que a diferencia para se diferenciar na lente (após uma série mais precoce e mais complexa de interações teciduais)³²⁵.

Assim, “um fenótipo não típico, mas viável, não é quebrado por sua falha em cumprir algum projeto imaginário para sua espécie”³²⁶. Isso significa que haverá funcionalidade apesar de sua atipicidade, e, por conseguinte, o organismo considerado atípico é envolto sob os mesmos processos de desenvolvimento, de integração e adaptação responsáveis pela função dos organismos típicos de sua espécie. Amund cita diversos exemplos que comprovam essa tese, que por sua vez, em outros termos, compreende a plasticidade como componente essencial do organismo. Entre esses exemplos, Amund cita o caso da “cabra de Slipjer” – o animal que nasceu sem as pernas da frente, com uma coluna em formato de ‘S’, pescoço demasiadamente largo, ossos e músculos atípicos, e, no entanto, aprendeu a andar como bípede, e sua “má formação”³²⁷ contribuiu para esse modo de vida, bastante semelhante ao corpo de um canguru. Como aponta Amund, a partir do argumento do *design* da espécie, trata-se de um fracasso, do ponto de vista do

³²³ BOORSE, C.. Health as a Theoretical Concept », *Philosophy of Science*, 1977, no 44, pp. 542-573. Tradução nossa.

³²⁴ Em “Questões sobre a vida”, Atlan também versa sobre o problema envolta do conceito de função na biologia: “Uma questão essencial em biologia teórica é a da função[...] Quanto a mim, acho que se trata de antropomorfismo. O olho não é feito ‘para’ ver, acontece que ele vê. A noção de função implica, pelo contrário, que a estrutura seja adaptada à função e tudo se passe como se o olho tivesse sido feito para ver. Presentemente, a ortodoxia biológica diz que as coisas se passam deste modo sob a ação da seleção natural, mas é uma forma de inverter o problema.

³²⁵ GILBERT, S. F.. *Developmental Biology, Fifth Edition* (Sunderland, MA: Sinauer Associates, Inc). 1997. Tradução nossa.

³²⁶ AMUND, R.. Against normal function. *Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci.*, Vol. 31, No. 1, pp. 33–53, 2000, p. 39. Tradução nossa.

³²⁷ *Ibid.*, loc. cit.

desenvolvimento de um “sucesso estrondoso”³²⁸. Outro exemplo, citado pelo autor, é o caso de um estudante com hidrocefalia, com menos de 10% do tecido cerebral de uma pessoa comum, e que no entanto tinha um QI medido em 126 e uma vida social normal. Novamente, casos como esse geralmente apresentam um modo de funcionamento suposta e estatisticamente anormal, mas um desempenho semelhante ao de pessoas consideradas “normais”. Há alguns outros exemplos de importância equivalente³²⁹ que, no entanto, irão corroborar a mesma tese, assim, “os processos de desenvolvimento biológico orientados por objetivos não são finamente ajustados para a produção de espécies funcionalmente idênticas”³³⁰. Ao contrário, os organismos comportam uma flexibilidade “inata” que pode gerar uma rica diversidade de modos funcionais.

Em resumo, o normal ou a saúde na teoria de Boorse é concebido enquanto o mais frequente, ignorando deste modo, a imensa variedade de modos de funcionamento dentro da espécie, e, além disso, deixando de lado um fator também caro ao pensamento canguilheano, a técnica, uma vez que além da própria plasticidade – e criação – dos organismos em geral, seres humanos possuem a capacidade única de moldar seus ambientes por meio de ferramentas, por meio da técnica. Assim, segundo Dawkins, o uso da técnica no molde do meio deveria ser parte das análises do desenvolvimento do organismo³³¹. Em outros termos, essas técnicas deveriam ser vistas como o fenótipo estendido do organismo³³². Ainda que fosse possível admitir alguma determinação fenotípica, o potencial do vivente humano continuaria sendo dinâmico e criativo. Sendo assim, se a técnica e o molde ambiental são parte do que constitui o vivente humano, devemos considerar que certas “desvantagens” características de casos como a cegueira não são necessariamente um problema oriundo da seleção natural, mas um problema da “ausência de ferramentas e ambientes apropriados”³³³ por meio dos quais o viventes com tais limites e potencialidades possa se relacionar.

³²⁸ Ibid., p. 41.

³²⁹ A fundamentação propriamente biológica para a plasticidade do organismo, em relação aos exemplos aqui citados, podem ser verificadas em: AMUND, R.. Against normal function. *Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci.*, Vol. 31, No. 1, pp. 33–53, 2000. p.43; tal como Rachootin e Thomson (1981, p. 184) e Maynard Smith (1975, p. 317).

³³⁰ AMUND, R.. Op. cit., p. 43. Tradução nossa.

³³¹ Semelhante a Dawkins, Lecourt elaborou uma tese semelhante acerca do pensamento canguilheano sobre a técnica enquanto criação e propriedade do vivente. Ver: LECOURT, D. Georges Canguilhem. *Que sais je? : Les envies du savoir*. Paris: Puf, 2008. ; *Marxism and epistemology: Bachelard, Canguilhem and Foucault*. London: NLB, 1975, pp. 182-186

³³² DAWKINS, R.. *The extended phenotype. The gene as the unit of selection*. Oxford: Oxford university press, 1981. Tradução nossa.

³³³ AMUND, R.. Op. cit., p. 48.

3 SOBRE A PLURALIDADE DA VIDA

Henri Atlan cita, em mais de uma de suas obras, o biólogo húngaro Szent-Györgyi e sua expressão “a vida não existe”³³⁴. Essa frase significa, segundo Atlan, que vida não existe como objeto da biologia. Nesse sentido, a questão “o que é a vida?” já não pertence mais aos biólogos. Ela pode ser um problema para os filósofos, ou para alguma pessoa inquieta com essas descobertas, mas não é mais uma questão biológica³³⁵. Atualmente, não são poucos os cientistas que também negam a possibilidade de uma definição da vida: a vida, diriam eles, é, em primeiro lugar, um conceito inventado por seres humanos. A vida é um arranjo de átomos e constituintes – podendo ser um arranjo simples como um átomo de hidrogênio, ou um arranjo complexo como o cérebro humano. Em verdade, geralmente, as definições que conhecemos acerca da vida são produtos de um critério bastante arbitrário em que ela é algo de complexo em relação a um limiar que nós mesmos estabelecemos frente a coisas mais “simples” em comparação aos seres humanos. Nunca encontramos “o elemento da vida”, mesmo no que diz respeito ao DNA, que Bousquet e Atlan nos lembram de que são apenas moléculas, pedaços de matéria sem vida.

No entanto, é também bastante comum, entre os críticos à noção de vida, a tese de que dizer que a vida não é mais objeto de definição científica, não significa que a vida não seja uma experiência dos viventes. Nossa atual – portanto, inscrita no tempo, é bom lembrar – incapacidade de definir objetivamente a vida não nos impede de criar seu conceito e, ao mesmo tempo, de nos referirmos a ela, seja para atividades do cotidiano, seja para projetos políticos em ampla escala. Canguilhem diz no final de “O conceito e a vida” que

Ser o sujeito do conhecimento, se o *a priori* está nas coisas, se o conceito está na vida, é somente estar insatisfeito com o sentido encontrado. A subjetividade é, então, unicamente a insatisfação. Mas aí está a própria vida³³⁶. A biologia contemporânea é, de algum modo, uma filosofia da vida.

É curioso que o fato de a vida não ser mais objeto da ciência possa ainda ameaçar sua relevância enquanto objeto de estudo em outras áreas da produção de conhecimento. Segue-se,

³³⁴ ATLAN, H.. Is science inhuman? In: Selected Writings on Self-organization, Philosophy, Bioethics, and Judaism. New York: Fordham Univ Press, 2011, p. 36. Tradução nossa.

³³⁵ “The question ‘What is life?’ no longer belongs to biologists. It may preoccupy philosophers or any person uneasy with all this discoveries, but is no longer a biological question”. ATLAN, H.. Is science inhuman? In: Selected Writings on Self-organization, Philosophy, Bioethics, and Judaism. New York: Fordham Univ Press, 2011, p. 36. Tradução nossa.

³³⁶ Na versão original dessa obra, trata-se mais “*Mais c'est peut-être là vie elle-même*”, então a tradução literal seria “Mas isso, talvez, é a própria vida”. Ver CANGUILHEM, G.. Études d’histoire et de philosophie des sciences. Paris: Vrin, 1970, p. 364; CANGUILHEM, G.. Estudos de história e de filosofia das ciências, concernentes aos vivos e à vida. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012, p. 400.

deste modo, que todo objeto que a ciência não mais pretenda abordar deverá ser, desde então, irrelevante? Como vimos, e ainda veremos, não é a própria ciência informada por conhecimentos não necessariamente científicos? Não é justamente o contrário que essa reflexão de Canguilhem nos convida a pensar? Se há informação na matéria que constitui os seres vivos, e ainda sim o vivente humano se lança a buscar outras informações, e conseqüentemente se confronta com ambientes e informações inadequadas, também a ciência, realizada por viventes humanos, é parte dessa insatisfação e errância. É que, talvez, tanto para o homem comum quanto para o cientista ou o filósofo, o sentido até agora encontrado na vida não seja suficiente, e, portanto, o sentido passe a ser construído por meio da técnica e do deslocamento constante do homem no mundo. Talvez não se trate necessariamente de a vida não existir, talvez o problema ainda esteja na tentativa de compreendê-la fora de seu deslocamento constante e puro devir.

3.1 Sobre a normatividade vital e a vida enquanto criação

Foi sob o termo normatividade vital ou biológica que Canguilhem, e como também ressaltou Safatle³³⁷, buscou explicar a vida constituída pela relação entre os conceitos de normal e patológico enquanto resultados da dialética entre normas biológicas e a subjetividade. A vida é, então, essa polaridade dinâmica entre normal e patológico, entre organização vital e técnica; polaridade que, no entanto, não é apenas uma constatação e atividade valorativa da razão, mas ao mesmo tempo é expressão da vida em geral sob seus mais diversos modos de manifestação. A vida dos seres humanos é constituída pela relação inseparável de normas biológicas e subjetividade – se seccionamos em elementos a integridade do vivente humano, é, única e exclusivamente, para fins didáticos que buscamos reintegrar nos capítulos anteriores e continuaremos tentando até o fim dessa exegese por meio do próprio movimento dos conceitos.

Falar em normatividade vital pode parecer, em primeiro momento, outra maneira de se afirmar certo inatismo ou certas condições pelas quais o vivente humano é constituído e está fadado a manter, reproduzir ou manifestar. Segundo Canguilhem, a existência da normatividade vital se confirma na medida em que constatamos que a vida não é indiferente às suas condições de possibilidade. Isso significa, como já discorremos nos capítulos anteriores, que a vida é essa tensão ou polaridade de saúde e doença, normal e patológico, subjetividade e corpo, organização físico-química e conhecimento. Ou seja, a vida age por seleção, escolha e exclusão, desde suas

³³⁷ SAFATLE, V.. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiae Studia* v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011, p. 20.

manifestações microscópicas até suas atividades propriamente racionais, enquanto atividades valorativas.

Sem querer impor uma semelhança completa entre as interrogações e conclusões de Canguilhem e os autores do conceito de *autopoiesis* – Maturana e Varela³³⁸ –, acreditamos que uma aproximação entre esse conceito e a normatividade vital, ou biológica, pode ser instrutiva para a compreensão da atividade da vida não apenas por meio da subjetividade, mas também em sua organização físico-química. Maturana e Varela buscam mostrar que a vida, desde aquilo que chamam de “unidade mínima de vida” (*minimal life*), tem como propriedade a plasticidade e diversificação da família de moléculas orgânicas que são, por sua vez, capazes de formar redes “de reações moleculares”³³⁹. Para os autores, “essas redes de moléculas, interagindo entre si, tornaram-se a partir de certo momento capazes de produzir o mesmo tipo de moléculas que elas incorporam, definindo desse modo um limite espacial capaz de constituir uma nova unidade”³⁴⁰. Essas unidades mínimas de vida possuem a capacidade fundamental de “realizar distinções”. Assim, os vivos passam a ser dotados de uma capacidade de criação de suas próprias leis ou normas, e, por conseguinte, realizam seleções em relação ao meio, e produzem a si mesmos.

Mas dizer que microorganismos realizam distinções, no caso de Maturana e Varela, como disse de modo semelhante Canguilhem em relação à ameba – “Viver é, mesmo para uma ameba, preferir e excluir”³⁴¹ – não seria atribuir, ainda que de modo bastante elementar, uma intencionalidade a tudo aquilo pode ser considerado como vivo? Isto é, ao mesmo tempo, assumir que organismos elementares são dotados de propriedades como sensação, percepção e, sobretudo, são capazes de eleger ou repelir.

Ainda que assumir algumas propriedades presentes ulteriormente na vida possa nos soar uma imposição antropomórfica, estamos acostumados a conceber a vida ou ao menos parte da vida, em especial quando se trata de organismos elementares, como máquinas, como propriedades e condições pré-determinadas. Talvez esteja aí a dificuldade de aceitarmos uma hipótese como essa.

Neste sentido, para Canguilhem, a vida é uma atividade normativa em sua totalidade orgânica, o que significa que não é possível falar em uma atividade da vida elementar separada de

³³⁸ Ver: MATURANA, Humberto. *A Ontologia da realidade*. 3 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. MATURANA, H. R.; VARELA, F. J.. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Pala Athenas, 2001. Ver também: MATURANA, H.; VARELA, F. J.. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Pala Athenas, 2001.

³³⁹ *Ibid.*.

³⁴⁰ *Ibid.*.

³⁴¹ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 112. Tradução nossa.

outra atividade do organismo composto pela razão como a conhecemos. Isso não significa igualar o homem à célula, mas supor, talvez, que a própria potência do que hoje chamamos razão, subjetividade, pensamento ou espírito, já encontrava em microrganismos seu modo de atualização rudimentar.

Na interpretação de Le Blanc acerca do projeto canguilheano, observamos que o conceito de normatividade vital – ou biológica – especifica a relação de necessidade entre vida e individualidade. A vida mesma, como sugere o autor, é definida por suas diversas formas de individualização: “é por meio da normatividade que o vivente humano ou animal se individualiza”³⁴². O vivente não se compreende mais como um mecanismo. Ele, desde já, “é pensado com um poder”³⁴³. É o que Macherey, de modo semelhante, chamou de a “experiência do vivo” – que se articula em torno de certa relação do normal com o anormal, sendo por meio dessa relação que definimos a experiência do vivente e conferimos a ele “seu caráter propriamente biológico”³⁴⁴.

Essa interpretação sugere que o organismo, animal ou humano, desenvolve seu “poder”, ou sua potência, a fim de lidar com seus comportamentos singulares, ou melhor, os organismos não reagem mecanicamente a um estímulo do ambiente exterior a ele, mas criam maneiras de se relacionar com esse meio exterior. Outra maneira de dizer é que a relação entre vivente e meio externo é determinada pela singularidade de cada vivente e não pré-determinada. Na medida em que compreendemos a vida por meio de uma polaridade dinâmica e não mais como um dado, ela torna-se um produto de uma relação, a polaridade de normal e patológico, e, assim, é possível falar em “normatividade das normas”³⁴⁵, desvinculando a vida de seu modelo mecânico. Ou seja, a vida é produzida por normas, no sentido de “uma vida que veio a ser ou que foi feita humana”³⁴⁶, mas essas normas não são pré-estabelecidas ou pré-construídas, mas se “elaboram ao longo do mesmo processo antagônico que faz e desfaz as formas desta vida”³⁴⁷.

Em resumo, as normas ordenam a vida ou impulsionam seu movimento, mas nem por isso a vida é indiferente a elas, ou seja, há normas, mas tais normas não agem sobre uma matéria morta, mas, ao contrário, estão em produção e contradição com a dinâmica da vida. Como também admite Le Blanc, essa atividade singular do vivente expressa um caráter duplo: por um

³⁴² LE BLANC, G. *Canguilhem et les norms*. Paris: Pus, 2010. p. 52. Tradução nossa.

³⁴³ *Ibid.*, loc. cit.. Tradução nossa.

³⁴⁴ MACHEREY, P.. *Georges Canguilhem, um estilo de pensamento*. Goiânia: Almeida e Clément edições, 2010, p. 57.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 63.

³⁴⁶ *Ibid.*, loc. cit..

³⁴⁷ *Ibid.*, loc. cit..

lado, há um caráter reprodutivo, ou seja, o vivente mantém o organismo sob seu “poder intrínseco”, e, por outro lado, um caráter produtivo, ou ainda melhor, criativo. É este caráter criativo da vida, por sua vez, que permite ao vivente criar respostas originais para aquilo que o ameaça em relação ao meio em que está inserido. A normatividade vital, ou biológica, é constituída, sobretudo, por essa ação de apropriação de um meio. O organismo, deste modo, realiza uma “organização” prévia do meio, dividindo-o, criando e selecionando espaços, a fim de transformá-lo em um meio próprio à vida. Assim, “o vivente animal não se submete ao meio. Ele contribui para sua constituição”³⁴⁸. Ele organiza o mundo exterior de modo que favoreça seu próprio desenvolvimento.

A atividade interna do vivente supõe, deste modo, uma dupla operação de regulação e de diferenciação. Neste sentido, a normatividade designa, em um primeiro sentido, a autonomia interna do organismo, “um conjunto homeostático de constantes que todo organismo produz”. E um segundo sentido que pode ser atribuído à normatividade vital é o de uma operação de diferenciação na atividade biológica. Canguilhem considerou que essa relação de “estruturação entre o vivente e o meio [...] só é pensável se o organismo é apreendido como um todo, que corta no ambiente externo um sentido global individual”³⁴⁹ por meio do conceito de regulação. Para o autor,

o conceito de regulação abrange hoje quase todas as operações do vivente: morfogênese, regeneração de partes mutiladas, manutenção do equilíbrio dinâmico, adaptação às condições de vida no meio ambiente. Regulação é o fato biológico por excelência. Esta é a razão pela qual a atual interpretação dos processos de regulação busca seus modelos mais expressivos em teoria da informação e cibernética³⁵⁰.

Como nos mostra Canguilhem, o conceito de regulação, na biologia³⁵¹, aparece no dicionário de Littré(1878), no sentido de um regulador, ou seja, trata-se de um dispositivo que constitui diferentes máquinas, como o motor a vapor³⁵². Dito de outro modo, esse conceito se estabelece, inicialmente, na biologia a partir de sua partilha com o mecanicismo, e, por sua vez, é

³⁴⁸ LE BLANC, G.. Canguilhem et les norms. Paris: Pus, 2010. p. 53. Tradução nossa.

³⁴⁹ Ibid., p. 54. Tradução nossa.

³⁵⁰ Régulation, épistémologie, Encyclopædia Universalis [online], Disponível em:

<<http://www.universalis.fr/encyclopedie/regulation-epistemologie/>>. Acesso em: 21 jan. 2019, p. 712.

³⁵¹ Cumpre-nos ressaltar que nosso interesse em relação ao conceito de regulação se limita à sua história e desenvolvimento biológicos. Canguilhem aborda sua origem e uso nas disciplinas econômicas e matemáticas, embora as nuances de origem desse conceito convergem para um mesmo sentido: a regulação enquanto um regulador o que, por sua vez, faz do corpo vivo uma máquina. Ver: Régulation, épistémologie, Encyclopædia Universalis [online], Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopedie/regulation-epistemologie/>>. Acesso em: 21 jan. 2019, p. 712.

constituído na medida em que se compreende o corpo enquanto máquina. É a partir do trabalho de Etienne Geoffrey Saint-Hilaire³⁵³, por meio de seu trabalho enquanto fundador da teratologia, que o conceito de regulação começa a distanciar-se de suas determinantes mecanicistas. O naturalista e zoólogo francês desenvolveu sua anatomia comparativa “no princípio das conexões os órgãos e no princípio dos órgãos oscilantes”³⁵⁴. Em outras palavras, no primeiro caso, o princípio de conexões também conhecido como “lei de conjunção de órgãos”, afirma uma conexão fixa entre determinados órgãos da estrutura do vivente. No segundo caso, que diz respeito aos órgãos oscilantes, trata-se da afirmação de conservação quantitativa da matéria “sob a desigualdade do desenvolvimento dos diferentes elementos dessa estrutura”³⁵⁵. Mas é na figura de Claude Bernard que o conceito de regulação se aproxima de uma teoria geral. Bernard importou o conceito de regulação da física para a fisiologia, fazendo desse conceito um sistema de regulação de desequilíbrios. Como afirma, Canguilhem,

As regulações pelas quais Claude Bernard se interessara são regulações fisiológicas. Por exemplo, a regulação dos movimentos respiratórios sob o efeito da taxa de ácido carbônico que está contida no meio interior, ou então a regulação da eliminação da água e dos sais que anula a variação de pressão osmótica nos líquidos internos; a termorregulação, ou seja, a regulação do calor animal, ou ainda a regulação dos desvios da alimentação azotada pela manutenção da lei do equilíbrio azotado³⁵⁶.

Bernard, em oposição ao modelo de vida oscilante, que aparece no trabalho de Saint-Hilaire, formulou a ideia de vida constante ou livre. Essa tese afirma que seres estruturalmente mais elevados possuem, no que diz respeito aos elementos celulares, uma proteção interna em relação ao ambiente externo. A fixidez, nesse sentido, é o fundamento mesmo dos animais mais elevados³⁵⁷. Como ressalta Canguilhem, a originalidade da biologia, que Bernard buscou construir, a fim de reduzir as influências da mecânica no pensamento acerca da vida, não faz desaparecer seus limites e empréstimos das ciências naturais da época, e, portanto, as fortes influências físicas e químicas e seu modo particular e cientificista de abordagem da vida. Deste

³⁵³ Régulation, épistémologie, Encyclopædia Universalis [on line], Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopedie/regulation-epistemologie/>>. Acesso em: 21 jan. 2019, p. 712.

³⁵⁴ Ibid., loc. cit..

³⁵⁵ Ibid., loc. cit..

³⁵⁶ CANGUILHEM, G.. Escritos sobre medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p.79.

³⁵⁷ Ver: BERNARD, C. *De la physiologie générale*. Paris: Hachette, 1872.; BERNARD, C. *Leçons sur les phénomènes de la vie communs a ux animaux et aux végétaux* [1878]. [Publié par Albert Dastre]. 2. ed. Paris : Libraire J.-B. Baillière et Fils, 1885. 1 vol.

modo, segundo Canguilhem, o conceito de regulação só passa a ter sua “nobreza didática”³⁵⁸, no fim do século XIX, por meio de Léon Fredericq. Assume-se, desde de então, que a “estabilidade e autopreservação de um organismo são estados compatíveis com a tolerância de desvios moderados por funções preventivas contra situações críticas”³⁵⁹. Assim, o conceito de regulação passa a ser compreendido enquanto preservação da função de integridade da totalidade do organismo. A regulação compreende, deste modo, segundo Canguilhem, todas as operações do viventes - morfogênese, regeneração de partes mutiladas, manutenção de equilíbrio dinâmico, adaptação às condições de vida no ambiente³⁶⁰

De modo ainda mais preciso, Goldstein afirma que o organismo deve ser repensado a partir de uma atividade “global de regulação”³⁶¹. A regulação se define como uma possibilidade biológica de preservar o equilíbrio de seu meio interno. Equilíbrio que é mantido na medida em que o organismo valoriza as condições de uma relação correta no meio e desvaloriza potenciais ameaças. Segundo Canguilhem,

A regulação é o fato biológico por excelência. Deste modo, a regulação consiste na preferência feita a certos valores de equilíbrio funcional em relação ao meio contra eventuais perigos. O fato biológico nada mais é do que o valor que o organismo confere à manutenção de seu equilíbrio.

A vida é, portanto, um processo de diferenciação pelo qual todo vivente produz suas próprias normas ou valores biológicos. Assim, o valor assegura um apoio ao desenvolvimento da vida e, ao mesmo tempo, uma reação em relação a um acontecimento no meio. A normatividade, por sua vez, enquanto posição de valor, reitera o esforço do vivente animal de diferenciação da vida com o objetivo de alcançar sua melhora e manutenção. Trata-se da implantação de um duplo valor: “positivo no que diz respeito ao suporte”, e “negativo no que diz respeito à reação”³⁶². É a este fenômeno que Canguilhem deu o nome de polaridade em sua definição de compreensão da vida: “é somente no sentido em que a vida é forma e o poder do vivente que eu gostaria de tratar as relações dos conceitos e da vida”³⁶³. Segundo Le Blanc, a normatividade é correlativa da

³⁵⁸ Ver: Régulation, épistémologie, Encyclopædia Universalis [on line], Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopedie/regulation-epistemologie/>>. Acesso em: 21 jan. 2019, p. 712.

³⁵⁹ Régulation, épistémologie, Encyclopædia Universalis [on line], Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopedie/regulation-epistemologie/>>. Acesso em: 21 jan. 2019, p. 712.

³⁶⁰ Ibid., loc. cit..

³⁶¹ GOLDSTEIN, K.. The organism. New York: Zone Books, 1995, p. 102. Tradução nossa.

³⁶² LE BLANC, G.. Op. cit., loc. cit.. Tradução nossa.

³⁶³ CANGUILHEM, G.. Études d’histoire et de philosophie des sciences. Paris: J. Vrin, 1970, p. 367. Tradução nossa.

polaridade. Neste sentido, a vida se diferencia pela maneira com que o vivente se engaja no devir normativo da singularização. A normatividade valoriza a vida e a individualiza. Ele expressa uma posição individual dentro de um ambiente padronizado, normal. É a normatividade que permite especificar a distinção entre o normal e o patológico. A normalidade de um organismo advém de sua normatividade. Em outros termos, o normal para um organismo é sua capacidade de transgressão, de mudança, da norma.

A normatividade é aquilo que qualifica o poder da vida em criar novas normas. A normatividade funda o normal e é a capacidade de mudar as normas de vida; é ela que determina a normalidade do organismo, enquanto o patológico é, deste modo, indicado pela redução do poder normativo. A normatividade vital, ou biológica, nos possibilita compreender a doença enquanto um ponto de vista sobre a vida. Com isso,

É por referência à polaridade dinâmica da vida que se podem chamar de normais determinados tipos ou funções. Se existem normas biológicas, é porque a vida, sendo não apenas submissão ao meio, mas também instituição de seu próprio meio, estabelece, por isso mesmo, valores, não apenas no meio, mas também no próprio organismo. É o que chamamos de normatividade biológica³⁶⁴.

Le Blanc afirma, deste modo, que a criação de valores baseia-se na afirmação da vida, como Nietzsche³⁶⁵, em relação à vontade de potência³⁶⁶, ao pensar a vida como uma força de incorporação, fazendo da nutrição um dos meios essenciais da vida que só pode ser entendido a partir de sua criação tida como escolha e conclusão de escolha. Para Nietzsche³⁶⁷, a vida é criação de valor: “viver, é antes de qualquer coisa apreciar. Toda vontade implica uma valoração, e a vontade é presente na vida orgânica”³⁶⁸. De modo semelhante, Canguilhem sugeriu que o “simples ato de nutrição supõe que o organismo pode ser capaz de apetite, de avaliação de possibilidades, de escolha que completa em um ato”³⁶⁹. O ato de nutrir é, então, um “ato normativo que atesta a capacidade criativa do organismo, de modo que Nietzsche não hesita em tornar o organismo um artista em si mesmo”³⁷⁰. Os corpos viventes tornam-se o centro de referência absoluto pelo qual a vida pode afirmar seu valor criativo. A vida como um processo

³⁶⁴ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 203. Tradução nossa.

³⁶⁵ LE BLANC, G.. *Canguilhem et les norms*. Paris: Pus, 2010. p. 54. Tradução nossa.

³⁶⁶ A “vontade de potência” ou “vontade de poder” pode ser encontrada em diversos momentos da obra nietzschiana posteriores à sua primeira formulação de caráter conceitual que acreditamos encontrar-se em “Além do bem e do mal”, mas que, ao que nos parece se assenta em seus fragmentos póstumos.

³⁶⁷ Nietzsche *apud* Blanc. In: LE BLANC, G.. *Canguilhem et les norms*. Paris: Pus, 2010. p. 54. Tradução nossa.

³⁶⁸ BLANC, L.. *Canguilhem et les norms*. Paris: Pus, 2010. p. 54. Tradução nossa.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 58.

³⁷⁰ *Ibid.*, loc. cit..

orgânico diferencia o viver em seus valores. Esta normatividade original da vida é claramente revelada nesta sentença: “a vida não significa julgar, preferir, ser injusta, limitada, querer ser diferente?”.

3.2 Sobre a vida enquanto informação codificada

A descoberta da estrutura do DNA, por Watson e Crick, aparentou ser a solução do problema inscrito sob a relação entre o conhecimento e a vida, uma vez que aquilo que buscamos examinar – a possibilidade do conhecimento e como comprová-lo – por meio da epistemologia, clássica ou histórica, estaria restrito à própria matéria, em seu sentido físico e químico. Em outros termos, a normatividade vital pode ser pensada não só como a capacidade da vida de instituir normas, no sentido de uma atividade, de uma ação, que tem necessariamente um trabalho axiológico envolvido, mas estaria inscrita de modo inato na própria matéria. A vida, neste sentido, não precisaria ser significada, nem objeto de compreensão, pois nela já estaria inscrito seu sentido. Deste modo, a subjetividade e o próprio conhecimento tornam-se um obstáculo para a manifestação das informações potenciais da vida. Parece-nos que um problema essencial da epistemologia também aqui encontra sua solução ou dilema sob a mesma equação: seria a razão capaz analisar sua própria capacidade de produção de conhecimento? Se já há um *logos* inscrito na matéria, não seria o caso de questionarmos se a razão tem a capacidade de compreender a conservação e manifestação desse *logos*? Isso, portanto, não seria mais uma vez seccionar a vida, fazer do conhecimento um acidente e da matéria uma natureza, uma essência e, portanto, uma finalidade?

Em *Molecular Structure of nucleic acids*, Watson e Crick³⁷¹ se restringem a descrever a estrutura química do ácido desoxirribonucleico, e, deste modo, não enunciam os conceitos de informação, código. Entretanto, como aponta Watson³⁷² – anos após a descoberta da dupla hélice

³⁷¹ WATSON, James Dewey; CRICK, Francis Harry Compton. Molecular structure of nucleic acids: A structure for desoxyribose nucleic acid. *Nature* 171: 737-738, 1953. Tradução nossa.

³⁷² “We already knew that DNA molecules consist of multiple copies of a single basic unit, the nucleotide, which comes in four forms: adenine (A), thymine (T), guanine (G), and cytosine [...]. I had spent the previous afternoon making cardboard cutouts of these various components, and now, undisturbed on a quiet Saturday morning, I could shuffle around the pieces of the 3-D jigsaw puzzle. How did they all fit together? Soon I realized that a simple pairing scheme worked exquisitely well: A fitted neatly with T, and G with C. Was this it? Did the molecule consist of two chains linked together by A-T and G-C pairs? It was so simple, so elegant, that it almost had to be right. But I had made mistakes in the past, and before I could get too excited, my pairing scheme would have to survive the scrutiny of Crick's critical eye. It was an anxious wait. But I need not have worried: Crick realized straightaway that my pairing idea implied a double-helix structure with the two molecular chains running in opposite directions. Everything known about DNA and its properties — the facts we had been wrestling with as we

–, os conceitos de código, de transmissão de informações e de hereditariedade já existiam antes mesmo dessa descoberta. Ao longo da investigação bioquímica acerca da vida, as informações da vida estariam inscritas no DNA, ou, em outras palavras, cada célula de um ser vivo seria determinada pelo código genético contido nelas. O formato espiral dupla hélice da molécula de DNA pode ser compreendido como duas cadeias paralelas em que cada uma contém uma sequência finita dos elementos A (adenina), C (citosina), G (guanina), T (timina). A essas sequências ordenadas, ao longo da molécula, estão contidas informações codificadas, em uma estrutura de repetições entre os elementos, e por meio da divisão dos cromossomos, informações genéticas podem ser transmitidas de uma a outra geração e é responsável pela constituição do corpo vivo. Deste modo, a descoberta de Watson e Crick estabelecia que é uma “ordem de sucessão de um número finito de bases ao longo de uma hélice emparelhada de fosfatos açucarados que constitui o código de instrução, de informação, isto é, a língua do programa ao qual a célula se conforma para sintetizar os materiais proteicos das novas células”³⁷³.

Essa descoberta marca o projeto canguilheano como um novo modo de compreender a vida, a atividade normativa do vivente enquanto sujeito conta desde já com a presença da “informação” contida na matéria que o constitui. Como observou Johansson³⁷⁴, por meio da análise de Le Blanc, entre “O conhecimento da vida”³⁷⁵ e “O novo conhecimento da vida”³⁷⁶, há uma ruptura na compreensão e abordagem da vida no sentido de um “salto operado” do primeiro para o segundo texto que diz respeito à “inflexão da normatividade em direção ao sentido, e da

tried to solve the problem — made sense in light of those gentle complementary twists. Most important, the way the molecule was organized immediately suggested solutions to two of biology's oldest mysteries: how hereditary information is stored, and how it is replicated. Despite this, Crick's brag in the Eagle, the pub where we habitually ate lunch, that we had indeed discovered that "secret of life," struck me as somewhat immodest, especially in England, where understatement is a way of life”.

Crick, however, was right. Our discovery put an end to a debate as old as the human species: Does life have some magical, mystical essence, or is it, like any chemical reaction carried out in a science class, the product of normal physical and chemical processes? Is there something divine at the heart of a cell that brings it to life? The double helix answered that question with a definitive no. Ver: WATSON, J.. The Secret of life. New York: Alfred A. Knopf, 2003.

³⁷³ Ver: CANGUILHEM, G.. Études d’histoire et de philosophie des sciences. Paris: J. Vrin, 1970, p. 360; WATSON, James Dewey. A dupla hélice. Trad. Rui Pedro Alves Zambujal. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. WATSON, James Dewey. DNA: o segredo da vida. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. WATSON, James Dewey; CRICK, Francis Harry Compton. Molecular structure of nucleic acids: A structure for desoxyribose nucleic acid. Nature 171: 737-738, 1953.

³⁷⁴ JOHANSON, I. Vida, significação da vida: de “La pensée et le mouvant” a “La pensée et le vivant”. In: Filosofemas II. São Paulo: Editora Unifesp, 2016, pp. 213-214.

³⁷⁵ Ver: CANGUILHEM, G.. Máquinas e organismos. In: O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

³⁷⁶ Ver: CANGUILHEM, G.. La nouvelle connaissance de la vie. In: Études d’histoire et de philosophie des sciences. Paris: J. Vrin, 1970.

força ativa em direção à força informativa”³⁷⁷. Mas, assumindo essa ruptura e, em alguma medida, essa retificação acerca do conceito de vida, por meio do conceito de informação, presente no código genético, seria possível desatrelar da noção de normatividade vital a presença do vivente enquanto sujeito?

Segundo Le Blanc, a “perspectiva biológica não pode ocupar o lugar de totalização da experiência do viver”³⁷⁸, pois é justamente essa experiência constituída pelo modo como o vivente compreende as normas da vida. Neste sentido, a descoberta da estrutura do DNA, a presença de um *logos* inscrito na matéria, ou ainda essa perspectiva biológica, é parte ou composição da totalidade do indivíduo e, portanto, não pode ser compreendida como lei fixa e determinante da vida, o que significa que a vida é “um conjunto de potências que a compõem e nenhuma dessas potências pode ser confundida com a outra”³⁷⁹.

No entanto, ainda que a interpretação de Le Blanc nos pareça satisfatória, ainda nos interessa verificar se, entre essas duas perspectivas distintas acerca da vida enquanto conceito, não há nenhum elemento que faça da segunda perspectiva, a vida como forma, substância de um sujeito que aconteceu – por acidente? – de fazer parte daquela forma. Vejamos o que diz Johanson:

Em resumo, falar de ruptura entre esses dois momentos, para empregarmos especificamente em relação à filosofia de Canguilhem o termo geral de Worms, é, pois, fazer referência a essa mudança com relação à questão da compreensão da vida. Uma mudança no sentido de uma nova perspectiva que, em relação à anterior, pode ser definida, conforme Le Blanc, nos seguinte termos: em *La Connaissance de la vie*, introduzido pelo texto “*L pensée et le vivant*”, a relação entre o conhecimento e vida se faz menos no sentido de um conhecimento para a vida do que no de um conhecimento na vida (como estratégia do ser vivo); enquanto em “*L Nouvelle connaissance de la vie*”, que consiste no texto “*Le concept et et la vie*”, a busca é por especificar o que é a vida nela mesma. Isto é, não se trata propriamente de tomar o conhecimento como o objetivo de investigação que a vida, na concretude da experiência individual, permite apreender, mas vida da qual um certo estado de conhecimento deve permitir a apreensão. Um movimento, portanto, que se faz não mais no sentido da vida para o conhecimento, mas, ao contrário, no sentido do conhecimento à vida³⁸⁰.

Para Canguilhem, “pela primeira vez na história da biologia, todas as propriedades dos corpos vivos – crescimento, organização, reprodução, continuidade hereditária – são explicadas pela mesma fórmula de estrutura molecular: uma reação, uma enzima; um gene, uma enzima”³⁸¹.

³⁷⁷ Le Blanc apud Johanson, op. cit., p. 213. Tradução nossa.

³⁷⁸ Ibid., loc. cit.. Ver também: LE BLANC, G. *Canguilhem et l'avie humaine*. Paris: Puf, 2002, p. 305.

³⁷⁹ Ibid., p. 214.

³⁸⁰ JOHANSON, I. Vida, significação da vida: de “*La pensée et le mouvant*” a “*La pensée et le vivant*”. In: *Filosofemas II*. São Paulo: Editora Unifesp, 2016, p. 214.

³⁸¹ CANGUILHEM, G.. *Ideologia e Racionalidade nas ciências da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 118.

Este momento de descoberta inaugurou não apenas novos modos de estudo acerca dos fenômenos característicos da vida, a estruturação da matéria, e a regulação de funções, mas também inaugurou uma linguagem da biologia. A Biologia deixa de lançar mão de conceitos da mecânica, da física e da química clássicas, que eram, por sua vez, estruturados sobre modelos, de certo modo, da geometria, e utiliza agora a teoria da linguagem e a teoria das comunicações: mensagem, informação, programa, código, instrução, decodificação.

Deste modo, compreender a vida, sob a ideia de que haja um sentido inscrito na matéria, é enunciar a hipótese da existência de um “*a priori* objetivo”³⁸², ou seja, não mais abstrato, mas de fato material. Diferente do pensamento canguilheano acerca da vida enquanto atividade normativa, em que o vivente é sujeito, essa hipótese nos colocaria, ao contrário, sob uma concepção de vida não mais criativa, mas já posta pela “vida mesma”, e o vivente, por sua vez, não construiria ou criaria normas, mas as encontraria.

Como afirmou Chaumet, a bioquímica contemporânea, por meio da descoberta da estrutura do DNA entrou “no santuário da vida”³⁸³, no entanto, há uma tendência de interpretar o estatuto de conhecimento dessa descoberta, atribuindo a ela novamente um caráter único e exclusivamente mecanicista, que acreditamos, e como reforça o autor, não estar presente ao menos no pensamento canguilheano e seu dinamismo vital. Nesse sentido,

Atualmente reconhece-se o modo de existência do ser vivo como um sistema em equilíbrio dinâmico instável, que é mantido na sua estrutura de ordem por um contínuo recurso à energia, para o qual depende de um meio caracterizado pela desordem molecular ou então pela ordem fixa do cristal. De forma que, paradoxalmente, é no momento em que a biologia submeteu completamente os seus objetos à jurisdição dos físicos e dos químicos que se encontra racionalmente fundamentada a originalidade desses objetos³⁸⁴.

Deste modo, como ressalta Portocarrero, vida não pode ser compreendida enquanto objeto estático, como é comum aos objetos da ciência, uma vez que ela não é um conjunto fixo de leis

³⁸² A hipótese deste *a priori* objetivo foi, em alguma medida, averiguado por uma área do conhecimento a quem Canguilhem também se refere, trata-se dos estudos acerca do instinto, ou, em outras palavras, a investigação sobre padrões inatos de comportamento, neste caso, por autores como Tinbergen ou Lorenz. O que significa, segundo Canguilhem, que a definição da vida como o sentido significa colocar-se sob um trabalho de descoberta. Aqui, a invenção experimental trata-se de pesquisar pela “chave” que nos possibilita acesso ao sentido que, por sua vez, é encontrado e não construído. Em “*A textbook history of animal behaviour*”, Alcock sugere que Tinbergen e Lorenz, de modo diferente ao *behaviorismo* que se desenvolvia, sobretudo nos Estados Unidos, foram responsáveis pelo desenvolvimento moderno da abordagem e investigação biológica acerca do comportamento.

³⁸³ CHAUMET, G.. *La pensée de la vie chez Bergson et Canguilhem: essai de philosophie*. Saint-Denis: Edilivre, 2015, p. 38. Tradução nossa.

³⁸⁴ *Ibid.*, loc. cit..

naturais. Ela envolve, em qualquer forma que possa tomar, a autopreservação por meio da autorregulação”³⁸⁵.

A descoberta da estrutura do DNA se encontra num contexto de mudanças epistemológicas desenvolvidas pela bioquímica e adquiridas pela biologia, como argumentamos anteriormente, mas essa mudança se dá, sobretudo, numa alteração de método em que o modo de se observar e, por conseguinte, de pensar a vida, é alterado. Assim, “No século XX, a concepção de vida não reside mais na estruturação da matéria e regulação das funções. Ela corresponde a uma mudança de escala e espaço operada pelo deslocamento da mecânica para a teoria da informação”³⁸⁶ – alteração possibilitada pelo movimento que abandona a concepção da vida em sentido macroscópico para uma concepção por meio das estruturas hereditárias, por meio de bactérias, cromossomas, enzimas. Mas essa alteração na linguagem faz com que nos aproximemos mais da vida e seu sentido? Identificamos, por meio dessa linguagem, propriedades que o pensamento canguilheano da normatividade vital não poderia compreender? Ou apenas adicionamos mais uma camada à pluralidade que podemos sugerir que seja a vida?

Para Dagognet, essa descoberta da bioquímica, sem diminuir sua franca importância para a compreensão da constituição de seres vivos, representa um avanço parcial no problema acerca da vida. Para o autor,

[...] falar de uma maneira comum, mais se muda o ornamento, menos se toca naquilo que ela encobria ou ornamentava. O filósofo pode então concluir que a noumenobiologia que ele havia desenvolvido não é discutida. A vitalidade não foi nem anexada, nem enfeudada numa outra além de si mesma; ela não cessa de se autorregular³⁸⁷.

Segundo Portocarrero, o que Dagognet sugere é que, quanto mais alteramos o conhecimento acerca daquilo que envolve a vida, “menos conhecemos aquilo que é envolvido”³⁸⁸. A tentativa na bioquímica da segunda metade do século XX de determinar a vida a partir do código genético, ou seja, de fazer da vida um objeto estável da ciência dominante, encontra o obstáculo que é:

Num primeiro momento, a físico-química apreende este fenômeno em seu aspecto material, sempre presente; mas, num segundo momento, ele lhe escapa, porque isto significa uma informação que continua instaurando uma ordem, constituída de uma

³⁸⁵ PORTOCARRERO, V.. As ciências da vida: De Canguilhem a Foucault [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 134.

³⁸⁶ Dagognet apud Portocarrero (2009). Ver: PORTOCARRERO, V.. As ciências da vida: De Canguilhem a Foucault [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 137.

³⁸⁷ DAGOGNET, F. Georges Canguilhem, *Philosophe de la Vie*. Paris: Institut Synthélabo pour le Progrès de la Connaissance, 1997, p. 50. Tradução nossa.

³⁸⁸ PORTOCARRERO, V.. Op. cit., loc cit..

sequência nucleica regular ou de uma combinação individualmente especificada; a vitalidade não para de se autorregular³⁸⁹.

Ou seja, pensar a vida, ou fazer dela um objeto do conhecimento implica em fazer do movimento incessante e criativo uma característica, paradoxalmente, fixa. Neste sentido, a ideia da materialidade apresentada pelo código genético não deve se sobrepor aos diversos modos de produção, transmissão e recepção de informação do sujeito “na” e “com” a vida. O conceito de código genético não faz com que a relação de constante transformação, negação e criação de normas em relação ao meio desapareça.

Em verdade, essa mudança de escala³⁹⁰ – do macro ao microscópico – e, junto a ela, a “constituição da biologia genética, cujo modelo é a teoria da informação, da linguagem”³⁹¹ não apaga o papel do vivente enquanto sujeito na e com a vida, ou seja, o papel da subjetividade em relação à totalidade do indivíduo também não nos permite ignorar essas “novas” propriedades que, por sua vez, também definem o vivente. Corpo e vida podem ser concebidos enquanto matéria físico-química informada por uma mensagem, um ‘texto’ das estruturas genéticas, ao passo que a vitalidade corresponde a um texto codificado, “mas é a vida concreta individual que o realiza”³⁹². Assim,

Em suma, face à profunda mudança realizada nas ciências da vida, durante o século XX, a pesquisa epistemológica de Canguilhem, voltada para a vida e para o conceito, opera uma inflexão, sem, contudo, modificar-se em seu fundamento: o objeto da ciência deve ser estável e objetivo, mas o corpo instaura normas e escapa de uma concepção estável, pois nele se reconhece dita, da qual depende, tanto no nível da prática quanto da teoria, em todos os sentidos³⁹³.

Essa elaboração de Portocarrero demonstra a impossibilidade de conhecer a vida por meio das aquisições das ciências dominantes, por tratar-se, em geral, de ciências que tem no objeto estático a previsibilidade necessária para a construção ou descoberta da verdade. Compreender ou pesquisar a vida, como ela nos parece ser, só seria possível se levamos em consideração a variedade encontrada entre indivíduos de uma mesma espécie, e, no caso do ser humano, se, junto a isso, também considerarmos o papel fundamental da subjetividade, tanto como modo de expressão do organismo, quanto como parte integrante do organismo. Neste sentido, pensar a

³⁸⁹ Ibid., loc. cit..

³⁹⁰ PORTOCARRERO, V.. As ciências da vida: De Canguilhem a Foucault [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 137.

³⁹¹ Ibid., loc. cit..

³⁹² PORTOCARRERO, V.. As ciências da vida: De Canguilhem a Foucault [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 137.

³⁹³ Ibid., p. 138.

vida, sem retirá-la de seus ambientes, talvez implique em um outro modo de conhecimento em que a variabilidade vital, tolerada pela natureza, não mais seja sobrepujada às intenções e limites da subjetividade humana.

3.3 Os erros na vida

O erro foi abordado de Platão a Popper passando por Bachelard e finalmente é parte do pensamento canguilheano acerca da vida. Na elaboração de Popper, a possibilidade do erro e a possibilidade do conhecimento não são diferentes, o que é outra maneira de dizer que a busca por conhecimento contém em si a falha em potencial. O erro, deste modo, confronta-se com a noção ou possibilidade de procedimentos que tornem a verdade – enquanto existente – alcançável. As ciências, neste sentido, passam a ser “conjecturas passíveis de retificação e refutação”³⁹⁴. Bachelard, de modo semelhante, viu no erro uma propriedade, e elemento-motor³⁹⁵ do conhecimento. Foucault atribuiu ao erro não só a qualidade de elemento ou propriedade dos procedimentos cognitivos, mas também como elemento da própria vida, ou seja, “a vida é capaz de erro”³⁹⁶. A vida, mesmo em suas manifestações elementares, fundamentais, antes de ser normal ou patológica, é “alguma coisa como uma perturbação no sistema informativo, algo como um equívoco”³⁹⁷, ou simplesmente erro.

Parece-nos, deste modo, que a articulação dessas elaborações acerca do erro nos permite abordar este conceito a partir da ideia de que é por meio dele que a história do conhecimento se constituiu, ainda que almejasse, e ainda almeje, a verdade. Assim, é por meio do erro que a vida se manifesta, se desenvolve e diversifica suas formas, gerando, por vezes, homens, que, por mais normais ou saudáveis que pareçam, nunca são completamente adaptados. O erro, por sua vez, não deixa de conter em si uma definição francamente valorativa, mas não necessariamente por existir factualmente seu contrário – o “correto” – ao qual se opõe. Mas, ao contrário, parece-nos que, se são necessárias as criações de normas a fim de se produzir conhecimento, ou que a própria vida seja uma atividade normativa, é porque talvez a única garantia para a vida e para a história do conhecimento seja o erro.

³⁹⁴ POPPER, K.. *Conjecturas e Refutações (O Progresso do Conhecimento Científico)*. Brasília: Editora da UnB, 1980, p. 26.

³⁹⁵ BACHELARD, G.. *Essai sur le connaissance apprioochée*. Prais: Vrin, 1973, p. 249. Tradução nossa.

³⁹⁶ FOULCAULT, M.. *A vida: a experiência e a Ciência*, in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/ Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 365.

³⁹⁷Ibid., loc. cit.

Em “Reflexões referentes ao normal e ao patológico”³⁹⁸, tal como em “O conceito e a vida”³⁹⁹, Canguilhem desenvolve uma reflexão acerca do conceito de erro, como modo de atribuí-lo à própria vida. É a Sir Archibald Garrod⁴⁰⁰, que Canguilhem atribui a autoria dos termos “erros inatos do metabolismo”⁴⁰¹, ou seja, o processo pelo qual doenças poderiam ser formadas por alterações no metabolismo genético⁴⁰². De modo semelhante, Fölling, como nos mostra Canguilhem, enuncia o erro metabólico em seus estudos acerca da idiotia fenilpirúvica⁴⁰³, e Jérôme Lejeune, por meio do conceito de erro, compreendeu a natureza da anomalia cromossômica, a trissomia 21⁴⁰⁴, ainda que, sob a análise de Canguilhem, seus estudos não tenham conduzido a uma terapêutica sobre suas descobertas.

Esse momento de trabalho acerca do conceito de erro representa uma nova forma de compreender a vida e, por conseguinte a história da biologia e a técnica médica. Em “Máquinas e organismos”⁴⁰⁵, Canguilhem buscou compreender a relação entre formas técnicas e a vida, onde, “para além que explicar o funcionamento do organismo a partir da máquina, Canguilhem quer compreender a construção da máquina graças à estrutura do organismo”⁴⁰⁶. Daí a crítica à ideia de que um organismo pode ser comparado a uma máquina. Nesse sentido,

³⁹⁸ Ver: CANGUILHEM, G.. Le normal et le pathologique. Paris: Quadrige, 2013. pp. 267-281. Tradução nossa.

³⁹⁹ Ver: CANGUILHEM, G.. La Nouvelle Connaissance de l'ave: Le concept et la vie. In: Études d'histoire et de philosophie des sciences. Paris: Vrin, 1970, pp. 360-364.

⁴⁰⁰ Ver: CANGUILHEM, G.. Le normal et le pathologique. Paris: Quadrige, 2013. p. 268.

⁴⁰¹ GARROD, A. E.. The incidence of alkaptonuria: a study in chemical individuality. *Lancet* 1902; 2: 1616-20.

Tradução nossa.

⁴⁰² “*Au départ, le concept d'erreur biochimique héréditaire reposait sur l'ingéniosité d'une métaphore; il est fondé, aujourd'hui, sur la solidité d'une analogie. Dans la mesure où les concepts fondamentaux de la biochimie des acides aminés et des macromolécules sont des concepts empruntés à la théorie de l'information, tels que code ou message, dans la mesure où les structures de la matière de la vie sont des structures d'ordre linéaire, le négatif l'ordre c'est l'interversion, le négatif de la suite c'est la confusion, et la substitution d'un arrangement à un autre c'est l'erreur. La santé c'est correction génétique et enzymatique. Être malade c'est avoir été fait faux, être faux, non pas au sens d'un faux billet ou d'un faux frère, mais au sens d'un faux pli ou d'un vers faux. Puisque les enzymes sont les médiateurs par lesquels les gènes dirigent les synthèses intracellulaires de protéines, puisque l'information nécessaire à cette fonction de direction et de surveillance est inscrite dans les molécules d'acide désoxyribonucléique au niveau du chromosome, cette information doit être transmise comme un message du noyau au cytoplasme et doit y être interprété, afin que soit reproduit, recopiée, la séquence d'acides aminés constitutive de la protéine à synthétiser. Mais, quel qu'en soit le mode, il n'existe pas d'interprétation qui n'implique une prise possible. La substitution d'un acide aminé à la place d'un autre crée le désordre par inintelligence du commandement. Par exemple, dans le cas de l'anémie à hématies falciformes, c'est-à-dire déformées en forme de faucille par rétraction consécutive à une baisse de la pression d'oxygène, c'est l'hémoglobine qui est anormale, par substitution de la valine à l'acide glutamique, dans la chaîne d'acides aminés de la globuline*”. Ver: CANGUILHEM, G.. Le normal et le pathologique. Paris: Quadrige, 2013. p. 268.

⁴⁰³ CANGUILHEM, G.. Études d'histoire et de philosophie des sciences. Paris: Vrin, 1970, p. 361. Tradução nossa.

⁴⁰⁴ Ibid., loc. cit. Ver também:

⁴⁰⁵ CANGUILHEM, G.. Máquinas e organismos. In: O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 107.

⁴⁰⁶ LE BLANC, G.. Canguilhem et les norms. Paris: Pus, 2010, p. 107. Tradução nossa.

Esse problema é bem do tipo daqueles dos quais se pode dizer que a ciência que deles se apropriaria é, ela própria, também um problema, pois, se já existem bons trabalhos de tecnologia, a própria noção e os métodos de uma “organologia” são ainda muito vagos. De modo que, paradoxalmente, a filosofia indicaria para a ciência um lugar a ser tomado, muito longe de vir ocupar, com atraso, uma posição desertada. É que o problema das relações da máquina com o organismo, em geral, só foi estudado num sentido único. A partir da estrutura e do funcionamento da máquina já construída, quase sempre se buscou explicar a estrutura e o funcionamento do organismo. Mas raramente se procurou compreender a própria construção da máquina a partir da estrutura e do funcionamento do organismo⁴⁰⁷.

A organização do vivente não se reduz a uma fabricação artificial inconsciente, ao contrário, é a técnica que imita o esforço do vivente. Segundo Le Blanc, Descartes, assimilando o organismo a uma máquina, torna-se dependente das formas técnicas de sua época. A redução do vital ao social, do organismo à máquina, não se pode fazer somente em nome de um social *a priori* que dissocia o vital do social integrando as normas orgânicas em normas sociais ou técnicas. De fato, o modelo do vivo é a base para todos os modelos técnicos.

Neste contexto, em especial por causa das descobertas da bioquímica, como a já citada descoberta da estrutura do DNA, Canguilhem passa a compreender e problematizar a vida de outro modo, justamente por uma nova relação junto à ciência e à técnica. Os conceitos de biologia moderna (significado, informação, erro) aparecem como estruturas internas dos vivos. A ciência produz, assim, um novo “visual” da vida. O próprio conhecimento passa a ser pensado como uma estratégia vital da mesma forma que a técnica.

O conceito de erro deixa de ser uma metáfora para tornar-se uma analogia. Isto é, havendo na matéria a presença de informações, infere-se que o erro, sendo parte da vida, é mais um mal-entendido do que uma maldição – ou seja, a natureza de uma formação distinta do padrão considerado normal não tem mais uma natureza necessariamente moral, mas lógica, linguística:

Uma hemoglobina pode transmitir informações erradas, assim como um manuscrito pode também transmitir informações erradas. Mas, neste caso, trata-se de uma palavra que não remete a nenhuma boca, de uma escrita que não remete a nenhuma mão. Não há, portanto, má intenção trás do feito⁴⁰⁸.

Trata-se, em certa medida, de uma explicação quase teleológica que, por sua vez, expressa a relação do vivente consigo mesmo, com a matéria que o informa. Se o erro não é mais fruto dos conceitos vulgares oriundos da magia, preconceito, ou da religião, nem por isso o indivíduo se vê

⁴⁰⁷ CANGUILHEM, G.. Máquinas e organismos. In: O conhecimento da vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 107.

⁴⁰⁸ CANGUILHEM, G.. Le normal et le pathologique. Paris: Quadrige, 2013. p. 271. Ver também: CANGUILHEM, G.. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 239. Tradução nossa.

livre dos erros inscritos sobre a vida dele e com ele. É o que, em outros termos, Le Blanc tentou expressar ao elucidar que o erro está “inscrito no ‘tecido’ hereditário, inerente à vida”⁴⁰⁹.

Além disso, o DNA, enquanto informação codificada, e os genes, enquanto conjunto de mensagens, que agem por uma via de transmissão de mensagens, não se relacionam única e exclusivamente com a *vida mesma* em desenvolvimento, mas, de outro modo, é em relação com o meio que o trabalho oriundo da estrutura do DNA ocorre, o que significa que “ruídos”, nos termos de Atlan⁴¹⁰, podem ocorrer, e, por sua vez, transmitir mensagens oriundas dessa relação enquanto “equívocos ou impasses”. Tais ruídos, na medida em que produzem ambiguidades e equívocos⁴¹¹ no código, são a causa dos erros na transcrição da informação pelo seu receptor. De modo semelhante, Simondon afirma que a informação “nunca é relativa a uma realidade única e homogênea”⁴¹². A informação, neste sentido, é um modo com que a vida, por meio da individuação, organiza uma resolução para um sistema metaestável – sendo a metaestabilidade a condição da própria vida segundo o autor – na medida em que estabelece uma comunicação entre níveis distintos de força: neste caso, o indivíduo e o meio.

Neste sentido, aparentemente Canguilhem e Simondon parecem conceber uma mesma noção de instabilidade do vivente, em sua origem e desenvolvimento, por onde a vida se individualiza, e as relações que estabelece são condições e confrontos a fim de estabelecer soluções. Se há soluções, há provavelmente problemas que necessitam ser resolvidos, problemas que, neste caso, são a própria relação entre duas realidades conflitantes: vida e conhecimento, parte e todo, indivíduo e meio, norma e erro. O erro, neste sentido, ao contrário da previsibilidade de uma máquina, torna-se uma estratégia em relação ao meio.

Segundo Le Blanc, o erro decorre do fato de que a ordem era a ordem positiva de saúde. O erro vem da reversão do “visado” (previsto), assim, “a teoria genética da informação inspirada por Ruyer e Simondon lhes permite tratar do erro e do vivido não como simples regras de julgamento científico, mas como formas mesmo da ordem vivente”⁴¹³.

Se a vida é entendida na ordem genética da verdade, permanece, no entanto, que cria em si as condições da falsidade das normas vitais. O falso é então o correlato de um erro inscrito na vida mesma. O erro não designa primeiro a modalidade de um julgamento,

⁴⁰⁹ LE BLANC, G.. Canguilhem et les norms. Paris: Pus, 2010, p. 54. Tradução nossa.

⁴¹⁰ ATLAN, H. L’Organization Biologique et la Théorie de l’Information. Paris: Hermann, 1972, pp. 75-76.

⁴¹¹ Ibid., loc. cit.. Tradução nossa.

⁴¹² SIMONDON, G.. L’Individuation à la lumière des notions de forme et d’information. Paris: PUF, 2005, p. 31. Tradução nossa.

⁴¹³ LE BLANC, G.. Canguilhem et les norms. Paris: Pus, 2010, p. 54. Tradução nossa.

mas é decifrado na vida sob uma dupla forma, como uma desordem genética dos vivos e como uma redução da vida na doença⁴¹⁴.

Esta dupla incursão, identificada por Le Blanc, do erro na vida insere o erro do conhecer em uma esfera vital, ou seja, há erro da vida, assim como há erro do pensamento. Nos termos de Canguilhem, “então não há diferença entre o erro de vida e o erro de pensamento, entre o erro de informação informacional e o erro de informação informada”⁴¹⁵. Quando se estabelece uma confusão entre o pensamento e a natureza, entre a operação da consciência e as formas da vida, a inculcação do erro do pensamento no erro da vida equivale a mostrar que o conhecimento como busca de informação apenas deriva seu significado da vida como fonte de informação. O erro interno do conhecimento é um prolongamento da vida capaz de erro.

Deste modo, Canguilhem relaciona e combina o conhecimento com aquilo que há do conceito na vida, ou simplesmente o conhecimento é uma extensão da própria vida biológica. De modo semelhante, a ciência ou o conhecimento também se constituem pelos impasses da própria “natureza” da vida, do conhecimento e da subjetividade que é, por sua vez, constituída pela potencialidade do erro. Assim,

[...] só no interior da ciência tem sentido colocar a questão da verdade. A ciência não é a comprovação de uma verdade que ela encontraria ou desvelaria. Também é inteiramente despropositado procurar fundar a verdade nas faculdades de conhecimento ou em uma realidade ontológica. [...] Por outro lado, relacionar intrinsecamente ciência e verdade não significa dizer que todo discurso científico seja necessariamente verdadeiro. Toda ciência é constituída de proposições verdadeiras e falsas. O erro tem uma positividade. ‘Um verdadeiro sob o fundo de erro, esta é a forma do pensamento científico’, diz Bachelard⁴¹⁶.

Em resumo, a vida, compreendida como uma ordem de propriedades, “admite” erros na medida em que representam soluções em relação ao meio, e possibilitam a sua própria superação. Portanto, se o objeto vivo, supondo que possa ser objeto do conhecimento, ou simplesmente da ciência, é tensão e polaridade dinâmica de vida e erro, também a verdade científica só pode ser estruturada por uma busca e não pela objetividade inquestionável que o discurso científicista pretende ainda disseminar. Também no erro há um valor vital. Em termos semelhantes,

⁴¹⁴ Ibid., p. 110.

⁴¹⁵ Ibid., loc. cit..

⁴¹⁶ MACHADO, R. A história epistemológica de Georges Canguilhem. In: MACHADO, R. (Ed.). **Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 20.

Canguilhem explica que o erro é apenas um impasse dos ensaios produzidos pela vida que têm valor de superação da própria vida em relação ao meio e suas limitações potenciais.

4 CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa, tentamos mostrar que o sentido atribuído à normalidade e à doença, por meio de uma leitura científicista, oriunda de certa interpretação positivista, e ainda invocado nos dias de hoje, pode ser superado quando compreendemos que a estrutura e constituição dos viventes, em especial os viventes humanos, não pode ser reduzida ao mero mecanismo a fim de tornar-se um objeto da ciência, e, por sua vez, reduzido a seus aspectos quantitativos em detrimento do movimento qualitativo que os informa.

Como acreditamos ter sido possível argumentar, por meio da obra de Georges Canguilhem – e sua tese principal de que normal e patológico não podem reduzidos a variações quantitativas –, o conceito de vida, entendido à luz da normalidade e da patologia, só pode ser pensado por meio de seu devir e de sua relação e tensão de contrários. E é só por meio disso, que Canguilhem chamou de polaridade dinâmica da vida, que podemos chamar alguns fenômenos vitais de normais ou patológicos. Compreendemos, deste modo, que, dentre essas relações que produzem e são produzidas pela vida, há um papel ativo de vida e do vivente, ao mesmo tempo, desenvolvendo e criando valores pelos quais a vida pode ser possível. A vida, neste sentido, não é apenas subjugada ao meio, mas ao contrário, em tensão às condições que a ameaçam, vida e vivente criam diferentes normas a fim de sobreviver.

As doenças, neste sentido, como mostramos, são normas mais limitadas, que, no entanto, são aquilo que eleva a noção de normalidade ao nível da consciência. O indivíduo pensa seu estado de normalidade a partir de um valor negativo vivenciado, a partir do momento que seu estado atual já não lhe permite viver de certo modo. Ainda assim, como ressaltou Canguilhem, com certo acento nietzschiano, a experiência da doença é um caminho sem retorno, não necessariamente num sentido pessimista, mas, justamente, no sentido de que, sobretudo, o vivente humano acometido pela doença só fará, a partir de então, criar um novo modo de vida, novas normas. Em outros termos, se a vida e o vivente instituem normas, é porque a própria vida é capaz de descobrir suas melhores ou mais adequadas formas de sobrevivência em relação ao meio. Outro modo de dizer é que, no que diz respeito ao vivente humano, o conhecimento, a subjetividade e a técnica são partes essenciais e constituintes da vida e não meros acidentes.

De certo modo, desde a revolução industrial, e a racionalização dos meios de produção, nosso modo de conceber a vida sob um único ponto de vista, a produção, nos estreitou as possibilidades de almejarmos conceber um conceito de vida em seu sentido plural e totalizante, se

não estivermos autorizados em falar verdadeiro. Acreditamos que Canguilhem construiu seu pensamento a partir dessa pluralidade: a vida compreendida á luz de sua polaridade dinâmica, de seu enfrentamento orgânico e subjetivo frente aquilo que a ameaça. Normal e patológico são portanto estados de diferentes fundamentos, e, sobretudo, são fenômenos experienciados orgânica e subjetivamente pelo indivíduo e regidos por normas específicas. No entanto é essa tensão de contrários que constitui a própria totalidade da vida. Não há vida sem normas, e, por sua vez, a vida, segundo a fisiologia, a química ou a física, não deixa de ser um objeto construído fora de seu meio e constituído por normas dessas disciplinas científicas. A tentativa de fazer do vivente um elemento fixo e previsível produz tensões e julgamentos entre normalidade e anormalidade, ou, em outros termos, esse modo de pensar a vida produz um modo de ser ideal. Acreditamos, de modo distinto, que normal e anormal são, ambos, uma maneira de viver. Essa afirmação que parece ser um otimismo afetuoso produzido pela subjetividade é, ainda, uma hipótese extraída da própria relação do homem com sua naturalidade perdida⁴¹⁷. Ainda que, talvez, na obra de Canguilhem, não seja mais necessariamente possível falar em natureza humana, conceitos como a morte, o erro, a anormalidade, são aceitos ou, se assim pudermos afirmar, são partes mesmo de certa natureza em que também se encontra o vivente humano, ainda que de maneira totalmente diferente de outros animais.

Buscamos mostrar, também, em relação ao vivente humano e a todo vivente, que ele só pode ser considerado são na medida em que está em relação de instituição de normas com as flutuações do meio. Há na vida, em si, nas constantes fisiológicas, um valor propulsivo, ou seja, um impulso inerente ao próprio organismo e que, dessa forma, possibilita a ação do homem em relação ao meio. Já o estado patológico, por sua vez, “expressa a redução das normas de vida toleradas pelo ser vivo”⁴¹⁸, e, em outros termos, é o que Canguilhem e outros comentadores de sua obra ressaltam como a precariedade do normal estabelecida pela doença. Assim, as “constantes patológicas” têm valor repulsivo e estritamente conservador. E, conseqüentemente:

A cura é a reconquista de um estado de estabilidade das normas fisiológicas. Ela estará mais próxima das doenças ou da saúde na medida em que essa estabilidade estiver mais ou menos aberta a eventuais modificações. Em todo caso, nenhuma cura é uma volta à inocência biológica. Curar é criar para si novas normas de vida, às vezes superiores às antigas. Há uma irreversibilidade da normatividade biológica⁴¹⁹.

⁴¹⁷ Termo utilizado por Safatle em: SAFATLE, V.. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem., São Paulo: Scientiæ zudia v. 9, n. 1, pp. 11-27, 2011.

⁴¹⁸ CANGUILHEM, G.. Le normal et le Pathologique. Paris: Quadrige, 2015, p. 200. Tradução nossa.

⁴¹⁹ Ibid., p.204.

É nessas normas que buscamos defender enquanto modos ativos da vida e do vivente que acreditamos e tentamos mostrar que não podem ser reduzidas a um conceito objetivamente quantificável, determinável pelo que a ciência tradicional concebeu enquanto método. Isso significa dizer, que, segundo Canguilhem, não há uma ciência biológica da norma. Para o autor, “há uma ciência das situações e das condições biológicas consideradas normais. Essa ciência é a fisiologia”⁴²⁰. Há, deste modo, uma relação entre as ciências da vida e a atividade normativa própria da vida, ou seja, atribuir um valor “normal” a uma constante encontrada e determinada pela própria fisiologia, no que diz respeito ao vivente humano, é o reflexo da relação entre as técnicas biológicas de produção e de instauração do normal, mas especificamente a medicina, e a atividade da vida nela mesma.

Segundo Canguilhem, a medicina é como qualquer outra técnica, no sentido de que sua atividade se baseia no empreendimento do ser vivo para coordenar e conduzir o meio de acordo com seus valores de ser vivo. A medicina, neste sentido, existe porque há homens doentes, e, grosso modo, e há um meio sobre o qual podem agir, ao passo que ela, oriunda de semelhantes consciências humanas, só foi possível na medida em que estar doente, ou em desacordo com as flutuações do meio, passou a ser uma ameaça à vida e, por conseguinte, um valor. Nesse sentido,

Qualquer conceito empírico da doença conserva uma relação com o conceito axiológico das doenças. Não é, portanto, um método objetivo que qualifica como patológico um determinado fenômeno biológico. É sempre a relação com o indivíduo doente, por intermédio da clínica, que justifica a qualificação de patológico. Embora admitindo a importância dos métodos objetivos de observação e de análise na patologia, não parece ser possível que se possa – com absoluta correção lógica – falar em “patologia objetiva”. É claro que a patologia pode ser metódica, crítica, armada de meios experimentais. Essa patologia pode ser considerada objetiva, em relação ao médico que a pratica. Mas a intenção do patologista não faz com que o seu objeto seja uma matéria desprovida de subjetividade. Pode-se praticar objetivamente, isto é, imparcialmente, uma pesquisa cujo objeto não pode ser concebido e construído sem referência a uma qualificação positiva e negativa; cujo objeto, portanto, não é tanto um fato, mas, sobretudo, um valor⁴²¹.

Por fim, ainda que, como Canguilhem, não tivemos a pretensão de sugerir procedimentos à técnica médica ou à biologia, nossa pesquisa, ao abordar algumas tentativas naturalistas de conceber, grosso modo, a vida, pretende mostrar, também, que, mesmo indiretamente, alguns modos de operação e interpretação dos fenômenos da vida por meio do naturalismo resultaram em sérios problemas éticos, políticos e sociais. Como tentamos mostrar, o determinismo funcional, por exemplo, em sua tentativa de definir objetivamente os conceitos de saúde e

⁴²⁰ CANGUILHEM, G.. *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige, 2015, p. 200. Tradução nossa.

⁴²¹ *Ibid.*, p. 205.

doença, representado tanto por filósofos quanto por médicos, lançou mão de hipóteses que atribuíam responsabilidade – ou culpa – por certas desvantagens, causadas por alguns estados considerados patológicos, à natureza e, portanto, aos próprios sujeitos acometidos por uma deficiência. É sua própria natureza a quem a pessoa que não pode andar deve culpar. Como nos mostra Amund⁴²², essa avaliação não é necessária nem suficientemente verdadeira. A rigor, como afirmou Silvers, por trás da pretensão de objetividade científica, está uma inclinação a certas “maneiras de fazer as coisas que são preferidas pelas classes dominantes e às quais nos acostumamos”⁴²³. Se esta hipótese estiver correta, a determinação funcional serve mais a um projeto político de manutenção de privilégios para aqueles considerados normais, do que necessariamente uma definição clara e objetiva dos conceitos de saúde e doença.

⁴²² Ver: AMUND, R.. Against normal function. In: Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci., Vol. 31, No. 1, pp. 33-53, 2000.

⁴²³ Silvers, A. (1998) ‘A Fatal Attraction to Normalizing’, in Erik Parens (ed.), *Enhancing Human Traits: Ethical and Social Implications* (Washington, DC: Georgetown University Press), pp. 95–123. Tradução nossa.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 780.

ADORNO, Theodor W.. **O Ensaio como forma**. Adorno, in Notas de literatura I, tradução de Jorge de Almeida, São Paulo: Editora 34, 2003.

ALAIN. **Ideias**: Introdução à filosofia: Platão, Descartes, Hegel, Comte. São Paulo: Martins fontes, 1993.

AMUND, R.. Against normal function. In: Stud. Hist. Phil. **Biol. & Biomed. Sci.**, Vol. 31, No. 1, pp. 33-53, 2000.

ATLAN, H.. Is science inhuman? In: **Selected Writings on Self-organization**: Philosophy, Bioethics, and Judaism. Fordham Univ Press, 2011.

_____. BOUSQUET, C. **Questões sobre a vida**. Lisboa: 1994.

_____. **L'Organization Biologique et la Théorie de l'Information**. Paris: Hermann, 1972.

BACHELARD, G.. **O novo espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **Essai sur le connaissance appriochée**. Prais: Vrin, 1973.

BADIOU, A.. **A Aventura da Filosofia Francesa No Século XX**. São Paulo: Autêntica Editora, 2015.

BERNARD, C. **De la physiologie générale**. Paris: Hachette, 1872.

_____. *Leçons sur les phénomènes de la vie communs a ux animaux et aux végétaux* [1878]. [Publié par Albert Dastre]. 2. ed. Pa ris : Libraire J.-B. Baillièrre et Fils, 1885. 1 vol.

BERNARD, J. **Esperanças e sabedoria da medicina**. São Paulo: Unesp, 1998.

BOORSE, C.. A Rebuttal on Health, in HUMBER, J. M.; ALMEDER, R. F. (ed.), **What is Disease?** Totowa, Humana Press, 1997.

_____. Health as a Theoretical Concept, **Philosophy of Science**, 1977, no 44, p. 542-573

BUENO, O.. **Estilos de Raciocínio nas Ciências e nas Arte**. Miami: Departamento de Filosofia Universidade de Miami Coral Gables, FL 33124.

BRAUNSTEIN, Jean François. Canguilhem avant Canguilhem/ Canguilhem prior to Canguilhem. In: **Revue d'histoire des sciences**, tome 53, n°1, 2000. pp. 9-26.

_____. **L'histoire de sciences**: Méthodes, styles et controverses. Paris: J. Vrin, 2008.

CANGUILHEM, G.. **Études d'histoire et de philosophie des sciences**. Paris: J. Vrin, 1970.

_____. **La formation du concept de réflexe aux XVII et XVIII siècles**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

_____. **Estudos de história e de filosofia das ciências: concernentes aos vivos e à vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Ideologia e Racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. **Le normal et le pathologique**. Paris: Quadrige, 2015.

_____. Le cerveau et la pensée [1980]. In: **Georges Canguilhem: philosophe, historien des sciences**. Paris: Albin Michel, 1993. pp. 11-33.

_____. La santé: concept vulgaire et question philosophique. In: **Écrits sur la médecine**, Paris, Seuil, 2002, pp. 49-68.

_____. O cérebro e o pensamento. In: **Natureza Humana**. 8(1): 183-210, jan.-jun. 2006.

_____. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Régulation, épistémologie**, Encyclopædia Universalis [on line], Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopedie/regulation-epistemologie/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

_____. **Escritos sobre medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CASSIRER, E.. **The problema of the knowledge: Philosophy, Science, & history since Hegel**. London: Yale University Press, 1978.

CASTAGNOLA, L.. PADOVANI U. **História da Filosofia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970.

CHALMERS, A.. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Editores da UNESP, 1994.

_____. **O que é a ciência afinal?** São Paulo: Editora brasiliense, 1993.

CHAUMET, G.. **La pensée de la vie chez Bergson et Canguilhem: – essai de philosophie**. Saint-Denis: Edilivre, 2015.

CHIMISSO C.. **Writing the History of the Mind Philosophy and Science in France 1900 to 1960s**. New York: Routledge, 2016.

CROMBIE, A. C.. **Styles of Scientific Thinking in the European Tradition**. 3 volumes. London: Duckworth, 1994.

DAGOGNET, F. **Georges Canguilhem, Philosophe de la Vie** . Paris: Institut Synthélabo pour le Progrès de la Connaissance, 1997.

DAWKINS, R.. The extended phenotype. The gene as the unit of selection. Oxford: Orxford university press, 1981.

DEBRU, C. **Georges Canguilhem, science et non-science**. Paris: Éditions Rue D'Ulm, 2004

DESCARTES, R.. O discurso do método. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

DELAPORTE, F.. A história das ciências segundo Georges Canguilhem. In: PORTOCARRERO, V., org. **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

DEWEY, J. **Logic: The Theory of Inquiry**. New York: Holt, 1938; London: Allen & Unwin, 1939.

FAGGOT-LARGEAULT, A. **Medicina e Filosofia**. São Paulo: Editora Fap-unifesp, 2013.

FEYREBEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FOUCAULT, M.. A Vida: a Experiência e a Ciência. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/Michel Foucault**; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nóbrega. **A natureza das normas: o vital e o social na filosofia de Georges Canguilhem**. 2012. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRENCH, S.. **Conceitos-chave em filosofia da ciência**. Porto Alegre; Artmed, 2009.

GIERE, R.. **Explaining Science**, Chicago University Press, 1998. 7. Steve Fuller, "Can Science Be Spoken in a Civil Tongue?", *Social Studies of Science*, 24 (1994), pp. 143-168.

GILBERT, S. F.. **Developmental Biology**. Fifth Edition. Sunderland, MA: Sinauer Associates, Inc., 1997.

GIROUX, E.. Quelques difficultés de concept de normativité biologique, In: **Après Canguilhem: défendre la santé e la maladie**. Paris: Puf, 2010.

GOLDSTEIN, K.. **The organism**. New York: Zone Books, 1995

HACKING, I.. **Historical Ontology**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

JOHNSTON, D. K. (2004). The natural history of fact. **Australasian journal of philosophy**, vol. 822, pp. 275-291.

KUHN, T.. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LALANDE, A.. **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**. Paris: Press universitaires de France, 1947.

LE BLANC, G. **Canguilhem et l'avie humaine**. Paris: Puf, 2002.

_____. **Canguilhem et les normes**. Paris: Puf, 2010.

LEBRUN, G.. **A filosofia e sua história**. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

LECOURT, D. Georges Canguilhem. Que sais je? : Les envies du savoir. Paris: Puf, 2008.

_____. **Marxism and epistemology**: Bachelard, Canguilhem and Foucault. London: NLB, 1975.

LUKÁCS. G. A alma e as formas. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1982

MACHEREY, P.. **Georges Canguilhem**: um estilo de pensamento. Goiânia: Almeida & Clément Edições, 2010, p. 7.

MATURANA, H.. **A Ontologia da realidade**. 3 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MATURANA, H.; VARELA, F. J.. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Pala Athenas, 2001.

OLIVA, A.. **Teoria do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PAVLOV, "Advice for Young Scientists", In: **Selected Works**, Foreign Languages Publishing House, 1995, pp. 54-55.

PLATÃO. **Mênon**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio e Edições Loyola, 2001, 80 e, p. 49.

PÉNISSON, G.. **Le vivant et l'épistémologie des concepts**: Essai sur Le normal et le pathologique de Georges Canguilhem. Paris: La harmattan, 2008.

POIRER, L.. Dévolution de la géo-graphie humaine. In: **Revista Critique**. n. 8 e 9, janeiro-fevereiro 1947.

POPPER, K.. **Conjecturas e Refutações** (O Progresso do Conhecimento Científico). Brasília: Editora da UnB, 1980.

PORTELLA, E.. Epistemologia: teoria das ciências questionadas por Bachelard, Canguilhem, Foucault. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Jan-março, 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume 2, nº 28, 1972.

PORTOCARRERO, V.. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

_____. Org. Filosofia, história e sociologia das ciências. In: **abordagens contemporâneas** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

QUINE, W. V. O.. **On simple theories of a complex world**. Synthese 15(1), 1963, p. 103-106.

REZNEK, L.. **The Nature of Disease**. Routledge & Kegan Paul: London, 1987.

RHEINBERGER, H.. **An epistemology of the concrete**, Twentieth-century histories of life. London: Duke University press, 2010.

ROUDINESCO, E.. **Philosophy in tubulent times: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze, Derrida**. New York: Columbia University Press. 2010.

SAFATLE, V.. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. São Paulo: **Scientiæ Zudia** v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011.

_____. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 335-67, 2015.

_____. **O circuito dos afetos, Corpos políticos, desamparo, e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naif, 2015.

SILVERS, A. 'A Fatal Attraction to Normalizing', In: Erik Parens (ed.), **Enhancing Human Traits: Ethical and Social Implications**. Washington, DC: Georgetown University Press, 1998, pp. 95–123.

WRIGHT, L.. Functions. **The Philosophical Review**, Vol. 82, No. 2. Apr., 1973, pp. 139-168.